



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Mestrado em Ensino 1.º e 2.º CEB
- Português e História e Geografia de Portugal

Do local ao global: exercícios de cidadania na aula de Geografia

Ana Lúcia Santos Sequeiros



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

Ana Lúcia Santos Sequeiros

**RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA
DE ENSINO SUPERVISIONADA**
Mestrado em Ensino 1.º e 2.º CEB
- Português e História e Geografia de Portugal

Do local ao global: exercícios de cidadania na aula de Geografia

Trabalho sob orientação do

Professor Doutor Gonçalo Maia Marques

dezembro de 2021

***Se a escola é o lugar da formação da cidadania, não se pode aceitar uma sala de aula
opressora, onde o professor é o dono do saber e o aluno não tem voz.***

Andrea Ramal

Agradecimentos

Após cinco anos intensos neste meu percurso académico, é altura de concluir a etapa mais incrível, exaustiva e recompensadora da minha vida. Não poderia deixar de agradecer às pessoas que estiveram sempre presentes durante estes cinco anos.

Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio e o acompanhamento do meu orientador, Professor Doutor Gonçalo Maia Marques. Grata por toda a humanidade, empatia, boa disposição que nos apresenta todos os dias e por tantos e tantos conhecimentos científicos sobre História que levo na minha bagagem. O meu mais sincero obrigada.

Agradecer igualmente à Professora Doutora Gabriela Barbosa, coordenadora do Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e 2º ciclo de Português e História e Geografia de Portugal do Ensino Básico, por me acompanhar ao longo destes dois anos de mestrado e estar sempre disposta a ajudar e a acompanhar o meu percurso académico.

Agradeço também a todos os restantes docentes que fizeram parte deste meu percurso, desde a licenciatura até ao mestrado. Sem eles, não seria o que sou hoje. O meu muito obrigada por todos os conhecimentos que adquiri.

Continuamente, agradeço aos meus pais por nunca terem desistido de mim, até mesmo quando eu duvidei e não acreditava que seria capaz. Tudo o que sou devo a eles e, por isso, agradeço por todo o apoio e dedicação que tiveram para comigo ao longo da minha educação.

Aos meus familiares e amigos, por estarem sempre lá quando preciso, com palavras de incentivo e de ternura. Sem o apoio deles seria improvável chegar até aqui. Um agradecimento especial ao meu avô António que expressa sempre um orgulho imenso pelo meu percurso.

À Leonor, a minha colega de estágio, que esteve diariamente comigo neste ano letivo e sempre presente nestes últimos cinco anos. Ultrapassamos as dificuldades juntas, o cansaço físico e psicológico habitual desta etapa das nossas vidas. Todo o esforço compensou pois considero que fizemos um bom trabalho e um excelente par pedagógico.

Não posso deixar de agradecer igualmente aos professores cooperantes e a todos os alunos que se cruzaram comigo ao longo destes anos como professora estagiária. Um enorme obrigada por me acompanharem e ajudarem a ultrapassar as dificuldades que foram surgindo ao longo das aulas.

Finalmente, agradeço, de coração, a todos os meus colegas que se cruzaram comigo ao longo destes cinco anos. Ao pessoal não docente da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo por tão amável receção e disponibilidade desde o primeiro até ao último dia nesta tão grande e distinta instituição.

A Todos, Muito Obrigada.

Resumo

No presente relatório final de estágio é retratado o percurso pedagógico desenvolvido no decorrer do ano letivo de 2020/2021, no âmbito da unidade curricular da Prática de Ensino Supervisionada, incorporada no Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º ciclo do Ensino Básico.

Para a elaboração deste relatório de estágio, começa-se por conceder o enquadramento das duas intervenções educativas realizadas ao longo do ano letivo: uma no primeiro ciclo do ensino básico e outra no segundo ciclo do ensino básico, destacando, para além da caracterização de cada contexto, os aspetos pertinentes como as atividades realizadas nas diferentes áreas de intervenção e alguns recursos didáticos utilizados para a elaboração das propostas de aprendizagem.

Para além do enquadramento das duas intervenções, será igualmente abordado a proposta pedagógica sobre o local ao global realizando exercícios que envolvam a cidadania na aula de Geografia com uma turma do 6º ano do 2º CEB.

Nesta proposta destacam-se várias temáticas da Educação para a Cidadania Global, visto que era a intenção principal dar a conhecer à turma problemáticas atuais em Portugal sobre Cidadania e Direitos Humanos, como igualdade de género, a exploração laboral e o acesso à saúde, temáticas essas que se verificam em Portugal atualmente, de forma a debater ideias e desenvolver o sentido crítico dos participantes.

Para realizar o estudo, foi utilizada a recolha de dados, recorrendo ao inquérito por questionário e à entrega de cartões com questões colocadas pela investigadora, no qual os alunos escreveram as suas ideias prévias ou as suas opiniões sobre as diferentes problemáticas.

A recolha de dados foi feita com uma turma de vinte alunos do sexto ano de escolaridade, que somente foi possível devido à colaboração e boa vontade da professora cooperante de História e Geografia de Portugal.

O estudo realizado e as atividades propostas fazem parte de uma metodologia qualitativa que pretende compreender as opiniões dos alunos sobre as diferentes temáticas associadas aos Direitos Humanos presentes atualmente em Portugal.

O relatório de estágio termina com uma reflexão global sobre o percurso académico realizado até então, com os pontos de vista, opiniões e perspetivas da investigadora ao longo dos três anos de licenciatura e dois anos de mestrado.

Palavras-chave: História e Geografia de Portugal; Direitos Humanos em Portugal; Educação para a Cidadania Global; Educação Geográfica; Ideias Prévias.

Abstrat

This final internship report portrays the pedagogical path developed during the 2020/2021 academic year, within the scope of the Supervised Teaching Practice course unit, incorporated in the master's degree in Teaching of the 1st cycle of Basic Education and Portuguese and History and Geography of Portugal in the 2nd cycle of Basic Education.

For the preparation of this internship report, we begin by granting the framework of the two educational interventions carried out throughout the school year: one in the first cycle of basic education and another in the second cycle of basic education, highlighting, in addition to the characterization of each context, relevant aspects such as the activities carried out in the different areas of intervention and some didactic resources used to prepare the learning proposals.

In addition to the framing of the two interventions, the pedagogical proposal on the local to the global will also be addressed, performing exercises that involve citizenship in the Geography class with a 6th grade class of the 2nd Basic Education Cycle.

In this proposal, several themes of Education for Global Citizenship stand out, as the main intention was to make the class aware of current issues in Portugal on Citizenship and Human Rights, such as gender equality, labor exploitation, and access to health, themes those that occur in Portugal today, to debate ideas and develop the critical sense of the participants.

To carry out the study, data collection was used, using a questionnaire survey and the delivery of cards with questions posed by the researcher, on which the students wrote their previous ideas or their opinions on the different issues.

Data collection was carried out with a class of twenty-sixth-grade students, which was only possible due to the collaboration and goodwill of the cooperating teacher of History and Geography of Portugal.

The study carried out and the proposed activities are part of a qualitative methodology that aims to understand the opinions of students on the different themes associated with Human Rights currently present in Portugal.

The internship report ends with a global reflection on the academic path carried out so far, with the views, opinions, and perspectives of the researcher over the three years of the bachelor's degree and two years of the master's.

Keywords: History and Geography of Portugal; Human Rights in Portugal; Education for Global Citizenship; Geographic Education; Previous Ideas.

Índice

Agradecimentos.....	VII
Resumo	IX
Abstrat	XI
Siglas e Acrónimos.....	XXIII
Introdução	1
Parte I – Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada	3
Capítulo I - Intervenção em contexto educativo do 1º CEB	3
Caracterização do contexto educativo.....	3
O meio local.....	3
O Agrupamento e a Escola	4
A turma.....	8
Percurso da Intervenção Educativa: o 4º ano de escolaridade	9
Áreas de intervenção	10
Português	10
Estudo do Meio Físico e Social	14
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	15
Cidadania.....	17
Envolvimento na Comunidade Educativa	19
Síntese.....	20
Capítulo II - Intervenção em contexto educativo no 2º CEB	23
Caracterização do contexto educativo	23
O meio local.....	23
O Agrupamento e a Escola	24
A turma.....	25
Percurso da Intervenção Educativa: o 6º ano de escolaridade	28
Observação de aulas	28
Planificação de Português	29
Planificação de História e Geografia de Portugal.....	34
Envolvimento na Comunidade Educativa	36

Síntese	37
Parte II – Trabalho de investigação	39
Capítulo I - Introdução	40
Caracterização do estudo.....	41
Identificação da pertinência do problema	42
Questões de investigação	44
Objetivos da investigação	44
Motivação.....	45
Capítulo II – Fundamentação Teórica.....	47
Educação Histórica e Educação Geográfica	47
Educação para a Cidadania em Portugal.....	53
A emancipação feminina e a igualdade de género ao longo dos séculos.....	58
Assimetrias no mercado laboral.....	62
Portugal Contemporâneo – Construção Geográfica ao longo dos últimos quarenta anos	64
Capítulo III - Metodologia de investigação.....	69
Opções metodológicas.....	69
Descrição do estudo.....	71
Caracterização dos participantes.....	72
Técnicas e instrumentos de recolha de dados	73
Procedimentos de análise de dados	73
Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados	77
Descrição da proposta pedagógica	77
Primeira sessão	78
Atividade 1 – Questionário inicial	78
Atividade 2 – Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!.....	79
Segunda sessão	81
Atividade 3 – Debate: Diminuição da taxa de natalidade.....	81
Atividade 4 - Debate: Aumento da esperança média de vida	81
Atividade 5 – Debate: A posição da mulher no mercado de trabalho.....	82
Terceira sessão	82
Atividade 6 – Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?.....	82

Quarta sessão	83
Atividade 7 – Questionário final.....	84
Análise e interpretação da proposta pedagógica	85
Primeira sessão	85
Atividade 1 – Questionário inicial	85
Atividade 2 – Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!.....	92
Segunda sessão	97
Atividade 3 – Debate: Diminuição da taxa de natalidade.....	97
Atividade 4 – Debate: Aumento da esperança média de vida.....	98
Atividade 5 – Debate: A posição da mulher no mercado de trabalho.....	99
Terceira sessão	100
Atividade 6 – Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?.....	100
Quarta sessão	102
Atividade 7 – Questionário final.....	102
Capítulo V – Conclusões	107
Conclusões do estudo	107
Limitações do estudo	110
Sugestões para investigações futuras	110
Considerações finais.....	111
Parte III – Reflexão Global da PES.....	113
Reflexão Global	115
Referências Bibliográficas.....	119
ANEXOS.....	125

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Horário da turma do 6º ano.....	27
Tabela 2 - Percentagem de analfabetismo em Portugal nos últimos sessenta anos.....	67
Tabela 3 - Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa	70
Tabela 4 - Aferição de Competências de Literacia Histórica e Geográfica no 2º CEB.....	74
Tabela 5 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão quatro	89
Tabela 6 - Respostas dos participantes à questão dois.....	93
Tabela 7 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 3.....	97
Tabela 8 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 4.....	98
Tabela 9 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 5.....	100
Tabela 10 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 6.....	102
Tabela 11 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à segunda questão	104
Tabela 12 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à segunda questão	106

Índice de Figuras

Figura 1 - Planta da sala de aula da turma do 4º ano	7
Figura 2 - Horário da turma do 4º ano	8
Figura 3 - Atividade sobre os graus dos adjetivos.	12
Figura 4 - Atividade sobre sequências para descobrir um código secreto.....	13
Figura 5 - Atividade sobre a expansão marítima portuguesa	15
Figura 6 - Atividades relacionadas com a época natalícia.....	17
Figura 7 - Dramatização de uma peça de teatro havendo interdisciplinaridade com a área de Estudo do Meio.....	17
Figura 8 - Atividade sobre respeito entre os seres humanos.....	18
Figura 9 - Construção do utensílio para colocar as castanhas	19
Figura 10 - Coreografia de Natal.....	20
Figura 11 - Cargas horárias semanais das disciplinas	28
Figura 12 - Árvore construída pela turma do 6º ano	33
Figura 13 - Projeto de leitura “10 minutos a ler”	33
Figura 14 - Trabalho de pesquisa com recurso aos telemóveis pessoais.....	36
Figura 15 - Atividade sobre os alimentos que fazem parte de um estilo de vida saudável e não saudável.....	37
Figura 16 - Questionário inicial sobre os Direitos Humanos em Portugal	79
Figura 17 - Questionário dos Censos 2021 – “Contamos todos, contamos com todos!” ...	80
Figura 18 - Orientação para a elaboração da carta do menino da cidade.	83
Figura 19 - Orientação para a elaboração da carta do menino do campo.	83
Figura 20 - Questionário final sobre os Direitos Humanos em Portugal.....	84
Figura 21 - Algumas das respostas dos intervenientes à segunda parte da questão três ..	89
Figura 22 - Algumas das respostas dos intervenientes à segunda parte da questão quatro	90
Figura 23 - Algumas das respostas dos participantes à segunda parte da questão cinco ..	91
Figura 24 - Algumas das respostas dos participantes à questão quatro.....	95
Figura 25 - Algumas das respostas dos participantes à quinta questão	96
Figura 26 - Debate sobre a posição da mulher no mercado de trabalho	99

Figura 27 - Elaboração da atividade “Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?”	101
Figura 28 - Algumas das respostas dos participantes à primeira questão.....	103
Figura 29 - Algumas das respostas dos participantes à terceira questão	105

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Idades dos alunos da turma do 6º ano	25
Gráfico 2 - Alunos matriculados no ensino superior, por sexo	62
Gráfico 3 - Evolução da população urbana e rural em Portugal.	65
Gráfico 4 - Agregado familiar dos participantes.....	72
Gráfico 5 - Resposta dos inquiridos à questão número dois.....	86
Gráfico 6 - Algumas respostas dos participantes à segunda parte da questão dois.....	87
Gráfico 7 - Resposta dos alunos à primeira parte da questão três	88
Gráfico 8 - Resposta dos alunos à primeira parte da questão cinco.....	91
Gráfico 9 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão um.....	92
Gráfico 10 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão três.....	94
Gráfico 11 - Respostas dos participantes à segunda parte da questão três	94

Siglas e Acrónimos

PES – Prática de Ensino Supervisionada

RTP – Relatório Técnico-Pedagógico

INE – Instituto Nacional de Estatística

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PNL – Plano Nacional de Leitura

AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular

ATL – Atividades de Tempos Livres

PLNM – Português Língua Não Materna

PE – Professora Estagiária

IMC – Índice de Massa Corporal

CEB – Ciclo do Ensino Básico

HGP – História e Geografia de Portugal

IPP – Iniciação à Prática Profissional

ME – Ministério da Educação

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

CEE – Comunidade Económica Europeia

EpC – Educação para a Cidadania

ONU – Organização das Nações Unidas

MFA – Movimento das Forças Armadas

SNS – Serviço Nacional de Saúde

ICGE - International Charter on Geographical Education

Introdução

A História e Geografia de Portugal tem vindo a perder importância no currículo do aluno como se pode verificar na carga horária atribuída a esta unidade curricular, no entanto, esta área deve ir muito além da formação intelectual ou cognitiva do aluno, deve proporcionar o conhecimento e análise de questões associadas ao nível social, político ou cultural, permitindo a aquisição de capacidades e valores elementares para encarar o futuro de uma forma mais auspiciosa, procurando defender uma sociedade mais justa e igualitária para todos os sexos e culturas.

Desta forma, é fundamental encadear as áreas curriculares de História e Geografia de Portugal e Cidadania e Desenvolvimento para que se intersem os ideais defendidos por ambas as áreas com o objetivo de consciencializar os alunos para o respeito, empatia e solidariedade com as diversas culturas, etnias, religiões ou sexos.

O papel do professor de História deve ser fulcral no pensamento crítico do aluno, uma vez que lhe deve dar a possibilidade de compreender o mundo que o rodeia e prepará-lo para o futuro, tornando-o num cidadão ativo, crítico e solidário. Sendo assim, partiu-se desta ideia a realização de um trabalho de investigação que tinha como foco promover a reflexão de ideias sobre temáticas associadas aos Direitos Humanos em Portugal, como a igualdade de género, a exploração laboral ou o acesso aos cuidados de saúde, uma vez que estas problemáticas estão um pouco subjacentes nos conteúdos programáticos do 6º ano do CEB. Consequentemente, este relatório e presente estudo realizou-se no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada inserida no Mestrado em Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico e 2º ciclo de Português e História e Geografia de Portugal do Ensino Básico.

A unidade curricular da Prática de Ensino Supervisionada ocorreu no 1º e 2º semestres no segundo ano deste mestrado. No primeiro semestre, a PES decorreu numa escola primária, do concelho de Viana do Castelo, com um grupo de vinte crianças do quarto ano de escolaridade com idades compreendidas entre os nove e os dez anos de idade. No segundo semestre, a PES decorreu numa escola do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, do distrito de Viana do Castelo, numa turma de sexto ano de escolaridade

constituída por vinte alunos, com idades compreendidas entre os dez e doze anos, do qual três alunas pertenciam ao RTP (Relatório Técnico-Pedagógico) e tinham aulas de acompanhamento para além das aulas com os restantes colegas.

No que concerne à organização interna, o relatório de estágio está dividido em três partes: na primeira parte é desenvolvido o enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada, destinado à caracterização dos contextos educativos, às áreas de intervenção, envolvimento na comunidade educativa e uma breve síntese do que foi a intervenção em ambos os contextos.

A segunda parte do relatório tem como foco a apresentação da proposta pedagógica de intervenção, fazendo parte igualmente a fundamentação teórica, as metodologias que foram utilizadas e a conclusão.

Por último, na terceira parte, é apresentada uma reflexão global da Prática de Ensino Supervisionada, tendo como principal objetivo fazer uma análise completa de todo o percurso realizado e a sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional da investigadora.

A intervenção no contexto do 2º ciclo teve como finalidade desenvolver o conhecimento dos alunos sobre exercícios de cidadania do local ao global na aula de História e Geografia de Portugal, mais concretamente na área da Geografia.

Parte I – Enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada

A primeira parte do relatório é constituída por dois capítulos: o primeiro destaca a intervenção educativa no contexto do primeiro ciclo do ensino básico, com uma turma do quarto ano de escolaridade.

No que diz respeito ao segundo capítulo, é semelhante ao primeiro, no entanto, aborda a intervenção educativa no contexto do segundo ciclo do ensino básico, com uma turma do sexto ano de escolaridade.

Capítulo I - Intervenção em contexto educativo do 1º CEB

Neste capítulo serão retratados tópicos que permitem enquadrar não só a primeira parte da PES, como também a descrição do meio local, do agrupamento, da escola, da turma e o percurso de intervenção educativa.

Caracterização do contexto educativo

Desta forma, começa-se por apresentar a caracterização do contexto educativo onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada do primeiro semestre no 1º ciclo do Ensino Básico, destacando todo o percurso desenvolvido ao longo de cerca de três meses.

O meio local

O contexto educativo onde decorreu a PES do primeiro semestre insere-se numa das freguesias do concelho e distrito de Viana do Castelo.

O concelho de Viana do Castelo situa-se a litoral norte de Portugal Continental, na província do Minho, sendo geograficamente delimitado a Norte pelo concelho de Caminha, a Sul pelos concelhos de Esposende e Barcelos, a Este pelo concelho de Ponte de Lima e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

De acordo com os censos de 2011, o distrito de Viana do Castelo conta com um total de 88 725 habitantes, contudo apenas cerca de 38 000 habitantes vivem na cidade, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011).

Do concelho de Viana do Castelo fazem parte vinte e sete freguesias. Assim sendo, o contexto educativo em que decorreu a PES pertence a uma freguesia deste mesmo concelho.

A freguesia a que pertence o centro educativo conta com mais de 1000 habitantes (INE, 2011) e está inserido numa zona urbana, sendo que as principais atividades económicas são o comércio e a indústria.

O Agrupamento e a Escola

O centro educativo no qual decorreu a PES do primeiro semestre integra um Agrupamento de Escolas. Assim sendo, é constituído por catorze unidades educativas, sendo elas as seguintes: dez Jardins de Infância (entre as quais dez com valência de 1º ciclo e uma com 2º e 3º ciclos), duas de 1º ciclo e uma de 2º e 3º ciclos, incluindo também ensino secundário, uma outra com 2º e 3º ciclos que inclui o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF).

O centro educativo no qual decorreu a prática é constituído apenas por 1º ciclo. De uma forma geral, o espaço apresentava dimensões razoáveis e as crianças tinham contacto com a natureza. Interiormente, o contexto educativo era constituído por quatro salas de aula, uma vez que existiam apenas quatro turmas, uma de cada ano do 1º ciclo, uma cantina e um espaço com computadores para os docentes usufruírem e utilizarem sempre que fosse necessário. Neste centro educativo havia também um armário com material adequado para as aulas de Educação Físico-Motora. Apesar de o contexto não ter ginásio/pavilhão, as crianças brincavam no recreio e, quando as condições climatéricas não eram favoráveis para este fim, uma das salas de aula funcionava como recurso para que as crianças não ficassem sem a aula de Educação Físico-Motora. Relativamente às casas de banho, existia uma para funcionários e docentes e outras quatro para os alunos, devidamente separadas por sexo. A comida da cantina era confeccionada por uma cozinheira em cada contexto do Agrupamento e devidamente selecionada por uma nutricionista. A ementa era igual para todas as escolas do concelho de Viana do Castelo.

No que se refere aos recursos humanos, a instituição contava com três docentes colocadas e uma docente auxiliar para ajudar os alunos com maiores dificuldades. As turmas do 1º e 3º anos tinham a mesma docente, por isso, funcionavam como uma turma apenas, apesar da docente auxiliar estar frequentemente por perto da turma do 1º ano. Este centro educativo contava também com uma professora de inglês (AEC). Este contexto era também composto por três assistentes operacionais, duas delas eram responsáveis pelas crianças quando estas estavam no recreio e a terceira assistente auxiliava a cozinheira nas refeições.

Relativamente ao horário de funcionamento, o centro educativo oferecia os seus serviços das 8 horas e 45 minutos até às 17 horas. Assim, das 8 horas e 45 minutos às 9 horas, as crianças eram recebidas pelas assistentes operacionais.

Das nove horas ao meio-dia, as crianças permaneciam em atividades letivas realizadas pela respetiva docente (com pausas para o intervalo da manhã intercalando com as quatro turmas para as crianças não se encontrarem, mantendo o distanciamento social devido à COVID-19).

Ao meio-dia, duas das turmas dirigiam-se para a cantina, enquanto as outras duas turmas mantinham-se na sala de aula até ao meio-dia e meio para, como foi referido anteriormente, evitar contacto físico e manter o distanciamento social.

No final do almoço, as crianças tinham permissão de ir brincar para o recreio (dependendo das condições climáticas) com a assistente operacional até às catorze horas. As atividades letivas orientadas pelas docentes recomeçavam a essa hora até às dezasseis horas.

A sala de atividades letivas onde se realizava a prática educativa, de um modo geral, apresentava boas condições para a aprendizagem das crianças. Não era uma sala muito grande, todavia era acessível. Tinha uma boa iluminação natural, devido à existência de diversas janelas ao longo de duas paredes. A sala encontrava-se apetrechada com uma salamandra, um projetor, um quadro interativo e, ainda, um computador portátil.

A sala estava estruturada de forma que houvesse uma boa visualização de toda a turma e cada aluno tinha a sua mesa (devido à COVID-19, o contexto teve de adaptar as salas para que as crianças mantivessem o distanciamento social), à exceção de dois alunos que eram irmãos gémeos, visto que partilhavam a mesma mesa, como se pode observar na Figura 1.

Apesar de ser uma sala antiga, era acolhedora e os trabalhos realizados pelos alunos ao longo dos períodos letivos estavam afixados na mesma e alguns materiais utilizados pela professora para trabalhar determinados conteúdos programáticos também estavam expostos, tornando a sala mais didática e atrativa para a aprendizagem da turma.

Na sala onde decorreu a PES, o dia começava com as crianças a entrar na sala e a ir buscar o material que seria utilizado (cadernos, manuais, estojos...) ao armário que estava na sala de aula. Seguidamente, a docente chamava um aluno, aleatoriamente, ao quadro para escrever duas frases, uma sobre o estado do tempo e outra sobre tarefas que foram realizadas no dia anterior. Posteriormente, a docente iniciava os conteúdos programáticos ou de Matemática ou de Português (estas áreas disciplinares eram sempre trabalhadas na parte da manhã) até às dez horas e trinta minutos, hora que a turma ia para o intervalo da manhã. O intervalo tinha a duração de trinta minutos, por isso, a aula seguinte iniciava-se às onze horas até ao meio-dia e meio. Seguidamente, a turma dirigia-se à cantina para almoçar. As crianças desta turma tinham o intervalo de almoço do meio-dia e meio até às catorze horas.

No final do intervalo de almoço, a turma voltava para a sala de aula para iniciar as atividades letivas da parte da tarde. Nesta altura do dia, existia também uma outra rotina que era a leitura por parte de cada aluno (um por dia), por ordem alfabética, de um livro que trazia de casa e lia-o durante dez minutos. Esta atividade intitulava-se de “10 minutos a ler” e era um projeto do Plano Nacional de Leitura (2019), que tem como objetivo promover o “desenvolvimento do gosto pela leitura, a consolidação dos hábitos leitores e o aumento das competências de literacia”. De seguida, a docente dava seguimento aos conteúdos programáticos até às dezasseis horas, horário esse em que terminavam as

atividades letivas programadas pela docente. A partir das dezasseis horas, a turma trabalhava, ao longo da semana, várias Atividades de Enriquecimento Curricular, isto é, à segunda-feira e à quinta-feira, a turma trabalhava a área de Inglês, enquanto na terça-feira e na quarta-feira trabalhava na área de Educação Físico-Motora e, para terminar a semana, na sexta-feira, a turma trabalhava a disciplina Educar-te, como comprova o horário da turma do 4º ano presente na Figura 2.

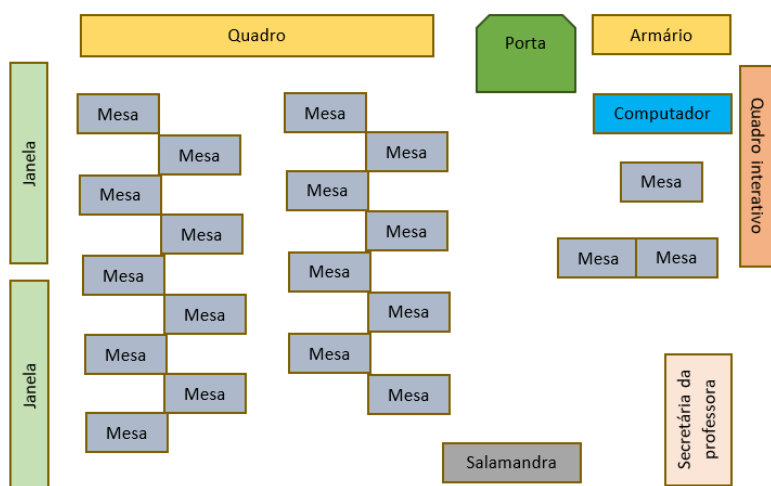


Figura 1 - Planta da sala de aula da turma do 4º ano (elaboração própria)

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:30 – 9:00					
9:00 – 9:30	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
9:30 – 10:00	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
10:00 – 10:30	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
10:30 – 11:00					
11:00 – 11:30	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
11:30 – 12:00	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
12:00 – 12:30	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
12:30 – 13:00					
13:00 – 13:30					
13:30 – 14:00					
14:00 – 14:30					
14:30 – 15:00	Estudo do Meio	Expressões	Apoio ao Estudo	Estudo do Meio	Expressões
15:00 – 15:30	Estudo do Meio	Expressões	Cidadania	Estudo do Meio	Expressões
15:30 – 16:00	Estudo do Meio	Expressões	Cidadania	Estudo do Meio	Expressões
16:00 – 16:30					
16:30 – 17:00	Inglês	AEC	AEC	Inglês	AEC
17:00 – 17:30	Inglês	AEC	AEC	Inglês	AEC

Figura 2 - Horário da turma do 4º ano (elaboração própria)

A turma

O grupo do quarto ano era composto por vinte crianças, sendo que nove eram meninos e onze eram meninas, com idades compreendidas entre os 9 e os 10 anos de idade.

Todos os elementos da turma residiam na freguesia ou nos arredores do contexto educativo, deslocando-se para a escola através de carro dos encarregados de educação, a pé ou na carrinha da junta de freguesia.

A turma, de uma forma geral e a nível de desenvolvimento e conhecimento dos conteúdos programáticos, tinha resultados bastante positivos. Contudo, três dos vinte alunos apresentavam maiores dificuldades, comparativamente aos restantes colegas.

O grupo integrava ainda uma criança referenciada ao nível da linguagem e que é seguida em terapia da fala. O grupo, por vezes, não tinha um bom comportamento e nem sempre respeitava as regras da sala de aula. Eram crianças empenhadas, apesar de

barulhentas. Denotar que era uma turma com crianças muito curiosas que tinham interesse em saber mais e entender o que se passava ao seu redor. De uma forma geral, a turma demonstrava gosto por todas as áreas trabalhadas, participando em todas as atividades propostas pela docente.

Percurso da Intervenção Educativa: o 4º ano de escolaridade

Neste ponto, serão retratadas as principais áreas de intervenção, assim como os conteúdos abordados e algumas estratégias utilizadas.

Atendendo à relevância do trabalho colaborativo, a PES do primeiro semestre está estruturada para uma organização em par pedagógico durante a intervenção, sendo este par uma escolha de cada um.

A PES decorreu ao longo de treze semanas. As primeiras três semanas destinaram-se à observação da turma, com o intuito de ficar a conhecer o grupo, as estratégias e metodologias adotadas pela professora cooperante.

As restantes semanas foram distribuídas pelo par pedagógico, nomeadamente, cinco semanas de intervenção a cada elemento do par. As semanas de regência ocorreram de segunda-feira a quarta-feira, à exceção de duas semanas intensivas ocorridas em dezembro, de segunda-feira a sexta-feira. Inicialmente, estas duas semanas intensivas seriam durante quatro dias (uma vez que em ambas as terças-feiras eram feriados), no entanto, e devido à COVID-19, o primeiro-ministro António Costa decretou tolerância de ponto, fechando as escolas nas segundas-feiras antes dos respetivos feriados. Em janeiro decorreram duas semanas intensivas (uma para cada par pedagógico) ao longo dos cinco dias da semana.

Apesar das regências serem repartidas, todo o trabalho realizado, isto é, planificações e preparação de materiais, era executado em trabalho colaborativo do par pedagógico. Para a realização das planificações, era tido em conta o que a professora cooperante ia pedindo para abordar com os alunos. Assim sendo, a professora cooperante entregava uma folha em papel com os conteúdos que o par pedagógico teria de abordar. Após terminarmos e entregarmos as planificações, a professora cooperante

dava o seu *feedback* sobre as mesmas e só depois é que os professores supervisores davam o seu parecer para que as regências corressem da melhor maneira.

Áreas de intervenção

Português

Relativamente a esta unidade curricular, foram trabalhados conteúdos dos quatro domínios do programa da disciplina: Leitura e Escrita, Gramática, Educação Literária e Oralidade.

No domínio da Leitura, “pretende-se que os alunos tenham adquirido competência na leitura de textos escritos tornando-se leitores fluentes” (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português, 2018*) e, para desenvolver estas competências, foram criadas atividades que consistiram na análise de diversos textos como o texto informativo, o texto descritivo, o texto poético, as fábulas e, principalmente o texto narrativo sendo que foi dada a oportunidade aos alunos de realizarem a leitura silenciosa e em voz alta e, além disso, de distinguirem a informação essencial da informação acessória, de compreenderem as mensagens e morais dos textos e de expandirem o seu vocabulário.

No que concerne ao domínio da Escrita

(...) é esperado que, no final do 1º ciclo, os alunos tenham atingido o domínio de técnicas básicas para a escrita de textos com vista a uma diversidade de objetivos comunicativos (contar histórias, fazer relatos de experiências pessoais, elaborar respostas a perguntas em contexto escolar, escrever cartas/e-mails a amigos e familiares, formular uma opinião), o que implica o desenvolvimento de competências específicas (compor um texto com uma organização discursiva adequada, diversidade vocabular; cumprir as normas, como a ortográfica, e adequar os sinais específicos de representação escrita da língua) (...)” (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português, 2018*).

Para isso, foram programadas diversas atividades didáticas no qual os alunos tiveram de organizar informação e aprofundar ideias e conhecimentos, de darem a sua opinião sobre os textos trabalhados e ainda produzirem diferentes tipos de textos tanto de tema livre como de um tema previamente programado pelo par pedagógico.

No domínio da Gramática, “o 1º ciclo do ensino básico permitirá aos alunos desenvolverem a sua consciência linguística, consolidando gradualmente a capacidade de reflexão e de domínio das regras que estruturam a língua e que regem o seu uso” (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português*, 2018) e, para desenvolver estas competências, foram abordados diversos conteúdos tais como a morfologia e lexicologia (graus dos nomes, graus dos adjetivos - Figura 3 -, flexão de verbos regulares e irregulares e tempos verbais no modo indicativo – pretérito perfeito, presente, futuro e pretérito imperfeito), sintaxe (sujeito e predicado) e foram ainda trabalhados os valores do -x, sinais de pontuação: dois pontos, reticências e vírgula e o uso de “se” ou “sse”.

No domínio da Educação Literária, “pretende-se que os alunos se familiarizem e contactem diariamente com literatura de referência, a partir da qual poderão desenvolver capacidades de apreciação” (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português*, 2018) e, para isso, foi trabalhada exclusivamente uma obra, mais especificamente, “O Gigante Egoísta” de Oscar Wilde. O par pedagógico optou por selecionar esta obra visto que nenhum dos alunos a conhecia e também porque a análise da obra estimulava o pensamento, os sentimentos e as emoções, algo que foi considerado essencial praticar com a turma, uma vez que era notório que muitos dos alunos continham as suas emoções o que, por vezes, fazia com que estes tivessem momentos de raiva para com os colegas. A exploração desta obra foi feita ao longo de três aulas no qual foi realizada uma atividade de pré-leitura e foram colocadas várias questões que permitiam aos alunos anteciparem acontecimentos e de fazerem inferências sobre o que iria acontecer posteriormente na obra. Para além disso, ao longo das aulas em que se analisou a obra, foram feitas atividades transversais para que houvesse ligação com os restantes domínios da área de Português.

No domínio da Oralidade, os alunos

(...) deverão estar aptos não só a compreender discursos (escutar, descobrir pelo contexto o significado de palavras ainda desconhecidas, saber reter o essencial, identificar a intenção comunicativa do interlocutor em textos adequados à faixa etária), mas também a expressar-se de forma adequada (de modo claro, audível, e apropriado ao contexto), desenvolvendo capacidades discursivas como elaborar narrativas, descrições, opiniões, pedidos, num processo de

desenvolvimento e consolidação da competência comunicativa (...) (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português, 2018*).

Para este fim, foram realizadas atividades de produção do discurso oral que



Figura 3 - Atividade sobre os graus dos adjetivos.

promovessem o sentido de opinião e de discurso fluído.

Matemática

No que concerne à área da Matemática, foram trabalhados os domínios Números e Operações e Geometria e Medida.

Dentro do domínio dos Números e Operações, pretende-se que “os alunos prossigam o desenvolvimento do sentido de número (iniciado informalmente no pré-escolar) e a compreensão dos números e das operações, bem como da fluência do cálculo mental e escrito” (*Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico matemática, 2018*), portanto, foram trabalhados diversos conteúdos programáticos, tais como o sistema de numeração decimal, a divisão inteira com divisor até dois algarismos, a resolução de problemas de até três passos envolvendo situações de partilha equitativa, as sequências e regularidades e os números racionais não negativos, nomeadamente a simplificação de frações e frações equivalentes, representar números racionais por dízimas, adicionar frações decimais e representar números racionais numa reta numérica.

No domínio da Geometria e Medida, solicita-se que “os alunos prossigam no desenvolvimento da capacidade de visualização e na compreensão de propriedades de figuras geométricas, bem como na noção de grandeza e processos de medida” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico matemática, 2018). deste modo, foram trabalhadas as retas paralelas e as retas perpendiculares oblíquas, a noção de ângulo, a amplitude e a classificação dos ângulos retos, agudos, obtusos, giros, nulos e rasos, os ângulos adjacentes e ângulos concorrentes, verticalmente opostos, ângulos côncavos e convexos e, por fim, a localização e orientação no espaço.

Ao longo das aulas de Matemática nas quais se trabalharam estes conteúdos, o par pedagógico procurou planificar e desenvolver atividades didáticas, educativas e visuais, como por exemplo: criação de retas numéricas, comboio de classes, construção de puzzles, construção de medidores de ângulos, decifração de enigmas - Figura 4 -, entre outras. As atividades tinham como objetivo captar a atenção e o interesse dos alunos e tornar a sua aprendizagem mais simples e divertida, uma vez que alguns dos conteúdos eram um pouco elaborados para o nível de aprendizagem de alguns dos elementos da turma e, acima de tudo, fomentar o seu gosto por esta área.

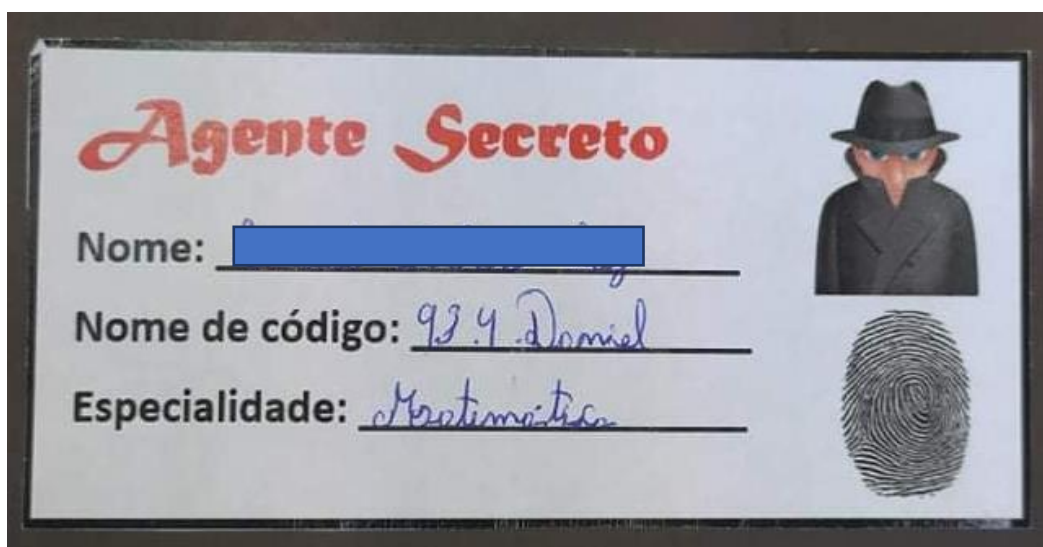


Figura 4 - Atividade sobre sequências para descobrir um código secreto

Estudo do Meio Físico e Social

No que diz respeito à área de Estudo do Meio, foram trabalhados diferentes blocos, sendo que, inicialmente, foram tratados conteúdos ligados ao meio físico e, posteriormente, conteúdos relacionados ao meio social.

No meio físico foi trabalhado o Bloco 1 – À Descoberta De Si Mesmo, isto é, foram trabalhados os músculos (reconhecer a existência dos músculos, reconhecer a sua função e observar em representações dos músculos humanos), a pele (identificar a função de proteção da pele) e a segurança do corpo (identificar alguns cuidados a ter com a exposição ao sol, conhecer algumas regras de primeiros socorros, conhecer e aplicar regras de prevenção de incêndios e conhecer e aplicar regras de segurança antissísmicas).

No meio social, foi trabalhado o Bloco 2 – À Descoberta Dos Outros E Das Instituições, nomeadamente o passado do meio local no qual os alunos tiveram a oportunidade de pesquisar sobre uma instituição (criação de um panfleto sobre o Museu do Traje) e o passado do meio nacional, no qual foram trabalhados os primeiros povos, a reconquista cristã, a formação de Portugal, a 1ª dinastia, a 2ª dinastia: crise de 1383-1385; a expansão portuguesa e a descoberta do caminho marítimo para a Índia e para o Brasil - Figura 5 -, a 3ª dinastia: a perda da independência e a 4ª dinastia: a restauração da independência.

Ao longo das aulas de Estudo do Meio, o par pedagógico criou diversos materiais didáticos como cartazes, livros interativos, um livro da primeira dinastia que foi entregue a cada aluno, um friso cronológico que permitiu à turma localizar acontecimentos relevantes no tempo e o uso de um kit de primeiros socorros, para que os alunos pudessem aprender os conteúdos de uma forma divertida e distinta daquilo que estavam habituados, com o intuito de cativar a atenção da turma e motivá-los para os diferentes conteúdos. As atividades que foram desenvolvidas tinham como propósito “centrar os processos de ensino nos alunos, enquanto agentes ativos na construção do seu próprio conhecimento; privilegiar atividades práticas como parte integrante e fundamental do processo de aprendizagem.” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico estudo do meio, 2018). **(Ver exemplo de planificação, Anexo 1).**

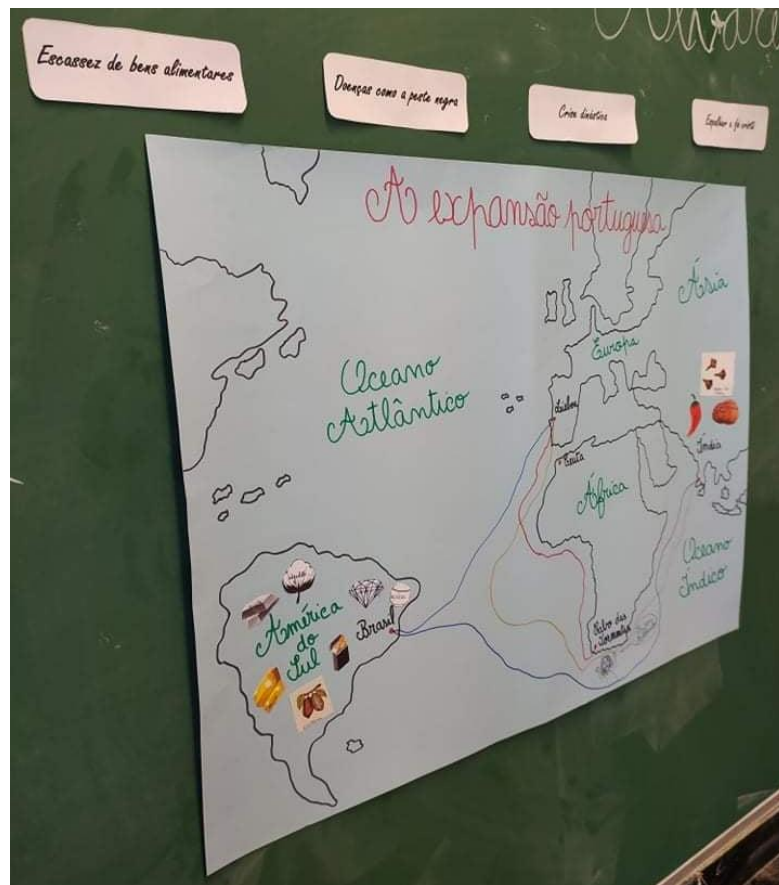


Figura 5 - Atividade sobre a expansão marítima portuguesa

Expressões Artísticas e Físico-Motoras

A área de Educação Físico-Motora apenas foi lecionada duas vezes (uma vez por cada elemento do par), visto que a professora cooperante privilegiava as Expressões Plásticas. Assim sendo, em Educação Físico-Motora, foi trabalhado apenas o Bloco 4 – Jogos. Devido à pandemia e ao facto de os alunos não poderem tocar uns nos outros, o par pedagógico teve de planificar jogos que respeitassem essas regras e, assim sendo, foram criados circuitos.

Para a realização das aulas, a turma era dividida em grupos de quatro elementos previamente raciocinados pelo par e cada grupo realizava o jogo que se encontrava em cada posto, jogos estes que permitiam aos alunos efetuarem a aula sem que os mesmos se tocassem. Porém, antes de se iniciar cada aula, o par projetava, na sala de aula, um *PowerPoint* no qual eram explicados todos os jogos e como iria funcionar a aula. Dadas as

explicações e esclarecidas todas as dúvidas que surgiam por parte dos alunos, a turma deslocava-se até ao recreio onde procedia ao aquecimento, imitando os movimentos da professora estagiária ao som de uma música. Terminado o tempo previsto para o circuito, a professora estagiária voltava a reunir os alunos num círculo para proceder ao relaxamento através da mesma prática utilizada para o aquecimento.

Apesar dos constrangimentos impostos pela pandemia (jogos sem contacto físico e uso reduzido de materiais), os alunos estavam motivados e sentiram-se desafiados por toda a questão pandémica.

Relativamente às Expressões Plásticas, foram realizadas diversas atividades ao longo das semanas de intervenção, por norma relacionadas com as festividades do momento, como construções (construção de uma caixa para colocar castanhas para o Magusto e de um postal de Natal - Figura 6 -), pintura (pintura soprada) e pintura de desenhos com lápis de cor e/ou marcadores. Foi notório que, dentro da área das expressões, a turma tinha maior preferência por atividades de pintura.

Na expressão musical, a turma teve a oportunidade de fazer jogos de exploração do corpo e da voz e de experimentar percussão corporal (batimentos, palmas...) e de acompanhar canções com gestos e percussão. Perto do final do 1º período, a turma, juntamente com o par pedagógico, criou uma coreografia no qual se fizeram acompanhar por uma música natalícia para celebrar as férias de Natal, no sentido de os alunos poderem desenvolver a sua criatividade. Para além disso, e ainda dentro da Expressão Musical, foi realizada uma atividade no qual os alunos identificavam ambientes/texturas sonoras do ambiente próximo e da Natureza, algo completamente novo para eles.

Por fim, na Expressão Dramática, a turma foi dividida em grupos e foi atribuído a cada um deles, um papel que continha uma situação decorrida em determinado tempo. A partir do papel que lhes foi atribuído, cada grupo criou uma pequena peça de teatro para, seguidamente, a apresentar aos seus colegas e às professoras. Com esta atividade, pretendia-se que os alunos desenvolvessem a imaginação, a criatividade e que se libertassem, em diversos casos, da sua timidez, algo que foi conseguido com sucesso e todos ficaram satisfeitos pelo trabalho de cada grupo (Figura 7).



Figura 6 - Atividades relacionadas com a época natalícia



Figura 7 - Dramatização de uma peça de teatro havendo interdisciplinaridade com a área de Estudo do Meio

Cidadania

Na área de Cidadania, foram trabalhados vários temas, nomeadamente a saúde (cuidados a ter com o corpo), a identidade social (identificar épocas festivas e o seu significado: Magusto, Natal e Reis, conhecer e praticar normas de conduta para uma boa integração social, participar na elaboração de pequenos projetos, respeitar as regras do trato social, fomentar a troca de conhecimentos nas diversas áreas e respeitar e inculcar os valores culturais fundamentais à sociedade).

Para trabalhar estes temas, o par planificou diversificadas tarefas desde brainstormings, elaboração de cartazes, pintura de desenhos, criação de esquemas e debates. Estas atividades tinham como objetivo tornar as aulas cativantes, mas, acima de tudo, fazer com que os alunos incorporassem da melhor forma os valores que lhes

estavam a ser transmitidos, nomeadamente os de respeito pelos outros (Figura 8), uma vez que havia, quase diariamente, alguns momentos menos bons relativamente à falta de consideração entre os colegas, uma vez que

(...) a Educação para a Cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos. (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico educação para a cidadania, 2021).



Figura 8 - Atividade sobre respeito entre os seres humanos

A avaliação dos alunos foi feita através da observação direta do par pedagógico, do questionamento e da análise das fichas de trabalho realizadas pelos alunos no fim da semana de intervenção, tanto na quarta-feira como na sexta-feira (aquando das semanas intensivas), de modo a consolidar o que foi aprendido ao longo da mesma.

Para terminar, foi um percurso árduo, de aprendizagem e de experiência, tanto a nível académico como pessoal. O nosso foco nestas intervenções foi, não só, abordar os conteúdos programáticos fornecidos pela Professora Cooperante, mas também trabalhar conceitos como o respeito e a cooperação entre a turma e a sociedade em geral.

Envolvimento na Comunidade Educativa

Ao longo das treze semanas de intervenção no 1º ciclo, o par pedagógico teve a oportunidade de organizar diversas atividades com a turma do quarto ano, com o objetivo de apresentar aos restantes colegas da escola, docentes e não docentes.

- **Dia de São Martinho:** neste dia, a turma realizou atividades associadas a esta festividade, como a construção da Maria Castanha e um utensílio para colocar as castanhas oferecidas pela escola no horário de almoço (Figura 9).



Figura 9 - Construção do utensílio para colocar as castanhas

- **Mês da alimentação saudável:** os alunos foram estimulados a trazer para o lanche da manhã e para o lanche da tarde comida saudável, como por exemplo frutas, iogurtes ou pão com manteiga. Por isso, diariamente, um aluno, e por ordem alfabética, registava numa tabela o que trazia na lancheira, com o objetivo de incentivar os alunos a terem uma alimentação saudável.
- **Coreografia natalícia:** no antepenúltimo dia de aulas do primeiro período, a turma apresentou uma coreografia natalícia aos restantes colegas, docentes e não docentes para, desta forma, finalizar o primeiro período celebrando a época natalícia. A coreografia foi organizada em função de uma letra de uma música apelidada de “Canção de Natal”. Os alunos criaram a coreografia, com a ajuda do par pedagógico (Figura 10).



Figura 10 - Coreografia de Natal

Síntese

Ao longo destas treze semanas de intervenção e tendo em conta todo o trabalho desenvolvido com a turma do quarto ano, o par de estágio foi capaz de tirar conclusões positivas e outras menos positivas.

Deste modo, compreende-se que nem todas as atividades correram como previsto nem no tempo proposto, apesar disso, devemos ter a consciência que tentámos sempre dar o nosso melhor para colmatar as dificuldades que foram surgindo e tentar dar a volta por cima, pois ser professor é isso mesmo, ultrapassar as dificuldades.

Ao longo das nossas intervenções, foram surgindo situações em que o papel do professor ia muito mais além do que meramente ensinar e transmitir conhecimentos, tivemos que dispor o nosso lado humano, amigo e empático para que os alunos percebessem que o professor ajuda e acompanha, não só nos conteúdos programáticos, mas também em problemas pessoais que possam existir e que estão lá quando os alunos precisam de desabafar.

O trabalho desenvolvido ao longo das semanas foi fatigante, no entanto, e com muito esforço e empenho, foi muito satisfatório sentir o *feedback* das crianças que estavam a compreender o que era pretendido.

No que concerne às planificações e implementações nas diversas áreas curriculares, procurámos cumprir sempre com as premissas exigidas pelas duas partes, isto é, tanto pela professora cooperante como também pelos professores supervisores.

Destacámos a importância da interdisciplinaridade para abordar os diversos conteúdos programáticos, algo que foi idealizado pelo par pedagógico, pois quisemos sempre trabalhar as diferentes temáticas com as diversas áreas curriculares.

De uma forma geral e, como balanço final desta intervenção no 1º ciclo do ensino básico, podemos ter em conta a nossa prestação de uma forma positiva e de crescimento tanto pessoal como profissional que foi desempenhado com êxito.

Capítulo II - Intervenção em contexto educativo no 2º CEB

O presente capítulo destaca a intervenção educativa no contexto do 2º ciclo do ensino básico, no qual serão, uma vez mais, enquadrados o contexto, o meio local, o agrupamento, a escola, a turma e o percurso de intervenção educativa.

Caracterização do contexto educativo

Prossegue-se, agora, à caracterização do contexto educativo onde decorreu a segunda, e última, etapa da PES no 2º CEB, especificando todo o percurso desenvolvido.

O meio local

O contexto educativo onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada relativa ao 2º ciclo faz parte de um dos concelhos de Viana do Castelo.

O concelho de Viana do Castelo situa-se a litoral norte de Portugal Continental, na província do Minho, sendo geograficamente delimitado a Norte pelo concelho de Caminha, a Sul pelos concelhos de Esposende e Barcelos, a Este pelo concelho de Ponte de Lima e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

De acordo com os censos de 2011, o distrito de Viana do Castelo conta com um total de 88 725 habitantes, contudo apenas cerca de 38 000 habitantes vivem na cidade, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011).

Do distrito de Viana do Castelo fazem parte 10 concelhos. Assim sendo, o contexto em que decorreu a PES pertence a um concelho deste mesmo distrito. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2011), o concelho onde decorreu a intervenção no 2º ciclo tem mais de 40 000 habitantes e é constituído atualmente por trinta e nove freguesias, devido à reorganização administrativa, isto é, à união de freguesias. As principais atividades económicas deste concelho são o comércio, a indústria automóvel e a agricultura. O contexto localiza-se numa freguesia deste concelho, fazendo parte da reorganização administrativa referida anteriormente. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2011), a freguesia tem mais de 3500 habitantes e ocupa uma área de 2,72 km². Esta freguesia está situada na zona urbana do concelho e tem como principais

atividades económicas o comércio, o artesanato e a indústria automóvel. Possui, ainda, de variados serviços como, por exemplo, monumentos históricos, áreas comerciais, meios de transportes, serviços de saúde e educação, entre outros.

O Agrupamento e a Escola

O centro educativo onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada do 2º semestre integra um Agrupamento constituído no ano letivo de 2003/2004. O Agrupamento é constituído por diferentes níveis de ensino desde a Educação Pré-Escolar até ao 3º ciclo. Por isso, o Agrupamento é composto por seis escolas básicas com Educação Pré-Escolar e 1º ciclo e uma escola básica com 2º e 3º ciclos onde se localiza a sede deste mesmo Agrupamento.

O espaço exterior da escola expõe de uma área significativa, tendo espaços em cimento e é composto por um campo de jogos, que inclui campo de basquetebol e de futebol. A área envolvente está rodeada de árvores e tem uma pequena horta cultivada pelos alunos do PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). A zona exterior é maioritariamente coberta, havendo um corredor coberto que liga todos os edifícios educativos até à entrada e saída da escola. Para além do campo de jogos, existe também um pavilhão de Educação Física, três edifícios educativos, um edifício administrativo e um edifício de convívio.

No que compete ao espaço interior, os três edifícios educativos são compostos por dois pisos, casas de banho respetivas para cada sexo, duas salas de arrumos para materiais didáticos, uma sala de apoio e doze salas, incluindo nessas doze salas um laboratório de Ciências e um laboratório de Físico-Química. Num dos blocos educativos existe uma sala para a disciplina de Educação Musical. Cada sala de aula tem à sua mercê projetor, computador e internet. O edifício administrativo inclui a biblioteca escolar, a secretaria, a papelaria para os docentes, a sala dos professores, uma sala de reuniões e a direção. O edifício de convívio abrange o bar, o refeitório, a cozinha e a papelaria para os estudantes.

Relativamente aos recursos humanos, a escola tinha à sua disposição cento e quatro professores do 2º e 3º ciclos, vinte e um assistentes operacionais e nove assistentes técnicos. Da escola faziam parte setecentos e oitenta alunos distribuídos por trinta e oito turmas pelos diferentes anos de escolaridade (do 5º ao 9º ano).

A turma

A prática decorreu com uma turma mista do 6º ano de escolaridade, composta por vinte alunos, sendo que dez eram rapazes e dez eram raparigas. Os alunos tinham idades compreendidas entre dez a doze anos (Gráfico 1).

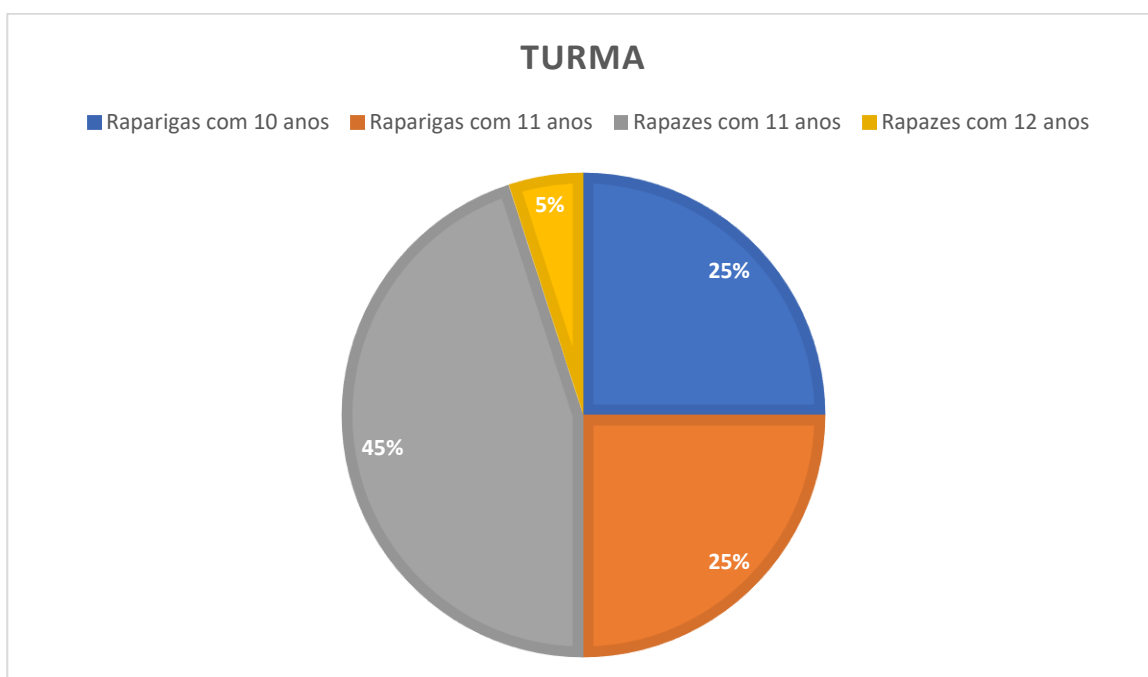


Gráfico 1 - Idades dos alunos da turma do 6º ano (elaboração própria)

É de realçar que da turma faziam parte três alunos com RTP e que usufruíram de adaptações curriculares não significativas nas disciplinas teóricas e de antecipação e reforço das aprendizagens, beneficiando de adaptações ao processo de avaliação. Os três alunos com RTP tinham apoio individualizado no horário da aula de Português à quarta-feira com uma professora qualificada para este fim.

Seis dos vinte alunos beneficiavam do apoio na área de Português como também na área de Matemática, enquanto apenas um dos vinte alunos beneficiava do apoio na

área de Matemática e dois dos vinte alunos não pertenciam à turma no ano letivo anterior.

Destaca-se também quatro alunos de PLNM que tinham vindo recentemente para Portugal. Alunos esses oriundos do Brasil, de França e de Andorra. Um destes alunos entrou para a turma apenas no início do segundo período (janeiro), vindo de França. Este aluno tinha aula de apoio individual a português de forma a auxiliar a sua integração com a língua portuguesa. Outro aluno veio para Portugal há dois anos, tendo dupla nacionalidade (brasileira e inglesa). As restantes alunas vieram de Andorra há três anos e são irmãs gémeas e uma delas integra os alunos com RTP.

A turma era bastante assídua, mas nem sempre pontual. De uma forma geral, demonstrava motivação, entusiasmo, curiosidade para aprender novos conteúdos programáticos e empenho na realização das atividades propostas pela professora cooperante e pela professora estagiária.

De uma forma global, a turma apresentava um aproveitamento mediano nas diversas áreas disciplinares. A nível do comportamento, não havia muitos problemas na sala de aula. Ambos os professores cooperantes haviam sido professores desta turma no ano letivo anterior, um deles foi o seu diretor de turma.

Em relação ao horário da turma, denota-se que os alunos iniciavam as aulas todos os dias às 8 horas e 20 minutos e tinham aulas da parte da tarde às quartas-feiras e às sextas-feiras, terminando as mesmas às 16 horas e 40 minutos e às 15 horas e 55 minutos, respetivamente. Nos restantes dias da semana, segunda-feira, terça-feira e quinta-feira, terminavam às 13 horas e 15 minutos. As aulas tinham uma duração de 90 ou de 45 minutos.

À vista do Plano Curricular do Agrupamento, os alunos do 6º ano de escolaridade devem ter, pelo menos, 225 minutos semanais na área disciplinar de Português. Já na área de História e Geografia de Portugal, o agrupamento estabelece 135 minutos semanais. Segundo o Decreto-Lei 139/2012 de 5 de julho, a Matriz Curricular referente ao 2º ciclo do ensino básico, refere que as áreas disciplinares de Português e História e Geografia de Portugal deverão ter uma carga horária semanal de 500 minutos. No

entanto, o Decreto-Lei faz referência que no mínimo deverão ser lecionados 250 minutos, pelo menos na disciplina de Português.

Refletindo sobre o horário da turma do 6º ano (Tabela 1) com o que se encontra apresentado no Plano Curricular do Agrupamento, as cargas horárias implementadas não correspondem nem respeitam o que está descrito no Decreto-Lei, podendo comprovar no quadro posteriormente indicado (Figura 11).

Tabela 1 - Horário da turma do 6º ano (elaboração própria)

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:20 – 9:05	Português	Educação Tecnológica	Ciências Naturais	Matemática	Matemática
9:05 – 9:50	Educação Musical	Educação Tecnológica	Ciências Naturais	Matemática	Matemática
10:00 – 10:45	História e Geografia de Portugal	Educação Visual	Educação Física	Português	Ciências Naturais
10:45 – 11:30	Educação Física	Educação Visual	Educação Física	Português	TIC
11:45 – 12:30	Matemática	História e Geografia de Portugal	Religião Moral	Educação Musical	
12:30 – 13:15	Estudo Acompanhado	História e Geografia de Portugal		Educação Musical	Inglês
13:30 – 14:15			Português		Cidadania
14:15 – 15:00			Português		Cidadania
15:10 – 15:55			Inglês		Estudo Acompanhado
15:55 – 16:40			Inglês		

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares:			
Línguas e Estudos Sociais	(b) 500	(b) 500	1 000
Português; Inglês; História e Geografia de Portugal;			
Matemática e Ciências	(c) 350	(c) 350	700
Matemática; Ciências Naturais;			
Educação Artística e Tecnológica	(d) 270	(d) 270	540
Educação Visual; Educação Tecnológica; Educação Musical;			
Educação Física	135	135	270
Educação Moral e Religiosa (e)	(45)	(45)	(90)
<i>Tempo a cumprir</i>	1 350 (1 395)	1 350 (1 395)	2 700 (2 790)
Oferta Complementar	(f)	(f)	
Apoio ao Estudo (g)	200	200	400

(a) Carga letiva semanal em minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(d) Do total da carga, no mínimo, 90 minutos para Educação Visual.

(e) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 15.º, parte final, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola, em função da gestão do crédito letivo disponível, nos termos do artigo 12.º

(g) Oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória por indicação do conselho de turma e obtido o acordo dos encarregados de educação, nos termos do artigo 13.º

Figura 11 - Cargas horárias semanais das disciplinas apresentadas no Decreto-Lei 139/2012 5 de julho (p.3485)

Percurso da Intervenção Educativa: o 6º ano de escolaridade

Neste tópico será destacado o percurso interventivo no contexto do 2º CEB, logo, serão indicadas as principais áreas de intervenção, assim como os conteúdos abordados e algumas estratégias utilizadas.

Observação de aulas

No decorrer da intervenção educativa e pedagógica, foi-nos concebida uma etapa inicial de observação, durante as primeiras quatro semanas da Prática de Ensino Supervisionada.

Esta fase é considerada de uma elevada importância para perceber o contexto em sala de aula, conhecer a turma e as metodologias e estratégias de ensino por parte dos professores cooperantes para compreender que tipo de intervenção pedagógica teria de

ser efetuada naquele contexto. O par pedagógico observou nove aulas na área de Português e seis aulas na área de História e Geografia de Portugal.

Com as observações conseguiu-se entender quais os comportamentos da turma, tendo como exemplo os alunos mais participativos e os mais desestabilizadores, as suas rotinas e as suas relações com os restantes colegas, com os professores cooperantes e com os assistentes operacionais.

Ao longo destas quatro semanas de observação, os professores cooperantes possibilitaram que o par pedagógico interagisse com a turma, ajudando-a em algumas tarefas e atividades que iam surgindo ao longo das aulas.

Planificação de Português

A professora estagiária iniciou a intervenção no 2º ciclo na área de Português e para realizar a planificação teve em conta as orientações que o professor cooperante lhe indicou, como os conteúdos programáticos a lecionar e também com o suporte dos documentos das Aprendizagens Essenciais, das Metas Curriculares e da Planificação Anual, esta última fornecida pela Porto Editora, nos quais estão presentes os conteúdos programáticos a abordar. No decorrer das quatro semanas de intervenção, a PE lecionou doze aulas de Português, uma aula de quarenta e cinco minutos e duas aulas de noventa minutos por semana.

Ao longo da construção das planificações na área de Português, a PE teve cuidado em relacionar os quatro domínios – Educação Literária; Oralidade; Gramática; Leitura e Escrita -, pois o seu objetivo era trabalhá-los simultaneamente ao longo das quatro semanas de intervenção.

No domínio da Oralidade, os alunos deverão:

(...) estar aptos não só a compreender formas complexas do oral (textos de géneros formais e públicos), por períodos prolongados, a identificar a intenção comunicativa do interlocutor (informar, persuadir, mentir, troçar, seduzir, por exemplo) e a reter a informação relevante para poderem intervir de modo adequado na interação, mas também a revelar fluência e

adequação da expressão oral em contextos formais de comunicação (...)” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018)

Desta forma, e para desenvolver estas competências com a turma, a professora estagiária optou por atividades relacionadas com o interpretar textos orais breves, produzir textos orais com diferentes finalidades e com coerência, utilizar procedimentos para registar e reter a informação, compreender e apresentar argumentos e identificar argumentos que fundamentam uma opinião (Figura 12).

Os conteúdos relacionados com o domínio da Oralidade tinham como finalidade promover estratégias que envolvessem a compreensão de textos em diferentes suportes audiovisuais para a identificação de informação explícita e dedução de informação implícita a partir de pistas textuais e seleção de informação relevante para um determinado objetivo; Produção de discursos preparados para apresentação a público restrito: referir factos para sustentar uma opinião ou para identificar problemas a resolver; narrar acontecimentos vividos ou imaginados; descrever personagens/personalidades, comportamentos, situações e expor trabalhos relacionados com temas disciplinares e interdisciplinares, realizados individualmente ou em grupo. No decorrer das intervenções, foram realizadas diversas atividades pedagógico-didáticas interdisciplinares, com Ciências Naturais, História e Geografia de Portugal e Educação Visual.

No domínio da Educação Literária, pretende-se capacitar os alunos para:

(...) a compreensão, a interpretação e a fruição de textos literários, fazer da leitura um gosto e um hábito para a vida e encontrar nos livros motivação para ler e continuar a aprender dependem de experiências gratificantes de leitura, a desenvolver a partir de recursos e estratégias diversificados, que o Plano Nacional de Leitura (PNL) disponibiliza, e de percursos orientados de análise e de interpretação. Neste âmbito, é ainda fundamental que os alunos tenham atingido a capacidade de apreciar criticamente a dimensão estética dos textos literários, portugueses e estrangeiros, e o modo como manifestam experiências e valores (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018)

Para isso, a professora estagiária trabalhou com a turma uma parte da obra “Gulliver em Portugal – Ato V” e também uma parte da obra “Os Piratas”. As atividades

relativas a este domínio tinham como objetivo a compreensão de narrativas literárias com base num percurso de leitura que implicasse: imaginar desenvolvimentos narrativos a partir da mobilização de experiências e vivências; antecipar ações narrativas a partir de elementos do paratexto e de sequências de descrição e de narração; mobilizar conhecimentos sobre a língua e sobre o mundo para interpretar expressões e segmentos de texto; justificar as interpretações; questionar aspetos da narrativa.

No domínio da Leitura e Escrita, pretende-se que os alunos:

(...) tenham adquirido fluência e eficácia na seleção de estratégias adequadas ao motivo pelo qual leem determinado texto ou obra, tendo em conta que estes deverão apresentar, neste nível de ensino, uma complexidade e uma dimensão que requeiram alguma persistência (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018)

Para desenvolver estas competências, a professora estagiária realizou com a turma diversas atividades de leitura que tinham como intenção a realização de diferentes tipos de leitura em voz alta (ler muito devagar, ler muito depressa, ler muito alto, ler murmurando, ler em coro, fazer leitura coletiva, leitura dramatizada, leitura expressiva) e silenciosa (tal como a leitura na pista de pormenores, leitura para localização de uma informação); a compreensão de textos através de atividades que implicassem mobilizar experiências e saberes interdisciplinares; pesquisa e seleção de informação essencial, com recurso à WEB. Para além disso, durante as intervenções na área de Português, a professora estagiária realizou com a turma o projeto de leitura “10 minutos a ler” do Plano Nacional de Leitura (Figura 13), com o objetivo de promover a leitura prazerosa, uma vez que

(...) fazer da leitura um gosto e um hábito para a vida e encontrar nos livros motivação para ler e continuar a aprender dependem de experiências gratificantes de leitura, a desenvolver a partir de recursos e estratégias diversificados, que o Plano Nacional de Leitura (PNL) disponibiliza, e de percursos orientados de análise e de interpretação (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018)

Relativamente ao domínio da Escrita, é esperado que:

(...) no final do 2º ciclo, os alunos tenham atingido o domínio de processos, estratégias, capacidades e conhecimentos para escrita de textos de diversos géneros com vista a uma diversidade de objetivos comunicativos, com organização discursiva adequada, diversidade e propriedade vocabular, correção linguística e correção ortográfica (...)” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018)

Para este fim, foram realizadas algumas atividades que envolveram a planificação, textualização e revisão de textos curtos escritos pelos alunos, para divulgação e partilha dos textos produzidos pelos mesmos.

Por último e, no que concerne ao domínio da Gramática, “o conhecimento gramatical dos alunos, no final deste ciclo de ensino, deverá estar sistematizado quanto aos aspetos básicos da estrutura e do funcionamento da língua” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português, 2018), por esse motivo, a professora estagiária trabalhou com a turma os conteúdos programáticos do discurso direto e discurso indireto e da frase simples e frase complexa, com a intenção de consciencializar o funcionamento da frase complexa por meio de atividades de manipulação de dados para: distinção entre orações coordenadas e subordinadas; classificação de orações subordinadas; realização de atividades interpessoais envolvendo o uso de formas de tratamento adequadas a diferentes situações. No último conteúdo abordado, isto é, a frase simples e a frase complexa, uma grande parte das atividades realizadas integraram-se em interdisciplinaridade com a área de História e Geografia de Portugal, associando os conteúdos programáticos da área de Português aos que estavam a ser lecionados na área de História e Geografia de Portugal. **(Ver exemplo de planificação, Anexo 2).**

É de enfatizar o comportamento da turma ao longo das doze aulas de Português, uma vez que foi exemplar e de uma enorme dedicação. Notou-se uma considerada evolução na participação dos alunos desde as aulas de observação até às aulas implementadas pelas professoras estagiárias, uma vez que houve uma interação mais fluída entre professora-aluno, aluno-professora e aluno-aluno.



Figura 12 - Árvore construída pela turma do 6º ano



Figura 13 - Projeto de leitura "10 minutos a ler"

Planificação de História e Geografia de Portugal

Na área curricular de História e Geografia de Portugal, em concordância com a professora cooperante, o conteúdo programático a abordar seria apenas o domínio: Portugal Hoje. Relativamente aos subdomínios, a PE abordou com a turma: a população portuguesa; os lugares onde vivemos; e as atividades económicas que desenvolvemos.

No decorrer das quatro semanas de intervenção, a professora estagiária lecionou oito aulas de História e Geografia de Portugal, uma aula de quarenta e cinco minutos e outra aula de noventa minutos por semana.

Para elaborar uma planificação completa e bem estruturada, a professora estagiária recorreu aos documentos do Currículo, como as Metas Curriculares, o Programa de História e Geografia de Portugal, as Aprendizagens Essenciais e as Competências Essenciais.

Relativamente ao primeiro subdomínio, foram trabalhadas as seguintes aprendizagens:

(...) comparar a distribuição de diferentes fenómenos demográficos/indicadores demográficos à escala nacional, estabelecendo relações de causalidade e ou de interdependência; Explicar a ação de fatores naturais e humanos na distribuição da população e do povoamento no território nacional (áreas atrativas e áreas repulsivas) e Identificar/ aplicar os conceitos: censos, NUT, distrito, população absoluta, crescimento natural, saldo migratório, esperança vida à nascença, mortalidade infantil, envelhecimento da população, densidade populacional, área atrativa, área repulsiva. (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico história e geografia de Portugal, 2018).

No que concerne ao segundo subdomínio, foram elaboradas atividades com o objetivo de:

(...) analisar a distribuição de diferentes fenómenos relacionados com as áreas de fixação humana usando terminologia geográfica apropriada; Comparar o espaço rural com o espaço urbano, em Portugal, enunciando diferenças ao nível das atividades económicas, ocupação dos tempos livres, tipo de construções e modos de vida; Identificar fatores responsáveis pela ocorrência de problemas sociais que afetam as áreas rurais e áreas urbanas; Identificar ações a empreender de formas a solucionar ou mitigar alguns problemas sociais; Reconhecer algumas

características ambientais, sociais, culturais e paisagísticas que conferem identidade a Portugal e à população portuguesa e Identificar/ aplicar os conceitos: povoamento rural, povoamento urbano, povoamento urbano, êxodo rural, taxa de urbanização, equipamento coletivo, saneamento básico, litoralização. (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico história e geografia de Portugal, 2018).

Por fim, em relação ao terceiro subdomínio, foram trabalhadas estratégias que tinham como objetivo: “(...) caracterizar os principais setores de atividades económicas e a evolução da distribuição da população por setores de atividade, à escala local e nacional, usando gráficos e mapas e Identificar/aplicar os conceitos: população ativa, sectores de atividade. (...)” (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico história e geografia de Portugal, 2018).

Com o intuito de cumprir com os objetivos propostos nas Aprendizagens Essenciais de HGP, foram realizadas diversas atividades como por exemplo: trabalhos de pesquisa individuais e em grupo com recurso aos respetivos telemóveis (Figura 14) e apresentações orais no qual teriam de pesquisar sobre os países para onde os portugueses mais emigram e com base nos tópicos fornecidos previamente reuniram informações para posteriormente apresentarem oralmente aos restantes colegas; elaboração de uma carta de forma a que os alunos entendessem as disparidades entre a vida urbana e a vida rural; visualização e análise de vídeos; recursos multimédia como acompanhar e compreender a letra da música “Para os braços da minha mãe” de Pedro Abrunhosa, que retrata a vida difícil de um emigrante; colorir o mapa de Portugal de forma a identificar as regiões com mais e menos densidade populacional e, por fim, atividades de inferência, de opinião pessoal e debate sobre as temáticas que foram abordadas ao longo das aulas, como a emancipação feminina, a razão da diminuição da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade e o aumento da esperança média de vida. **(Ver exemplo de planificação, Anexo 3)**

É de realçar a forma como os alunos intervieram nas atividades realizadas ao longo das oito aulas de HGP. Mostraram-se empenhados e focados no objetivo das atividades, sendo que os alunos menos interativos nas aulas de observação participaram

diversas vezes, colocando questões e dando as suas opiniões sobre os diferentes conteúdos.



Figura 14 - Trabalho de pesquisa com recurso aos telemóveis pessoais

Envolvimento na Comunidade Educativa

Nesta vertente, e por sugestão do professor cooperante de Português, que lecionava igualmente a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento com a turma do 6º ano, foi pedido ao par pedagógico que elaborasse uma planificação para duas aulas desta mesma área curricular. Cada elemento do par lecionou uma aula sobre a temática da obesidade infantil.

Ao longo das duas aulas foram realizadas diversas atividades, entre as quais a utilização do site TuaSaude.com para medir o IMC (Índice de Massa Corporal) de vários alunos da turma e recortar diversos alimentos para afixar na cartolina correspondente, isto é, os alimentos que fazem parte de um estilo de vida saudável e de um estilo de vida não saudável (Figura 15). **(Ver exemplo de planificação – anexo 4).**



Figura 15 - Atividade sobre os alimentos que fazem parte de um estilo de vida saudável e não saudável

Síntese

Globalmente, a PES no 2º CEB correu de uma forma positiva. Foi bastante desafiadora e de muitas aprendizagens. Apesar da construção das planificações ser individual, o par pedagógico ajudou-se mutuamente em muitas das atividades propostas ao longo das aulas.

A turma sempre se mostrou motivada e empenhada ao realizar as atividades que foram surgindo. O par pedagógico foi muito bem recebido no contexto, seja pelos professores cooperantes, pelo diretor, pelos restantes professores ou pelos funcionários.

Relativamente às planificações, a PE estimulou a interdisciplinaridade entre as áreas de Português-Cidadania; Português-Ciências; História-Português; História-Cidadania.

No último dia, o par de estágio recebeu alguns presentes especiais por parte dos alunos do 6º ano, ficando bastante sensibilizado, não pelo bem material em si, mas sim pelo gesto de carinho por parte dos mesmos.

Foi uma experiência totalmente positiva e enriquecedora que trouxe ao par pedagógico muitas aprendizagens, conhecimentos e pessoas para a vida.

Parte II – Trabalho de investigação

Uma proposta pedagógica de intervenção em História e Geografia de Portugal

A segunda parte do relatório tem como objetivo descrever todo o procedimento do estudo que foi realizado ao longo da PES na área de História e Geografia de Portugal e na elaboração da proposta pedagógica. Esta segunda parte do relatório está dividida em cinco capítulos. O primeiro aborda a contextualização do estudo, assim como a pertinência do problema, questões e objetivos da investigação. O segundo capítulo retrata a fundamentação teórica desta investigação e a revisão da literatura. O terceiro capítulo aborda a metodologia de investigação utilizada para este estudo, como as opções metodológicas, a descrição do estudo, a caracterização dos participantes, as técnicas e instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise de dados. No quarto capítulo trata-se da apresentação e discussão dos resultados. Por fim, no quinto capítulo destacam-se as conclusões do estudo e conclusões finais desta investigação.

Capítulo I - Introdução

O capítulo I desta segunda parte do relatório final da PES está dividido em cinco tópicos, que são os seguintes: Caracterização do estudo; Identificação da pertinência do problema; Questões de investigação; Objetivos da investigação; Motivação.

O propósito principal deste capítulo inicial é conceder um conhecimento aprofundado do trabalho de investigação que foi desenvolvido ao longo do segundo semestre, do vigente ano letivo 2020/2021.

Caracterização do estudo

Introduzido no estágio de habilitação para a docência como professora do 1º CEB e 2º CEB de Português e História e Geografia de Portugal, foi realizado um trabalho de investigação com uma turma do 6º ano de escolaridade, em que colaboraram vinte alunos.

Este estudo realizou-se na área disciplinar de História e Geografia de Portugal, tendo por base a Educação Para a Cidadania Global, uma vez que se pretende interligar estas duas áreas de estudo, por isso, o aluno deve compreender:

(...) o papel fundamental que a História e a Geografia desempenham no estudo do país, no que respeita às suas características físicas e humanas e à sua evolução histórico-cultural, promovendo a inclusão, o respeito pela diversidade, a cooperação, a valorização dos direitos humanos e a sensibilização para a finitude do planeta. (...) (Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico história e geografia de Portugal. (2018).)

Desta forma e tendo a escola um papel essencial na prática de reflexão e sentido crítico das temáticas relacionadas com os Direitos Humanos, o estudo concentra-se na Educação para a Cidadania Global, perspetivando a Educação para algumas temáticas inseridas nos Direitos Humanos, como a igualdade de género, a exploração laboral e o acesso aos cuidados básicos de saúde.

Na base deste estudo importa referir as principais características da Educação para a Cidadania Global presentes neste trabalho de investigação:

(...) um profundo conhecimento de questões globais e de valores universais, como justiça, igualdade, dignidade e respeito; Habilidades cognitivas para raciocinar de forma crítica, sistêmica e criativa, incluindo a adoção de uma abordagem com múltiplas perspectivas, que reconheça diferentes dimensões, perspectivas e ângulos das questões; Capacidades comportamentais para trabalhar de forma colaborativa e responsável a fim de encontrar soluções globais para desafios globais, bem como para lutar pelo bem coletivo. (...)” (ME, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015)

Ao abordarmos a importância da Educação para a Cidadania Global, Leite & Rodrigues (2001) referem que:

(...) a Educação para a Cidadania não se resume à aprendizagem dos direitos e dos deveres dos cidadãos, mas passa essencialmente pela construção da “escola democrática” onde seja possível vivenciar situações de mútuo (re)conhecimento, valorização e respeito, que assumam um carácter formativo e potencializador dessa formação nos vários contextos de vida dos indivíduos.

Assim, a escola é a abertura para a transmissão de valores fundamentais associados ao respeito e à empatia, e para isso, os professores têm como função essencial formar os futuros cidadãos e prepará-los para se envolverem com o meio no qual estão inseridos. Por isso e, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2015), os alunos devem ser capazes de “conhecer, fazer, ser e conviver”.

O tema da investigação tem como título “Do local ao global: exercícios de cidadania na aula de Geografia” e possui como vertente uma investigação qualitativa, uma vez que pretende recolher informação sobre os diferentes pontos de vista e opiniões dos participantes. Sendo este um estudo heterogéneo, consente todas as realidades dos intervenientes e a investigadora tem um papel essencial e dinâmico na recolha de informações.

Identificação da pertinência do problema

Esta investigação surge alicerçado aos conhecimentos e ideias prévias que os alunos têm sobre as diversas temáticas associadas à Geografia de Portugal no século XXI, mais concretamente à igualdade de género, à exploração e escravatura laboral e ao acesso aos cuidados de saúde.

Atualmente, e apesar de vivermos num país desenvolvido, ainda existem algumas questões que nos levam a pensar criticamente sobre isso. A mulher tem vindo a impor-se, ao longo dos anos, na sociedade. Até então era vista como uma mera dona de casa que tinha a obrigação de cuidar da habitação e dos filhos. Hoje em dia, e com a entrada no mercado de trabalho, a mulher tem lutado pela igualdade em relação ao sexo oposto. Atualmente, e desde os finais do século XX, numa maioria, as mulheres são independentes, formadas e lutam pelo que desejam, sem qualquer medo, porque assim lhes é permitido. Segundo Canço & Bernardo (2017), em cada cem pessoas com ensino superior completo, cerca de sessenta são mulheres e cerca de quarenta são homens. Há também um número inferior de mulheres desempregadas relativamente a homens.

Uma outra problemática é a exploração e escravatura laboral. Parece-nos inacreditável abordar esta tão delicada problemática em pleno século XXI, no entanto, é uma dura realidade presente em Portugal. Se muitos de nós já sabíamos que isto acontecia, o caso de Odemira (2021), por exemplo, veio-nos provar que de facto é um problema grave a acontecer no nosso país. Segundo um relatório do Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH), nos últimos onze anos, as entidades oficiais registaram quinhentas e quarenta e sete vítimas de tráfico de seres humanos para exploração laboral em Portugal. A maioria destas pessoas é explorada no setor agrícola e localizam-se maioritariamente na região do Alentejo.

Por fim, a outra problemática analisada neste estudo é o acesso aos cuidados básicos de saúde. Apesar das barreiras no acesso à saúde estarem a diminuir em Portugal, ainda existem alguns impedimentos, mais concretamente para a população que vive nas áreas rurais, que por estarem distantes das infraestruturas torna-se mais complexa a sua deslocação. Segundo o relatório europeu de 2019 sobre a Situação da Saúde na União Europeia, 2,3% da população portuguesa informou, em 2017, necessidades de cuidados médicos não satisfeitos devido a questões monetárias, geográficas ou de tempos de espera intermináveis.

Assim sendo, o objetivo é trabalhar estas questões de maneira que os alunos se tornem mais informados e ativos para discutir e defender estas temáticas ao longo das

suas vidas, preparando-os assim para viver numa sociedade mais respeitadora, digna e justa.

Questões de investigação

Sabendo que para realizar uma investigação, é necessário haver um problema para o desenvolvimento e procedimento do estudo, a investigadora tem como ponto principal as seguintes questões de investigação:

- Que conceções apresentam os alunos relativamente às problemáticas de igualdade de género, exploração laboral e acesso aos serviços de saúde?
- Qual o impacto que a abordagem destas temáticas teve nos alunos?
- Que alterações devemos ter em conta no pensamento social e geográfico dos alunos acerca destas temáticas?

Objetivos da investigação

Tendo em vista a encontrar as respostas para as questões orientadoras anteriormente referidas, foram cumpridos os seguintes objetivos de investigação:

- Conhecer as ideias prévias dos alunos sobre as questões tratadas.
- Identificar os conhecimentos dos alunos sobre os diversos conceitos de: igualdade de género, exploração laboral e o acesso aos cuidados de saúde.
- Sensibilizar e consciencializar os alunos para a importância da mulher na sociedade e a sua luta ao longo dos anos para a igualdade de género.
- Identificar vantagens e desvantagens de viver no campo e/ou na cidade, associando-as ao acesso rápido aos serviços de saúde e de educação.

Motivação

As temáticas relacionadas com os direitos humanos e justiça sociais estão sempre presentes no nosso quotidiano e na comunicação social, seja a nível nacional como internacional. Estas temáticas se não forem defendidas e trabalhadas da melhor maneira possível poderão colocar em causa o futuro da sociedade.

Por isso, é de grande importância trabalharmos e consciencializarmos as crianças, cidadãos do futuro, para a problemática destes temas, tantas vezes controversos na nossa comunidade. A investigadora sentiu também motivação para abordar estas temáticas, devido à, ainda, desigualdade de género presente em Portugal, tanto a nível de ofertas de emprego como a nível salarial, havendo muitas vezes exploração laboral.

Relativamente às questões das vantagens e desvantagens de viver no campo e/ou na cidade, a investigadora sentiu que seria importante abordar esta problemática com os alunos, uma vez que, na nossa época, existem ainda, nas cidades portuguesas, diversas carências como a falta de saneamento básico, eletricidade e água, prejudicando assim as condições de vida dos habitantes, como indica o jornalista da Agência Lusa, (Santos, 2020) “no centro de Lisboa ainda há quem não tenha luz e despeje dejetos na rua, uma vez que as suas casas não reúnem as condições básicas de saneamento”. Relativamente à vida rural, muitos habitantes estão localizados em regiões mais isoladas, sentindo dificuldades em chegar a um hospital mais fácil e rapidamente.

Para finalizar, e apesar de vivermos em pleno ano de 2021, existem diversas temáticas associadas aos direitos humanos que não estão asseguradas, por isso, a escola é extremamente importante para a evolução da sociedade e para a promoção da empatia e interajuda para com os restantes cidadãos.

Capítulo II – Fundamentação Teórica

Neste segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica que tem como objetivo expor e explicar teoricamente o problema da investigação referido anteriormente. Para elaborarmos a fundamentação teórica precisamos de ter em foco a pesquisa, o reconhecimento e a análise de documentos que contêm informações pertinentes para a investigação.

A fundamentação teórica será realizada com diversas perspetivas de autores que abordam os diferentes conceitos associados à presente investigação. Por esse motivo, ao longo deste segundo capítulo, será apresentada a revisão da literatura. Para organizar a fundamentação teórica, o foco estará presente em cinco tópicos fundamentais para o estudo:

- Educação Histórica e Educação Geográfica
- Educação para a Cidadania em Portugal
- A igualdade de género e a emancipação feminina ao longo dos séculos
- Assimetrias no mercado laboral
- Portugal contemporâneo – construção geográfica ao longo dos últimos quarenta anos

Educação Histórica e Educação Geográfica

Educação Histórica

Como já se verificou anteriormente, a área curricular de História e Geografia de Portugal dispõe de uma carga horária muito reduzida, relativamente a outras áreas como é o caso, por exemplo, da área da Matemática, provocando, muitas vezes, o desinteresse dos alunos pela disciplina de HGP. São escassas as escolas que não cortaram no número de horas letivas conferidas à área de História, seja no 2º e 3º ciclos do ensino básico, como também no ensino secundário. Na visão de Barros, M. M. (2019) o panorama é entristecedor. Segundo o mesmo “(...) na generalidade verifica-se uma redução de 45 ou

de 50 minutos por semana em cada um dos ciclos de ensino, incluindo no secundário. Casos há em que a redução é ainda maior.”

Começa-se então por entender a origem e o significado da palavra “História”, tal como tudo o que está relacionado com esta ciência “(...) esta conceção da visão como fonte essencial do conhecimento leva-nos à ideia de que histor ‘aquele que vê’ é também aquele que sabe; historein em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’ (...)”. (Neto, 2016). A História existe há muitos e longos anos, no entanto, o primeiro historiador a trabalhar e a explorar esta ciência foi Heródoto, um geógrafo e historiador grego, sendo este uma grande referência a nível histórico.

“Pensar o passado para compreender
o presente e idealizar o futuro”

Heródoto (Século V a.C.)

Desta forma, considera-se que a palavra “História” tem como primeiro intuito conduzir a uma mensagem de procura de informação e promover o seu tratamento e análise, concomitantemente que incute a emoção e o entusiasmo na procura de factos e acontecimentos.

Nos anos 70, surgiu, em Inglaterra, uma nova área de investigação que se intitula de Educação Histórica, de forte influência anglo-saxónica. No entanto, só chegou a Portugal por volta de 2000 com as perspetivas e os diferentes estudos da investigadora Isabel Barca, sendo esta a pioneira da Educação Histórica neste país. Esta área de investigação consiste em compreender de que forma é que os alunos assimilam e percebem os saberes históricos que lhes estão a ser transmitidos, ou seja e, segundo Barca, I. (2000) “procuram compreender as formas como crianças e jovens constroem o conhecimento histórico”.

Evidentemente que é uma situação que preocupa todos aqueles que estão envolvidos nesta área. Para tentar reverter esta problemática, têm surgido, nos últimos

anos, diversos novos métodos na tentativa de revolucionar a importância e a perspectiva de História e Geografia de Portugal aos olhos dos alunos. Estas novas técnicas promovem a interação, o sentido crítico e o desenvolvimento do conhecimento Histórico de um modo mais didático, desviando assim do formato mais tradicional, como refere Barca (2012):

(...) dessa forma, professores e investigadores, centrados na promoção de uma Educação Histórica, pretendem compreender as ideias de crianças e jovens na perspectiva de que é possível que sejam os alunos a construir e exprimir as suas narrativas históricas. Significa isso, ser possível reconhecer as concepções dos alunos sobre os significados atribuídos ao mundo, aos sentidos de mudança, ao papel da História na orientação temporal, ao reconhecimento dos valores culturais em diversos contextos, para que a partir daí possam ser trabalhados e melhorados. (...)

Para envolvermos os alunos na unidade curricular de HGP, devemos ter em foco todas as informações que eles trazem para a escola sobre os diversos conteúdos programáticos que são abordados nesta área, assimilando depois com o conhecimento que será transmitido pelo docente, como indica Cooper (2002) analogamente à posição da família sobre a relevância das experiências que as crianças têm ao longo da sua curta vida em perspectiva do passado “(...) seja ele mais remoto ou mais próximo, na compreensão de distintas texturas, mensagens e símbolos do tempo pretérito, emergentes nas fotografias, nos artefactos e objetos legados de geração em geração.”

No entanto, não podemos só olhar para o contexto familiar, olhemos também para o meio local, uma vez que este está presente todos os dias na vida de uma criança, com factos e monumentos que estão ligados à História e ao Património Local. Na perspectiva de Moreira & Marques (2019), a vivência no meio local:

(...) está associada à frequência/passagem diária por espaços estruturantes da identidade telúrica, como sejam o cruzeiro, a alminha, a igreja paroquial, a capela ou outro edifício público/privado que desperte a «descodificação» de uns quantos sentidos, tantas vezes misteriosos, em torno de especificidades, mudanças e permanências no tempo largo. (...)

Por todas as vivências e experiências históricas e geográficas que os alunos têm ao longo da sua vida não devemos desvalorizar os conhecimentos prévios que eles levam para o contexto escolar, como defendem Moreira & Marques (2019):

(...) não é, por isso, prudente – nem sério – desvalorizar os encontros das crianças na «primavera da vida» com o Património e a História Local. Bem como a capacidade inata que têm de desenvolver uma literacia, um modo diferente de olhar para esse mesmo passado, muitas vezes não sendo o «seu», mas que tem reflexo na forma como vivem e se entendem no presente. E nunca nos esqueçamos das novas linguagens digitais que, naturalmente, são intrínsecas nestes grupos de crianças, todas elas nativas digitais. Portanto, novos terrenos para a Educação Histórica Infantil. (...)

Mais importante do que transmitir aos alunos os conhecimentos históricos, é aproveitar esses momentos para desenvolver outras capacidades que lhes serão vantajosas para o futuro, como o pensamento reflexivo e crítico ou a aprender a viver numa sociedade livre e justa, com diferentes opiniões, culturas e religiões. Devemos repensar a forma como estamos a educar historicamente as novas gerações para que, num futuro próximo, sejam cidadãos ativos e empáticos. Segundo Rüsen (1992):

(...) desenvolver nos alunos a Consciência Histórica é ajudá-los a compreender o presente à luz do passado. Mais do que isso, permite aos alunos, também eles cidadãos e pessoas, problematizarem, a várias escalas, garantindo-lhes competências para saber “ler” o mundo que os rodeia, procurando respostas nas relações passado, presente e futuro. (...)

Nenhum processo de mudança deverá ser feito sem o envolvimento dos profissionais da área, uma vez que “corremos o risco de enveredar por uma sociedade «líquida»” (Bauman, 2001) em que o relativismo absoluto se impõe e cria dificuldades e constrangimentos. É importante explorar a área da História em conformidade com outras vertentes para que ensinemos as crianças a serem críticos, reflexivos e a se imporem numa sociedade cada vez mais imprevisível e exigente como defendem Moreira & Marques (2019):

(...) na qual o mais absoluto e cego relativismo se impõe e, perante tal cenário, não podemos deixar de ter as «armas» ou a capacidade suficiente para fazer valer a reflexão e o pensamento crítico como instrumento de combate ao(s) novo(s) totalitarismo(s), seja(m) ele(s) qual(ais) for(em). (...)

Educação Geográfica

Etimologicamente, a palavra “geografia” é de origem grega. “Geo” está relacionada com Terra, enquanto “grafia” significa descrição. No olhar da ICGE (International Charter on Geographical Education), a Geografia, para além de uma disciplina elucidativa, é, simultaneamente,

(...) motivadora e indispensável para que se compreenda o mundo de hoje e de amanhã e para que os alunos se tornem em cidadãos responsáveis e ativos. Esta faculta o desenvolvimento do conhecimento, da compreensão, de capacidades, de atitudes e valores. Uma vez que permite aos alunos serem simultaneamente capazes de conhecer e compreender localizações, lugares, sistemas naturais e socioeconómicos vigentes e refletir sobre o impacto das atividades humanas nas condições naturais e vice-versa. De desenvolver a capacidade de expressão verbal, oral, numérica e gráfica e ainda permite o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que conduzem ao interesse pelo meio envolvente (...)

Quando falámos em Geografia destacámos que é “(...) uma das ciências que mais contribui para nos dar a imagem do mundo (...) o seu estatuto requer um forte poder de coordenação e desenvolve o espírito de síntese.” (Ribeiro, 2012). Isto é, a área disciplinar de Geografia possibilita ao aluno criar e fortalecer inúmeras aptidões e saberes ao longo do seu trajeto escolar, contribuindo para uma melhor integração entre o aluno e o ambiente do qual faz parte.

As áreas de Cidadania e Geografia estão associadas, uma vez que ambas têm o objetivo de fortalecer a consciência e a perceção da sociedade relativamente aos seus direitos e às suas responsabilidades, para que sejam cidadãos que se respeitem mutuamente. Ferreira (2011) acrescenta também que:

(...) uma Educação Geográfica que se preocupe e estimule uma educação internacional, bem como ambiental e para a diversidade cultural, está concomitantemente a contribuir para uma “Educação para a Cidadania”. Em pleno século XXI, a Cidadania é essencial para que os cidadãos desenvolvam a consciência sobre os seus direitos e responsabilidades, para que consequentemente sejam capazes de os colocar em prática e respeitar os dos outros (...)

Cavalcanti (1998) fortifica a noção de que os alunos não constroem o saber e o conhecimento geográfico somente na escola e para a escola, todavia no e para o seu

quotidiano. Isto é, desenvolver e usufruir das experiências e saberes obtidos para os ampliar e dar-lhes utilidade ao longo da vida, nos distintos contextos.

Conhecer o espaço e o território são saberes revigorantes para uma análise e observação da perspectiva geográfica. Para isso, deverão existir diversas estratégias para trabalhar a área da Geografia na sala de aula, por exemplo debates contemporâneos, como defendem Juliasz & Souza (2018):

(...) Debates contemporâneos na área de ensino de Geografia reconhecem que esse conhecimento poderoso estaria atrelado, no geral, a descobrir novas formas de pensar; melhor explicar e entender os mundos social e físico; pensar alternativas futuras e formas de influenciá-las; apoderar-se do próprio conhecimento; ser capaz de participar em debates significativos; ir além dos limites da experiência pessoal ou individual. (...)

É fundamental que o professor invista frequentemente na sua formação profissional, de forma a realizar atividades atrativas, inovadoras e metodologias adaptadas a cada situação, preocupando-se com a interligação entre o saber ensinado e o saber científico que cada aluno acarreta.

Em suma, a Geografia deverá ser vista como uma área disciplinar que promova a interculturalidade, contribuindo para uma sociedade que se envolva na íntegra pela defesa dos direitos humanos e que obtenha a capacidade de conceder e escutar opiniões diferentes, refletindo as suas ações, para que consigamos viver num mundo mais equitativo e liberal, como indicam Ribeiro, et al. (2017):

(...) promotora de uma Educação para a Diversidade Cultural, sob o ponto de vista de que esta pode contribuir para que os alunos e cidadãos de todo o mundo se tornem sensíveis pela defesa dos direitos humanos; que alcancem a habilidade de compreenderem, aceitarem e apreciarem a diversidade cultural existente; que adquiram a capacidade de compreender opiniões e críticas diferentes, de aceitarem outros pontos de vista; que tenham consciência do impacto do seu próprio estilo de vida em contextos locais e globais; que percebam a urgência e necessidade de se proteger o ambiente preocupando-se com a justiça social ambiental e ainda, que aprendam a agir como membros de uma sociedade global. (...)

Educação para a Cidadania em Portugal

Como é de conhecimento geral, a Educação para a Cidadania é fundamental para o desenvolvimento de um futuro mais próspero, pois convoca a construção de uma sociedade mundial mais justa e sustentável.

Ao falarmos de Educação para a Cidadania importa referir que é uma área que tem como foco a “promoção de uma coexistência harmoniosa e o fomento do desenvolvimento mutuamente benéfico dos indivíduos e das comunidades em que se integram.” (Conselho da Europa, 2018) isto significa que é uma área que integra diversos saberes e competências tendo em visto o desenvolvimento da sociedade.

Ao longo do tempo, a preocupação com questões ligadas à cidadania e ao bem-estar da sociedade foram reforçadas. Se recuarmos no tempo, mais concretamente ao século XVIII, encontramos na Reforma Pombalina os fundamentos desta preocupação “(...) aquando da criação das escolas de primeiras letras para crianças, a referência ao ensino de Regras de Civismo” (Dias & Hortas, 2020). Posteriormente, os liberais oitocentistas consideraram, para a educação primária, “(...) a necessidade dos mais jovens identificarem-se com o novo regime político (...)” (Claudino & Hortas, 2015), de tal forma, os autores que desenvolveram os manuais de HGP produziram igualmente um esboço com questões associadas ao civismo.

Com a chegada da Primeira República, o Decreto-Lei de 22 de outubro de 1910, com o objetivo de extinguir o ensino cristão das escolas, instituiu a disciplina de Educação Cívica, no entanto, “(...) o discurso educativo não defendia uma formação para a participação ativa na comunidade: apelava, tão somente, ao conhecimento dos novos princípios políticos, administrativos e morais”. (Claudino & Hortas, 2015)

Entre 1926 e 1974, o nosso país viveu um longo e inoficioso período da ditadura do Estado Novo. Este regime político não respeitava os conceitos básicos associados à cidadania, como a participação cívica e a liberdade de expressão. Por isso, reforçou-se novamente a componente religiosa nas escolas e que termina apenas com a queda do regime. A instauração do regime democrático, “(...) retomou as questões da formação

cidadã, ainda que durante os primeiros dez anos de uma forma pouco definida, resultado da instabilidade política e das fragilidades dos próprios governos.”. (Dias & Hortas, 2020)

Após 1980, a entrada de Portugal na CEE e a evolução a nível social e económico que o nosso país foi conseguindo com o passar dos anos, deram abertura para a construção de um novo percurso mais abrangente em relação à educação e à cidadania. Em 1986, a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo pelo parlamento português foi um exemplo da valorização da educação e da cidadania, assumindo-se como uma referência na perspetiva do desenvolvimento de cidadãos críticos e solidários, “aproximando-se, assim, de uma visão de cidadania associada à intervenção na esfera pública, na comunidade de pertença, colocando os indivíduos como protagonistas na construção social.” (Bartolomé, 2005)

Nesse ano, a reforma curricular provocou um ciclo de rápidas e grandes mudanças em Portugal, estabelecendo assim a criação de uma área transversal de Formação Pessoal e Social, constituindo-se numa organização curricular focada “(...) na criação da Área-Escola (integrando a componente de Educação Cívica no 3º ciclo), nas formações transdisciplinares que incluíam a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, nas Atividades de Complemento Curricular e nas Atividades de Apoio Pedagógico.” (Alonso M. L., 2001) No entanto, e apesar da inovação que esta proposta representou relativamente às décadas anteriores, o processo não teve sucesso. Porém, “(...) tornaram-se evidentes as preocupações com a Educação Cívica e a Formação Pessoal e Social, quer como áreas autónomas, quer como formação transversal ao currículo.” (Dias & Hortas, 2020)

Em 1998, a publicação do Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico, destacava alguns aspetos para a reorganização curricular, assumindo que “(...) a escola precisava de se assumir como um espaço privilegiado de Educação para a Cidadania (...)” (ME, Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico, 1998). Anos depois, a cidadania foi vista como uma “(...) área transversal a todas as disciplinas e áreas do currículo e, ao mesmo tempo, integradora, pois constituía-se como espaço de integração de saberes de diferente natureza (...)” (Alonso M. L., 2001) e “(...) um espaço

que objetiva formar cidadãos para a participação pública que significa proporcionar aos indivíduos conhecimentos, competências, valores e sentimentos que garantam uma implicação efetiva na sociedade (...)” (Benedicto & Morán, 2002)

Mais recentemente, e, com as mudanças curriculares introduzidas em 2012, impossibilitou-se a continuação do progresso e desenvolvimento que se tinha vindo a fazer ao longo dos últimos anos em relação à Educação para a Cidadania. Nesta mudança, foram estabelecidos conteúdos programáticos, porém, retirou-se a obrigatoriedade da disciplina curricular, passando para as escolas o poder de decidir sobre os modos de integração e operacionalização desta área. Deste modo, “(...) as mudanças curriculares em 2012 retomaram o discurso da transversalidade da EpC, suprimiram as áreas curriculares antes criadas e, em geral, desvalorizaram, de facto, a Educação para a Cidadania (...)”. (Dias & Hortas, 2020)

A (ONU) – Organização das Nações Unidas - defende que até 2030 possa haver condições que permitam:

(...) que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (...).

A educação é a base fundamental para um futuro em que possa existir justiça, democracia, igualdade, inovação, sustentabilidade e interculturalidade. Por isso:

(...) a escola, no âmbito da sua autonomia, é responsável pela monitorização e avaliação da sua Estratégia de Educação para a Cidadania, definindo a metodologia a aplicar e os indicadores de impacto nomeadamente na cultura escolar, na governança escolar, na relação com a comunidade (...) (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017)

Enquanto seres humanos racionais e, devido a todos os problemas que o mundo atravessa, devemos unir para encontrar soluções para os desafios que colocam em causa o futuro dos direitos humanos, por isso, a Cidadania e Desenvolvimento assume-se como um alicerce no:

(...) no desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais, sociais e emocionais, ancoradas no currículo e desenvolvidas num ciclo contínuo e em progressão de “reflexão-antecipação-ação”, em que as/os alunas/os aprendem através dos desafios da vida real, indo para além da sala de aula e da escola, e tomando em consideração as implicações das suas decisões e ações, tanto para o seu futuro individual como coletivo (...). (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017)

Nos nossos dias, torna-se essencial encorajar os alunos para que estes apreciem História, não necessariamente pelo facto de esta área curricular ser aliciante, mas sim, pelo facto de haver a necessidade de entender e de compreender tudo o que nos rodeia, tanto a nível histórico como a nível geográfico, uma vez que “(...) ninguém pode viver o passado, mas também é bem certo que não se pode avançar criticamente rumo ao futuro ignorando o passado (...)” (Félix. & Roldão, 1996)

As áreas de Cidadania e de História e Geografia podem e devem atuar em simultâneo com o objetivo de atingir resultados positivos nas aprendizagens esperadas para a construção do perfil do aluno, ao longo de todo o ensino obrigatório, desenvolvendo essencialmente a competência de pensamento crítico com “(...) habilidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade (...)”. (UNESCO, 2017)

Atualmente, o conceito de cidadania está bastante presente no nosso vocabulário devido a questões sociais como a liberdade e a igualdade ou a ausência das mesmas. Por isso, e como seres humanos, devemos reconhecer a importância de respeitar os nossos direitos, mas também os direitos dos outros e reconhecer que temos deveres para que todos possamos viver num país mais justo e democrático. Certamente que existem diversos problemas em todo o mundo, no qual Educação para a Cidadania não poderá resolver, no entanto, devemos ter a esperança de que será, seguramente, um ponto de partida para tornar o mundo num lugar mais seguro, solidário e empático.

O ensino da História tem sido, ao longo dos anos, desvalorizado, dando mais destaque a outras áreas curriculares, desta forma, é necessário revalorizá-lo. Em concordância com Pinsky (2004) que defende que:

(...) os professores dessa disciplina conscientizem-se de sua responsabilidade social perante os alunos, preocupando-se em ajudá-los a compreender e – esperamos – a melhorar o mundo em que vivem. Para isso, é bom não confundir informação com educação. Para informar aí estão, bem à mão, jornais e revistas; a televisão, o cinema e a internet. Sem dúvida que a informação chega pela mídia, mas só se transforma em conhecimento quando devidamente organizada. E confundir informação com conhecimento tem sido um dos grandes problemas de nossa educação... Exatamente porque a informação chega aos borbotões, por todos os sentidos, é que se torna mais importante o papel do professor (...).

Competências como o pensamento crítico, pensamento criativo, responsabilidade, troca de diferentes opiniões e organização de debates são algumas das competências que o ensino da História potencia no desenvolvimento dos alunos.

(...) no ensino da História, pelo seu objetivo próprio, lidamos com situações humanas em toda a complexidade, e, como tal, implicando tomadas de decisão, motivações diversas, diferentes valores, formas de organização económica, social e política, revoluções... em suma, todo um material específico que, além da descrição, necessita de explicação, mas que, sobretudo, permite o debate, a troca de opiniões, a reflexão crítica (...). (Proença, 1992)

Considera-se fundamental procurar temáticas que apoiem uma visão mais inovadora para o ensino da História e Geografia, de forma a educar os alunos para valores relacionados com a liberdade, igualdade, empatia e solidariedade, uma vez que, como temos comprovado ao longo dos últimos anos, o mundo carece destes valores. É fundamental que os alunos reflitam sobre acontecimentos históricos, como períodos de paz ou de guerra, mas essencialmente, de momentos em que a cidadania esteve presente nas diferentes épocas históricas, de forma que entendam a importância da mesma para os dias de hoje.

Se articularmos as áreas de História e Geografia e de Cidadania despertaremos maior interesse por parte dos alunos, uma vez que estarão inseridos conteúdos e temáticas com um maior poder de reflexão e de debate, havendo assim uma maior participação dos intervenientes e não apenas dos mais participativos.

(...) no ensino da História, os conhecimentos ou saberes procuram fornecer ao aluno uma cultura histórica em que predominam elementos dinamizadores da consciência de ligação a um determinado passado – o passado da sociedade em que vive. É um processo de identificação e de

pertença em que se articulam as acções humanas com o espaço físico, num tempo determinado (...).” (Igreja, 2004)

A emancipação feminina e a igualdade de género ao longo dos séculos

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”

Olympe de Gouges

Ao longo dos séculos o papel da mulher tem vindo a ganhar relevância na sociedade. Enquanto nos séculos anteriores a mulher era vista como alguém que cuidava da casa e da educação dos filhos, servindo e obedecendo ao marido, nos últimos anos, tem apostado na sua educação, conquistando postos de trabalho iguais ou superiores ao do sexo oposto, apesar de ainda haver uma grande desigualdade salarial.

Contrariamente à realidade da mulher vivida ao longo dos séculos, as representações religiosas e mitológicas do feminino, lendas e mitos em que os humanos apostavam a sua imaginação, apareciam como alguém com poderes sobrenaturais e eram adoradas por todos, como nos comprova Maurício, M. J. (2018) “(...) as figuras míticas femininas eram, por vezes, apresentadas como exemplos de grande força de carácter e de heroísmo (...)”.

Na Idade Média, competiu à Igreja Católica o domínio espiritual e do pensamento daquele tempo. Por isso, a mulher permaneceu inferior ao homem, ele visto como alguém forte e ela como alguém fraca, ele quem protege e ela a protegida, era o poder do mais forte sobre o mais fraco, ou seja, a mulher. Segundo Maurício, M. J. (2018):

(...) os dogmas da Igreja sobre o bem e o mal serviam como critério valorativo para aferir a conduta moral e os traços de carácter, sobretudo em relação à conduta da mulher, que tinha na imagem de «Nossa Senhora», a «Virgem mãe», o símbolo de pureza (...)

Apesar da evolução científica e cultural que foi surgindo com o passar dos séculos, a emancipação da mulher era algo impensável. Ela mantinha-se num mundo à parte, rodeada pela família, ligada à terra, ao comércio local ou à pequena indústria,

incessantemente submetida ao poder masculino, não desfrutando da sua liberdade, dos seus direitos básicos de cidadania e do seu desenvolvimento pessoal e profissional.

O ano de 1776, data da Revolução Americana, foi essencial para o primeiro passo rumo à igualdade de género, uma vez que as mulheres se sobressaíram na luta pela independência, a qual deu origem à libertação dos povos colonizados do império inglês, tornando os Estados Unidos da América num país independente, democrático e livre. Apesar desta luta, a igualdade de direitos não havia sido universal, pois a mulher não conquistou imediatamente o direito ao voto e a escravatura foi abolida somente em 1863.

Na Revolução Francesa, em 1789, destacaram-se inúmeras mulheres como é o caso de Olympe de Gouges, escritora e feminista, que ficou conhecida pela publicação *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos direitos da mulher e da cidadania), lutando e reclamando a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, no entanto, as pessoas da época não estavam preparadas para a sua ousadia, visto que se opôs aos revolucionários Robespierre e Marat, acabando por ser guilhotinada em 1793, na cidade de Paris. Uma outra mulher revolucionária do seu tempo foi Charlotte Corday que ficou mundialmente conhecida por, aos 24 anos, assassinar à facada o maior líder francês, já referido anteriormente, Jean-Paul Marat. No entanto, Marat foi considerado mártir e Charlotte uma traidora.

Mulher, acorda!

A força da razão faz-se ouvir

em todo o universo: reconhece teus direitos.

Mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cegas?

(Gouges, 1791)

Com as diversas revoluções que surgiram ao longo dos anos, as lutas de classes foram sendo cada vez mais, por isso, era impossível evitar a participação ativa das mulheres na sociedade. A mulher tornara-se instruída e culta, exigindo os seus direitos,

como a liberdade e a igualdade perante o sexo oposto. No entanto, e apesar de as mulheres estarem cada vez mais presentes em diversos setores, as condições de trabalho eram miseráveis, tendo, muitas vezes, que levar os seus filhos menores e trabalhar horas e horas seguidas, como comprova (Maurício, Feminino e Emancipação Social da Mulher, 2018) “(...) a produção industrial em grande escala, em sectores como a indústria têxtil, absorveu quase na sua totalidade operárias, que laboravam em condições de trabalho deploráveis, por vezes até doze horas diárias, e muitas vezes acompanhadas pelos filhos menores (...)”.

O início do século XX trouxe grandes mudanças sociais para a mulher, nomeadamente a partir da Primeira Grande Guerra Mundial, pois foi o desencadear de um processo de libertação. A partir de 1910, principalmente em França e nos Estados Unidos da América, surgiram movimentos feministas que tinham o intuito de lutar pelo direito ao voto. De acordo com Françoise Thébaud o patriotismo feminino “(...) pode também ser considerado como a expressão de uma vontade e de uma esperança de integração, conforme aos objectivos do movimento, que se manifesta desde que se descodifique a sua linguagem (...)”. (Thébaud, 1991)

Com a evolução da sociedade, também as mentalidades das pessoas foram-se transformando, na tentativa da libertação de preconceitos enraizados ao longo de todos aqueles anos. Segundo Kolontay (1975):

(...) as velhas concepções de vida prendem ainda o espírito da mulher que busca a sua libertação. O antigo e o novo encontram-se em contínua hostilidade na alma da mulher. Logo, as heroínas contemporâneas têm de lutar contra um inimigo que apresenta duas frentes: o mundo exterior e as suas próprias tendências, herdadas de suas mães e avós. (...)

Com persistência, valentia e trabalho a mulher conquistou os direitos que sempre ambicionou, conseguindo chegar a altos cargos de decisão, tornando-se independente a nível económico.

Em Portugal, a vida da mulher mudou consideravelmente a partir da Revolução de 25 de abril de 1974. Nesse dia, as mulheres igualaram-se aos homens, uniram-se para um bem-comum: a liberdade. Perceberam de tal forma a importância desta revolução que:

(...) não aguardaram que o MFA concluísse o desmantelamento do regime. Saíram à rua para apoiar os militares, que viravam uma página da História do país. (...) Ergueram a voz e saudaram a liberdade, ombreando com os homens na abolição da ditadura. (...) Ergueram-se lado a lado, com os seus companheiros de luta e de vida, lançando mãos ao trabalho de construção de um país novo, com emprego e segurança, onde a igualdade de deveres e direitos para todos os cidadãos não fosse palavra vã. (...) (Maurício, M. J., 2018, *Feminino e Emancipação Social da Mulher*)

A escola tornou-se num alicerce para dar continuidade à luta de tantos homens e mulheres que sempre acreditaram que todos os seres humanos têm os mesmos direitos e a possibilidade de viver em sociedade numa democracia justa e plena, como indica (Sanches, 2014) “(...) a escola moveu-se no sentido da educação para a cidadania, de facto. O projecto educativo das escolas deste país, o projecto comum, foi educar os cidadãos para uma vivência democrática e todos nós aprendemos uns com os outros (...)”.

A emancipação da mulher representa a independência económica e realizações pessoais e profissionais. No entanto, todos estes avanços que foram mencionados anteriormente não estão assegurados, correm um risco enorme de se perder face a todos os recuos sociais que estão evidentes nos dias de hoje, como a exploração laboral e as diversas discriminações. O nosso dever enquanto cidadãos é sensibilizar para as questões dos direitos humanos, nomeadamente os direitos das mulheres para que o passado não se volte a repetir. As mulheres foram e são essenciais para todas estas conquistas que ocorreram e ocorrem em Portugal, uma vez que “(...) teceram os trilhos para a sua emancipação social, que hoje percorreram, cumprindo e defendendo o que conquistaram com a Revolução dos Cravos: decidir o rumo das suas vidas, tomá-lo nas suas próprias mãos (...)”. (Maurício, M. J., 2018, *Feminino e Emancipação Social da Mulher*)

Por fim, ao longo dos últimos anos, e como nos mostra o seguinte gráfico, verifica-se que há mais candidaturas de estudantes do sexo feminino ao ensino superior do que do sexo masculino.

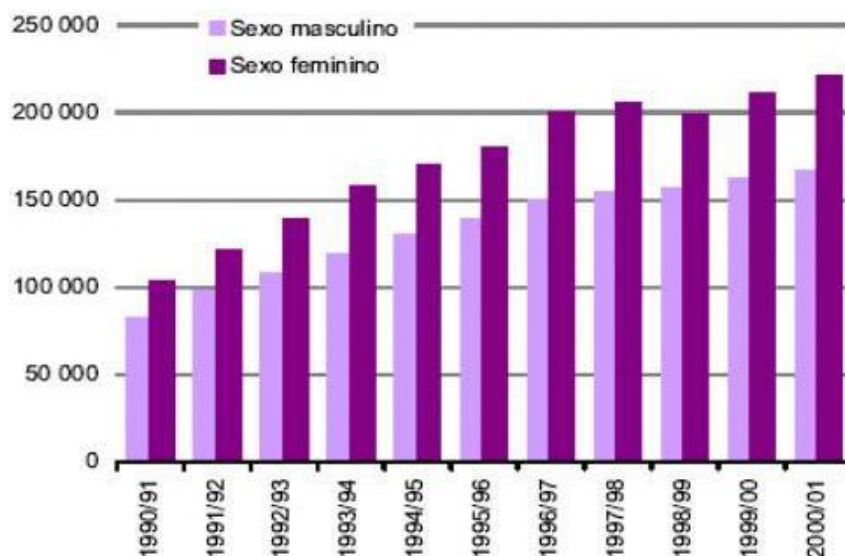


Gráfico 2 - Alunos matriculados no ensino superior, por sexo (Fonte: DAPP/ME – Estatísticas da Educação)

Assimetrias no mercado laboral

Um dos principais desafios que se colocam na atualidade em Portugal diz respeito às assimetrias no mercado laboral. Presentemente, vivemos num mundo completamente globalizado o que trouxe inúmeros benefícios para a sociedade como a partilha de diferentes culturas, costumes, gastronomia, economia... Todavia, nem tudo são vantagens. Este fenómeno trouxe igualmente inconvenientes como é o exemplo da discriminação, seja étnica ou religiosa. Contudo, será dado enfoque a um outro problema, mais precisamente a exploração laboral em Portugal.

Ao longo dos anos Portugal tem vindo a tornar-se num país cada vez mais desenvolvido em todos os aspetos, no entanto, ainda existem pormenores que devem ser reformulados, como é o caso da exploração laboral, uma vez que uma parte dos portugueses ou dos residentes em Portugal têm más condições de trabalho, pois o salário não é compatível com as horas laborais produzidas e, muitas vezes, há falta de equipamentos de proteção e segurança.

Ao analisar o Código do Trabalho, verifica-se que segundo o artigo 7º, um trabalhador tem direito às condições de trabalho previstas na lei e em regulamentação:

- a) Segurança no emprego; (...)
- c) Períodos mínimos de descanso; d) Férias; (...)
- h) Segurança e saúde no trabalho; (...)
- l) Igualdade de tratamento e não discriminação.

(Trabalho, 2017). Porém, em muitos casos isso não se aplica como se pode verificar através do excerto da seguinte notícia proveniente do Jornal Expresso, que expõe os setores laborais mais prejudicados neste sentido, como é o caso do setor primário (agricultura), sendo que os principais afetados são homens e mais de metade dos casos localizam-se na região do Alentejo:

(...) Nos últimos 11 anos, as entidades oficiais confirmaram 547 vítimas de tráfico de seres humanos para a exploração laboral em Portugal. A maioria foi explorada no sector da agricultura. (...) Os dados mostram que a exploração laboral é a causa mais comum para tráfico de seres humanos, representando 70% do total das vítimas entre 2008 e 2019. As vítimas são tipicamente homens (80%) e mais de metade (51%) dos casos remetem para o Alentejo (...) (Miranda, 2021)

Em 2018, a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais denunciou diversos casos de exploração laboral ocorridos em Portugal, nomeadamente no setor primário (agricultura), no setor secundário (indústria e construção civil) e no setor terciário (comércio). Esta agência entrevistou diferentes portugueses para perceber as condições de trabalho de cada entrevistado, como comprova o seguinte excerto retirado de uma notícia do Jornal Lusa (2018):

(...) em Portugal, a FRA encontrou casos diversos, tanto em lojas, como em fábricas, na construção civil ou na agricultura, tendo entrevistado 26 pessoas. (...) Um dos casos relatados diz respeito a um trabalhador, em situação irregular, que foi obrigado a esconder-se numa sala frigorífica durante três horas e que depois precisou de receber assistência médica. (...) Por outro lado, uma agência de recrutamento em Portugal avisava os trabalhadores para dizerem, quando questionados pelos inspectores, que estavam contentes com o salário, o trabalho e as condições em que viviam (...).

Tendo em conta tudo o que foi mencionado anteriormente, devemos refletir sobre a forma como as pessoas que residem em Portugal são tratadas nos respetivos postos de trabalho e encontrar soluções para combater esta problemática que ocorre diariamente no país.

Portugal Contemporâneo – Construção Geográfica ao longo dos últimos quarenta anos

Ao longo dos últimos quarenta anos Portugal sofreu rápidas e profundas mudanças, nomeadamente a nível geográfico, embora sendo o mesmo país, passou a viver-se numa sociedade completamente distinta. As prioridades mudaram relativamente ao passado. As pessoas preocupam-se em manter uma carreira profissional estável para conseguir ter uma vida pessoal tranquila e a partir daí constituir família. Não uma família numerosa como víamos no tempo dos nossos pais ou dos nossos avós, mas sim uma família com um ou dois filhos para que haja a possibilidade de lhes oferecer um futuro promissor e ao mesmo tempo assegurar as suas carreiras profissionais.

(...) a dimensão das famílias baixou consideravelmente e situa-se hoje perto das 2,8 pessoas por agregado. Causa e consequência desse facto, a natureza das famílias mudou também. Estamos hoje essencialmente em presença da família estritamente nuclear, de uma ou duas gerações, na qual trabalham o pai e a mãe. São cada vez em menor número as famílias reunindo, sob o mesmo tecto, mais de duas gerações. Como são também em reduzida proporção do total os agregados familiares de dimensões superiores a cinco ou seis pessoas (...) (Barreto, 2002)

No decorrer dos anos, Portugal tem vindo a tornar-se maioritariamente urbano, ao contrário do que aconteceu sempre em toda a história do país, uma vez que foi tradicionalmente rural. Este fenómeno deveu-se ao facto de a população procurar mais postos de trabalho, e não somente dedicar-se à agricultura e à pequena indústria e, também, procurar melhores condições de vida. Por isso, e ao longo dos anos, houve uma grande concentração de população na região litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, contrariamente à região interior, que verifica uma elevada despovoação, havendo, por vezes, aldeias sem um único habitante. De acordo com Rodrigues M., num artigo de opinião publicado no “Planeamento Territorial”

(...) longe estão os tempos em que se pensava que ter uma casa e um terreno produtivo no campo era sinónimo de qualidade de vida. Como se tem vindo a constatar, o conceito da litoralização está bem presente na nossa realidade. Este diz respeito ao processo de progressiva concentração de pessoas e de actividades ao longo da parte litoral do país, sem que o interior acompanhe este ritmo. Este fenómeno verificou-se com maior intensidade a partir da década de

sessenta, como consequência da evolução económica e demográfica verificada em Portugal. Os principais acontecimentos que estiveram na base da saída de pessoas das zonas interiores foram, essencialmente, o êxodo rural e a emigração que originou um rápido e acentuado crescimento das principais cidades portuguesas, Lisboa e Porto (...)

A evolução da população urbana tem vindo a aumentar significativamente em relação à população rural desde 1950. Como comprova o seguinte gráfico (Gráfico 3), até 2050 a população rural vai ser cada vez menos relativamente à urbana.

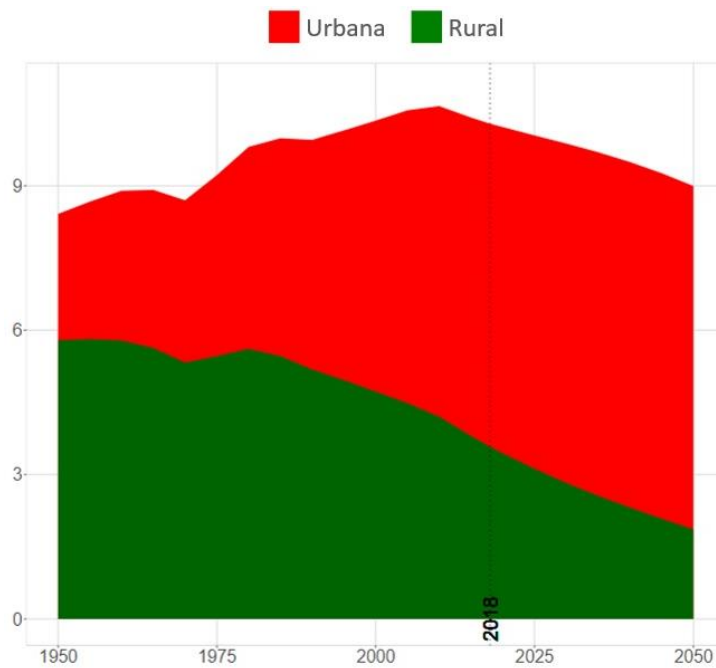


Gráfico 3 - Evolução da população urbana e rural em Portugal (adaptado de Nações Unidas (2018)).

Outra mudança que surgiu com o passar do tempo em Portugal foi a diminuição da taxa de mortalidade devido à melhoria de condições de vida, nomeadamente na saúde e na higiene. A criação do SNS (Serviço Nacional de Saúde) foi vantajosa para que hoje possamos discutir sobre esta temática. O facto de toda a população ter acesso a uma saúde de qualidade é deveras importante para evitar certas doenças ou até mortes. Por isso, a população idosa vive mais e com melhor qualidade de vida. Barreto, A. (2002) diz-nos que:

(...) depois de uma evolução lenta, já visível durante os anos sessenta, os sistemas de saúde conheceram uma expansão rápida que garantiu a cobertura do território e parece estar ao alcance de toda a população, independentemente das regiões e das localidades, das profissões e das condições sociais (...)

A diminuição da taxa de natalidade é uma das maiores problemáticas a ocorrer em Portugal. Como foi referido anteriormente no tópico sobre a emancipação feminina, o facto da mulher estar cada vez mais em pé de igualdade com o homem, nomeadamente a nível profissional, as prioridades alteraram-se. Há mais de quarenta anos, a mulher era vista como dona de casa e cuidadora dos seus filhos, desde a Revolução dos Cravos que o seu papel foi sendo mais valorizado noutras vertentes, como é o caso do mercado de trabalho. A mulher procura primeiro a estabilidade profissional e financeira e só depois em constituir família. Modificou-se drasticamente a presença das mulheres na sociedade e em todo o espaço público, por isso, é importante focar o papel do sexo feminino na construção de um Portugal democrático. Porém, a diminuição da taxa de natalidade é o principal fator de Portugal ser um país cada vez mais envelhecido, como refere Barreto (2002):

(...) a população envelheceu a um ritmo superior ao dos outros países europeus. Portugal tinha, há cinco décadas, a mais jovem população da Europa. Já não é hoje o caso. E, embora não seja a mais velha, é uma das que envelhece mais rapidamente (...)

Com o acesso à educação mais amplo, a taxa de alfabetização tem vindo a diminuir significativamente no decorrer dos últimos quarenta anos, pois a escolaridade tornou-se obrigatória, dando origem ao fim do analfabetismo juvenil, restando apenas alguns analfabetos adultos ou idosos. É de realçar que a expansão do sistema escolar que

ocorreu ao longo dos últimos anos atingiu grandes proporções, uma vez que chegou a todo o território nacional e a toda a população, obtendo os resultados positivos que conhecemos atualmente, como comprova a seguinte tabela:

Tabela 2 - Percentagem de analfabetismo em Portugal nos últimos sessenta anos (Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística)

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1960	x	26,6	39,0
1970	25,7	19,7	31,0
1981	18,6	13,7	23,0
1991	11,0	7,7	14,1
2001	9,0	6,3	11,5
2011	5,2	3,5	6,8

Portugal nos anos sessenta foi um país tradicionalmente de emigração, deixando para trás o hábito comum de emigrar para o Brasil ou para outros países do continente americano e começamos a olhar para a Europa como uma porta de esperança e de melhores condições de vida. No entanto, no início do século XXI, Portugal transformou-se num país essencialmente de imigração, acolhendo, principalmente, pessoas vindas das antigas colónias e dos países mais desfavorecidos do continente europeu. A sua integração na sociedade e na economia portuguesa foi rápida, tornando Portugal num país multicultural até aos dias de hoje.

Comparativamente à posição de Portugal antes de 1974, a vida económica, social e política, atualmente, está inteiramente ligada à da Europa Ocidental, com o qual compartilha os métodos de desenvolvimento e de integração. Estas mudanças foram rápidas e a população portuguesa adaptou-se facilmente, no entanto, ainda temos muito para aprender com outros países mais evoluídos.

Capítulo III - Metodologia de investigação

Ao longo do presente capítulo, serão apresentadas e descritas na íntegra a metodologia de investigação e todas as opções adotadas que conduzem a este estudo.

Posteriormente, serão descritas a proposta, todo o procedimento e análise desta investigação.

Opções metodológicas

Para dar início a uma investigação deve-se ter em perceção um conhecimento detalhado de métodos e de técnicas que a possibilitem desenvolver, só assim será possível retirar contributos positivos de todo o processo que a mesma implica.

Segundo Coutinho (2011), o conceito de paradigma de investigação define-se como “(...) um compromisso implícito de uma comunidade de investigadores com um quadro teórico e metodológico preciso, e, conseqüentemente, uma partilha de experiências e uma concordância quanto à natureza da investigação e à concepção (...)” (Coutinho, 2011)

Ao abordar o conceito paradigma de investigação é impreterível mencionar o historiador Thomas Kuhn que definiu o termo, primeiramente, como um conjunto de “(...) crenças, valores, técnicas partilhadas pelos membros de uma dada comunidade científica” e, em segundo, como um “modelo para o “que” e para o “como” investigar num dado e definido contexto histórico-social (...)” (Kuhn, 1962)

Desta forma e em concordância com esta linha de análise, é imprescindível elucidar o problema e as questões de investigação, já descritas anteriormente, para que se consiga compreender em que tipo de paradigma o estudo se situa.

Para esta investigação privilegiou-se a metodologia qualitativa, uma vez que Harmut Günther (2006) relembra que este método é a base do paradigma interpretativo, reforçando o seu carácter revisionista recorrendo à célebre afirmação de Dilthey “(...) explicamos a natureza, compreendemos a vida mental (...)”. Nesta afirmação destaca-se de uma forma significativa as competências de uma pesquisa qualitativa comparativamente à pesquisa quantitativa. (Günther, 2006)

Deste modo e, com base na Tabela 3, Malhotra (2006) considera a pesquisa qualitativa como uma “(...) metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema (...)”. Enquanto a pesquisa quantitativa é uma metodologia “(...) que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística (...)”. (Malhotra, 2006)

Tabela 3 - Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa Fonte: (Malhotra, 2006)

(Elaboração própria)

	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
Objetivo	Alcançar uma compreensão qualitativa das razões e motivações subjacentes.	Quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população-alvo.
Amostra	Número pequeno de casos não-representativos.	Grande número de casos representativos.
Coleta de dados	Não-estruturada.	Estruturada.
Análise de dados	Não-estatística.	Estatística.
Resultados	Desenvolvem uma compreensão inicial.	Recomendam uma linha de ação final.

Concluindo, este estudo permite inúmeras realidades sociais e individuais, tendo como objetivo entender e analisar na íntegra a realidade segundo o pensamento e a visão dos participantes, necessitando do investigador para a recolha de dados, visto que “os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência.” (Bogdan & Biklen, 1994) e, segundo Tuckman (2002) o investigador é elementar numa investigação no sentido em que pretende:

(...) identificar as questões principais sentidas pelos vários participantes e audiências, e avaliar o mérito, o valor ou o significado dos fenómenos para os participantes. Para concretizar este objectivo, o investigador deve terminar os efeitos que a situação, os participantes e os fenómenos observados provocaram entre eles. (...)

Descrição do estudo

A presente investigação foi desenvolvida durante as regências das aulas da disciplina de História e Geografia de Portugal, no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada II, numa turma de 2º CEB do 6º ano de escolaridade.

Com diferentes intuitos, este estudo foi desenvolvido em quatro fases:

- Na primeira fase foi entregue a cada aluno um questionário inicial que tinha como objetivo identificar as ideias prévias dos alunos sobre temáticas relacionadas com os Direitos Humanos em Portugal como a igualdade de género, a exploração laboral e o acesso aos cuidados de saúde.
- Na segunda etapa do estudo, foram desenvolvidas cinco atividades: a primeira refere-se ao preenchimento de um questionário intitulado por “Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!”; a segunda, terceira e quarta atividades dizem respeito à realização de um debate sobre os motivos da esperança média de vida, causas da diminuição da natalidade e a posição da mulher no mercado de trabalho. Por fim, a quinta atividade consiste na elaboração de uma carta para meninos da aldeia ou da cidade, projetando vantagens e desvantagens de viver tanto no meio rural como no meio urbano.
- Na terceira etapa, foi entregue a cada aluno um questionário final, com o objetivo de compreender a evolução das ideias de cada aluno entre a primeira e a terceira fases sobre as diversas temáticas trabalhadas ao longo das aulas de História e Geografia de Portugal.
- Na quarta, e última, fase foram analisados os dados recolhidos, com a finalidade de retirar conclusões neste estudo.

Caracterização dos participantes

Este estudo não poderia ter sido realizado sem a colaboração de vinte alunos do 6º ano de escolaridade, de uma escola pública pertencente ao concelho de Ponte de Lima, do distrito de Viana do Castelo.

Dos vinte inquiridos, dez alunas são do sexo feminino e outros dez são do sexo masculino, isto é, 50% dos constituintes são meninas e 50% são meninos. Relativamente às idades dos inquiridos, cinco raparigas têm dez anos e as restantes cinco têm onze anos. No que diz respeito às idades dos rapazes, nove têm onze anos e um participante tem doze.

Relativamente ao agregado familiar, e como comprova o Gráfico 4, a maioria dos inquiridos vive com os pais e irmão/irmã, mais concretamente doze participantes. Enquanto os restantes oito inquiridos estão distribuídos de forma regular e uniforme, vivendo ou com os avós e pais; ou com a mãe e com o pai; ou com a mãe e com o pai alternadamente e, por último, dois inquiridos vivem apenas com a mãe, como nos comprova o seguinte gráfico:

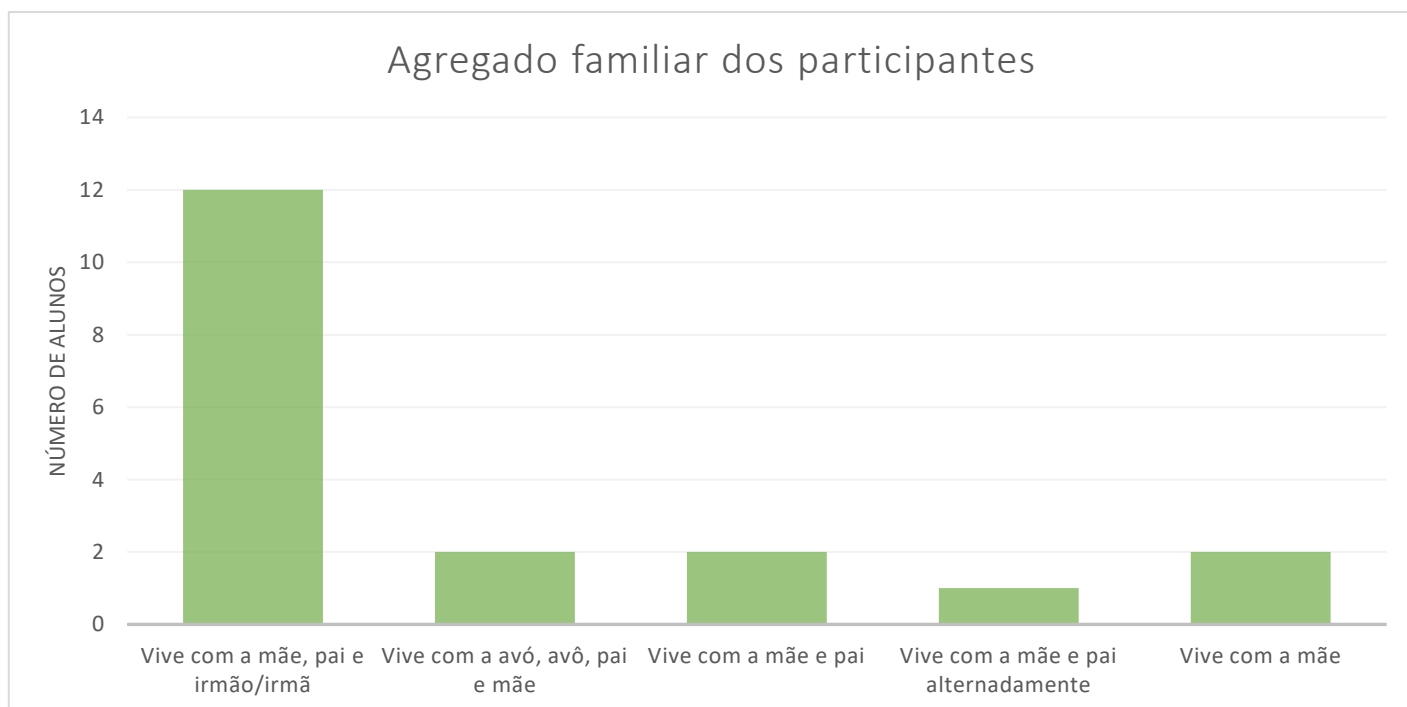


Gráfico 4 - Agregado familiar dos participantes (elaboração própria)

Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para recolher todas as informações necessárias para a elaboração deste estudo, a investigadora utilizou o inquérito por questionário, observação direta e análise documental, nomeadamente os registos concebidos pelos alunos ao longo das aulas de História e Geografia de Portugal para compreender os conhecimentos prévios dos participantes sobre as diferentes temáticas.

Segundo Gil (1999), o questionário é:

(...) uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (...) Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, (...). (Gil, 1999)

Procedimentos de análise de dados

Os dados obtidos nesta investigação foram reunidos com base nos objetivos pré-definidos e nos três núcleos (Tratamento de Informação e Utilização de Fontes; Compreensão Histórica e Comunicação em História) que constituem o conhecimento histórico e geográfico, em concordância com o documento curricular das competências essenciais da área curricular de HGP, que estão interligadas com os objetivos definidos pela investigadora para o desenvolvimento do estudo.

Na Tabela , são apresentados os descritores e experiências de aprendizagem esperadas para cada competência específica, alicerçadas às experiências de aprendizagem estipuladas para a área de História e Geografia de Portugal do 2º CEB no documento das Competências Essenciais.

Tabela 4 - Aferição de Competências de Literacia Histórica e Geográfica no 2º CEB (elaboração própria)

(Fonte: Tabela com elaboração própria com base no Currículo Nacional do Ensino Básico)

Competências Específicas	Descritores e experiências de aprendizagem
<p style="text-align: center;">Tratamento de Informação</p> <p style="text-align: center;">Utilização de fontes</p>	<p>Utilização de técnicas de investigação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Observar e descrever aspetos da realidade social; ▪ Recolher, registar e tratar diferentes tipos de informação; ▪ Identificar problemas; ▪ Formular hipóteses simples; ▪ Elaborar conclusões simples. <p>Interpretação de informação diversa e com diferentes perspetivas.</p>
<p style="text-align: center;">Compreensão Histórica</p> <p>1. <u>Temporalidade</u></p> <p>2. <u>Espacialidade</u></p> <p>3. <u>Contextualização</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplica os conceitos de mudança/permanência na caracterização das sociedades que se constituíram no espaço português em diferentes períodos. ▪ Identifica, localiza no tempo e caracteriza alterações significativas da sociedade portuguesa. ▪ Conhece a localização relativa do território português, caracteriza os principais contrastes na distribuição espacial das atividades económicas e formas de organização do espaço português em diferentes períodos, relacionando-os com fatores físicos e humanos. ▪ Distingue características concretas de sociedades que se constituíram no espaço

	<p>português em diferentes períodos e estabelece relações entre os seus diversos domínios.</p>
<p>Comunicação em História</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento da comunicação oral envolvendo os alunos na narração/descrição, pequenas apresentações orais de trabalhos e pequenos debates ao nível da turma, sobre temas de História e Geografia de Portugal em que se valoriza a expressão oral.

Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados

Descrição da proposta pedagógica

Neste ponto, e de uma forma sintetizada, serão apresentados a estrutura, os objetivos e todo o desenvolvimento da proposta pedagógica realizada ao longo deste estudo.

Atualmente, vivemos períodos controversos que colocam em causa direitos que consideramos nossos, mas que nunca poderemos dizer que estão assegurados devido às mudanças radicais que vão surgindo ao longo dos anos, nomeadamente o extremismo. Por isso, considera-se importantíssimo consciencializar e formar os cidadãos para que desenvolvam capacidades associadas ao espírito crítico, opinião e empatia.

As escolas têm um papel imprescindível na sociedade na medida em que são elas que formam os cidadãos ativos e responsáveis. Por isso, devemos preparar as crianças e jovens para os desafios que vão surgindo, de maneira que questionem todos os acontecimentos diários e que não se deixem influenciar pela sociedade *fake news* que tem vindo a ganhar maiores proporções nos últimos anos, tornando-as assim capazes de se envolverem no mundo que as rodeia e a construírem um futuro mais justo e igualitário para todos.

As atividades pedagógicas apresentadas neste estudo focam-se no debate de ideias de temáticas associadas à Educação Geográfica para a Cidadania Global, com o objetivo de envolver os alunos e promover a participação ativa nas tarefas propostas.

Assim sendo, foram estipulados os subseqüentes objetivos gerais:

- Compreender a importância dos recenseamentos na recolha de informação sobre a população;
- Identificar as causas da diminuição da natalidade;
- Identificar os motivos do aumento da esperança média de vida;
- Compreender a importância da mulher na sociedade;
- Distinguir as diferenças da vida rural e da vida urbana.

Primeira sessão

A primeira sessão teve a duração de quarenta e cinco minutos e consistiu no preenchimento de um questionário inicial e num documento desenvolvido com base nos censos de dois mil e vinte e um, de maneira a introduzir o conteúdo programático dos recenseamentos e também recolher informações essenciais para este estudo.

Atividade 1 – Questionário inicial

A primeira fase deste estudo centrou-se na entrega de um questionário inicial (Figura 16) sobre os Direitos Humanos em Portugal constituído por cinco questões que serão descritas no ponto seguinte e com o objetivo de compreender as ideias prévias dos participantes sobre as diversas temáticas, uma vez que e de acordo com (Juliasz & Souza, 2018) “há que se creditar influência dos conhecimentos prévios na construção de novos conhecimentos de maneira que os alunos possam indagar, refletir e reconhecer as limitações e a viabilidade de seus conhecimentos prévios”.

Nome: _____ N.º _____ Turma: _____

Os Direitos Humanos em Portugal

Já ouviste falar dos Direitos Humanos? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Se respondeste sim à questão anterior, onde é que ouviste falar dos Direitos Humanos e qual a sua importância? _____ _____ _____
Sabes o que significa igualdade de género? Se sim, o que é? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> _____ _____ _____
Achas que em Portugal todas as pessoas têm acesso fácil à saúde? Se respondeste não, por que é que achas isso? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> _____ _____ _____
Atualmente, achas que ainda existe escravatura, nomeadamente em Portugal? Se respondeste sim, onde e de que forma? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> _____ _____ _____

Figura 16 - Questionário inicial sobre os Direitos Humanos em Portugal

Atividade 2 – Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!

A segunda atividade consistiu em entregar aos participantes um inquérito (Figura 17) intitulado de “Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!”, ou seja, o mesmo serviu de exemplo para retratar as condições sociais dos inquiridos e também integrar o conteúdo programático que estava a ser desenvolvido, isto é, os recenseamentos. Este inquérito contou com cinco questões, que serão descritas na análise da proposta pedagógica.

A atividade foi desenvolvida individualmente e os participantes tiveram de responder às questões de acordo com a realidade vivida por cada um. Cada inquirido teve de escrever no respetivo documento que, previamente, tinha sido entregue pela investigadora.

No final da atividade, os participantes apresentaram algumas das suas respostas aos restantes colegas, de forma a debater algumas problemáticas que ocorrem, atualmente, nas suas localidades.

CENSOS 2021

Nome: _____

Censos 2021 – “Contamos todos, contamos com todos!”

Questão 1: A tua localidade tem bons acessos? Se sim, quais? (Alguns exemplos: hospitais, centros de saúde, escolas, centros comerciais, transportes, boas estradas...)

Questão 2: Vives perto de um hospital ou de uma escola?

Questão 3: Quanto tempo demoras a chegar à tua escola? Vens a pé ou de transportes?

Questão 4: Consideras importante haver um hospital ou uma escola perto da tua localidade? Porquê?

Questão 5: Achas que todos os residentes em Portugal têm acesso rápido a um hospital ou a uma escola? Justifica.

Figura 17 - Questionário dos Censos 2021 – “Contamos todos, contamos com todos!”

Segunda sessão

A segunda sessão decorreu ao longo de noventa minutos e consistiu em debater ideias sobre três temáticas distintas: diminuição da taxa de natalidade, aumento da esperança média de vida e a posição da mulher no mercado de trabalho.

Atividade 3 – Debate: Diminuição da taxa de natalidade

Na terceira atividade, a professora estagiária escreveu no quadro “Quais serão as causas da diminuição da taxa de natalidade?” e, seguidamente, entregou um papel a cada participante, com o objetivo de escrever as suas opiniões sobre esta questão.

No final, foi realizado um debate de ideias entre a turma a fim de dar a conhecer as respostas de cada participante sobre este assunto. Para a elaboração desta atividade, foram apresentadas as seguintes questões orientadoras:

1. O que terá acontecido em Portugal, nas últimas décadas, para haver uma grande diminuição da taxa de natalidade?
2. Que papel terá a mulher neste acontecimento?
3. A educação e a saúde estarão relacionadas a este fenómeno?

Atividade 4 - Debate: Aumento da esperança média de vida

Na terceira atividade, realizou-se, igualmente, um debate de ideias, porém, neste caso, relativamente à esperança média de vida. Nesta tarefa, os participantes tinham à sua disposição um papel com a questão “Por que motivo a esperança média de vida tem vindo a aumentar com o passar dos anos?”. Cada aluno teve de responder à questão colocada e, após terminada a atividade, foram debatidas as ideias e diferentes opiniões dos inquiridos. De maneira a auxiliar os alunos na elaboração desta proposta, a investigadora disponibilizou as seguintes questões orientadoras:

1. Que fatores contribuíram para esse aumento?
2. Como é que seria a vida dos teus antepassados?
3. Será que as pessoas tinham acesso fácil à saúde, antigamente?

Atividade 5 – Debate: A posição da mulher no mercado de trabalho

À semelhança das duas atividades anteriores, foi entregue pela investigadora um papel com a questão “Por que será que as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho?” no qual os participantes tiveram de responder de acordo com as suas opiniões. A atividade foi realizada individualmente e, no final, foram debatidas as ideias de cada aluno. Para a realização desta atividade, foram selecionadas as seguintes questões orientadoras:

1. Que impacto teve a educação neste fenómeno?
2. Será que os nossos antepassados do sexo feminino tiveram as mesmas oportunidades que as mulheres de hoje em dia?
3. Haverá igualdade salarial entre homens e mulheres?

Terceira sessão

A terceira sessão teve a duração de noventa minutos e teve como finalidade redigir uma carta retratando as vantagens e desvantagens da vida rural e da vida urbana.

Atividade 6 – Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?

Na sexta atividade, os participantes redigiram uma carta e a investigadora entregou um papel com orientações para facilitar a sua elaboração (Figura 18 e Figura 19). No final da tarefa, todos os alunos tiveram a oportunidade de ler, para os restantes colegas, a carta que escreveram.

Se estás a ler isto é porque ficaste com o número 1!

Imagina que és um menino que vive na cidade.

Escreve uma carta para um amigo teu que viva na cidade e respeita os seguintes tópicos:

- Identificação: nome
- Breve apresentação de onde vives
- Problemas associados ao modo urbano (desvantagens)
- Mensagem de incentivo para o destinatário ir viver para a cidade (vantagens)

Além de seguires os tópicos indicados anteriormente, podes inventar personagens e falar de experiências que tenhas vivido na cidade.

Figura 18 - Orientação para a elaboração da carta do menino da cidade.

Se estás a ler isto é porque ficaste com o número 2!

Imagina que és um menino que vive no campo.

Escreve uma carta para um amigo teu que viva na cidade e respeita os seguintes tópicos:

- Identificação: nome
- Breve apresentação de onde vives
- Problemas associados ao modo rural (desvantagens)
- Mensagem de incentivo para o destinatário ir viver para o campo (vantagens)

Além de seguires os tópicos indicados anteriormente, podes inventar personagens e falar de experiências que tenhas vivido no campo.

Figura 19 - Orientação para a elaboração da carta do menino do campo.

Quarta sessão

A quarta sessão teve a duração de quarenta e cinco minutos e teve como objetivo o preenchimento do questionário final para compreender a evolução das ideias de cada aluno entre o questionário inicial e o final sobre as diversas temáticas desenvolvidas no estudo.

Atividade 7 – Questionário final

A última atividade corresponde ao questionário final (Figura 20) que teve como objetivo apurar a progressão de ideias dos inquiridos sobre as diversas temáticas associadas aos Direitos Humanos em Portugal e compreender o impacto das atividades realizadas na consolidação dos conhecimentos dos alunos. Neste questionário participaram dezassete participantes.

Nome: _____ N.º _____ Turma: _____

Os Direitos Humanos em Portugal
Questionário final

Questão 1: Atualmente, existe igualdade de género em Portugal? Justifica.

Questão 2: Consideras que em Portugal há acesso fácil aos serviços de saúde? Justifica.

Questão 3: Tendo em conta o horário laboral de cada cidadão residente em Portugal, pensas que o salário recebido é adequado? Justifica.

Questão 4: Que melhorias propões relativamente a estas temáticas para vivermos num mundo melhor e mais justo?

Figura 20 - Questionário final sobre os Direitos Humanos em Portugal

Análise e interpretação da proposta pedagógica

Primeira sessão

Atividade 1 – Questionário inicial

Foi através de um questionário inicial que a investigadora obteve informações e conseguiu compreender as ideias prévias dos vinte participantes sobre alguns temas mais relevantes e atuais dos Direitos Humanos em Portugal e contou com cinco perguntas:

1. Já ouviste falar dos Direitos Humanos?
2. Se respondeste sim à questão anterior, onde é que ouviste falar dos Direitos Humanos e qual a sua importância?
3. Sabes o que significa igualdade de género? Se sim, o que é?
4. Consideras que em Portugal todas as pessoas têm acesso fácil à saúde? Se respondeste não, por que é que achas isso?
5. Atualmente, achas que ainda existe escravatura em Portugal? Se respondeste sim, onde e de que forma?

A primeira pergunta e única com resposta totalmente fechada: “Já ouviste falar dos Direitos Humanos?” perspetivava apurar se os alunos tinham alguma ideia sobre esta temática e verificámos que os vinte inquiridos responderam afirmativamente à questão colocada.

Relativamente à primeira parte da segunda questão: “Onde é que ouviste falar dos Direitos Humanos?” possibilitou à investigadora compreender os conhecimentos que os participantes tinham sobre esta temática e constatámos que a grande maioria ouviu falar na unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento¹, enquanto uma pequena parte

¹ “A presença mais acentuada da cidadania na educação configura, assim, a intenção de assegurar «um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro

dos inquiridos ouviu falar ou na disciplina de História e Geografia de Portugal, ou na televisão ou por via de debate com a família, como comprova o Gráfico 5.

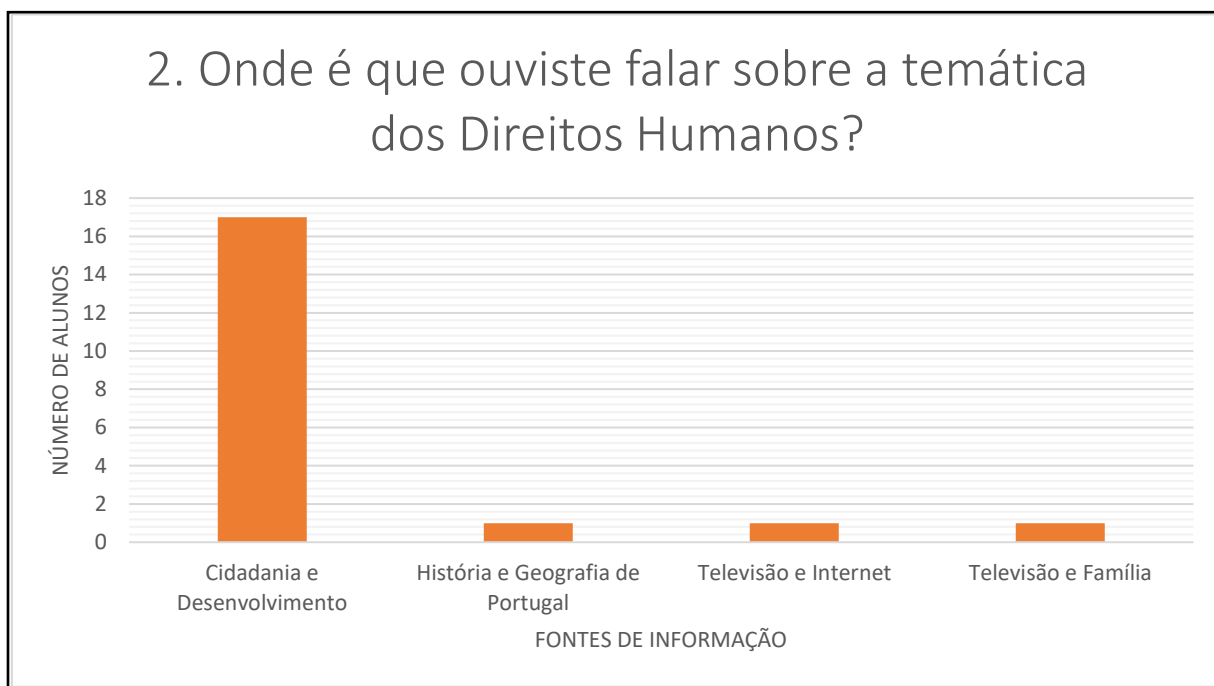


Gráfico 5 - Resposta dos inquiridos à questão número dois (elaboração própria)

No que concerne à justificação da segunda parte da questão dois: “Qual a importância dos Direitos Humanos?”, apurámos que os participantes têm um conhecimento muito concreto sobre esta temática, mostrando ter uma ideia bastante fundamentada acerca do assunto. Destacámos palavras como respeito, liberdade e boas condições de vida, palavras-chave que nos levam para o verdadeiro conceito de Direitos Humanos, como se pode averiguar no Gráfico 6.

sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceitos de cidadania nacional” Retirado das Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento p. 6

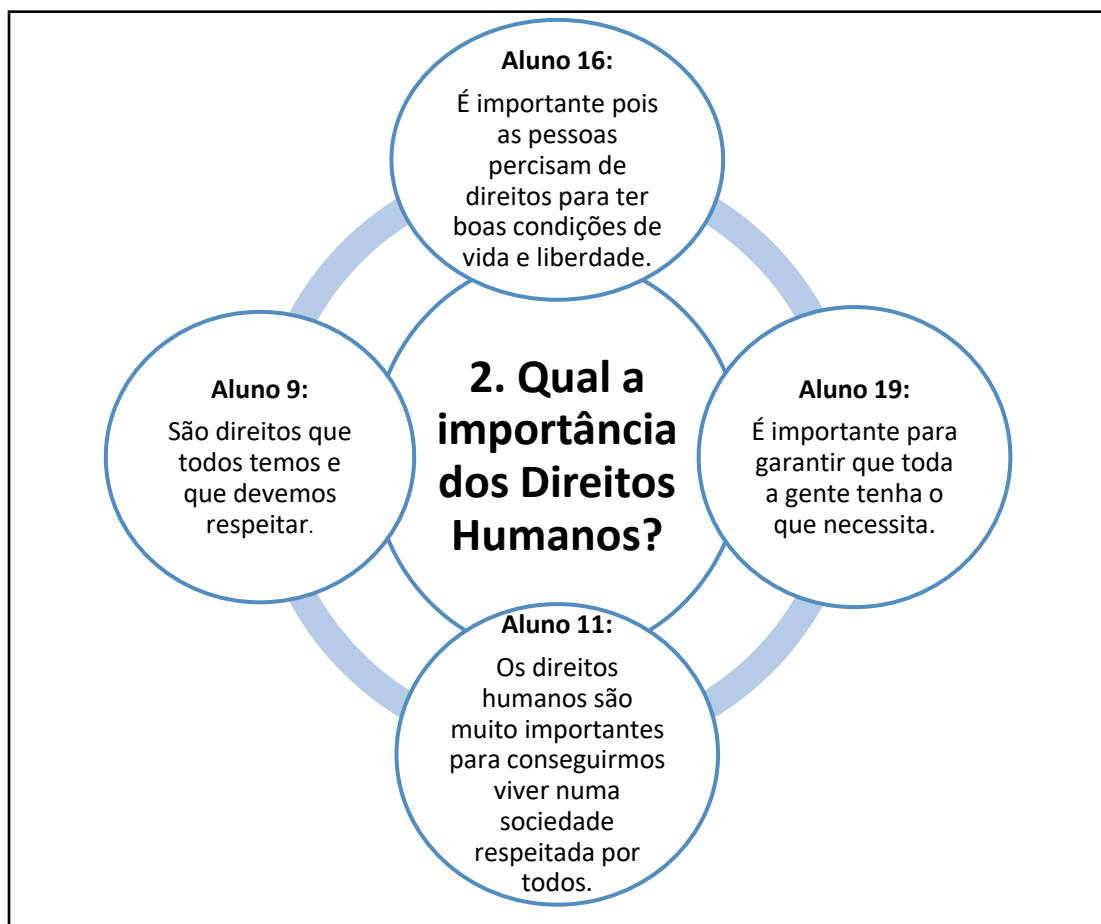


Gráfico 6 - Algumas respostas dos participantes à segunda parte da questão dois (elaboração própria)

NOTA: Os erros ortográficos presentes neste gráfico estão conforme as respostas dos participantes.

No que diz respeito à primeira parte da terceira questão: “Sabes o que significa o conceito de igualdade de género?” denota-se que uma grande maioria, ou seja, oitenta e cinco por cento dos inquiridos afirma saber o significado desta conceção, no entanto, três alunos apresentam não ter conhecimentos sobre este conceito, como comprova o Gráfico 7.

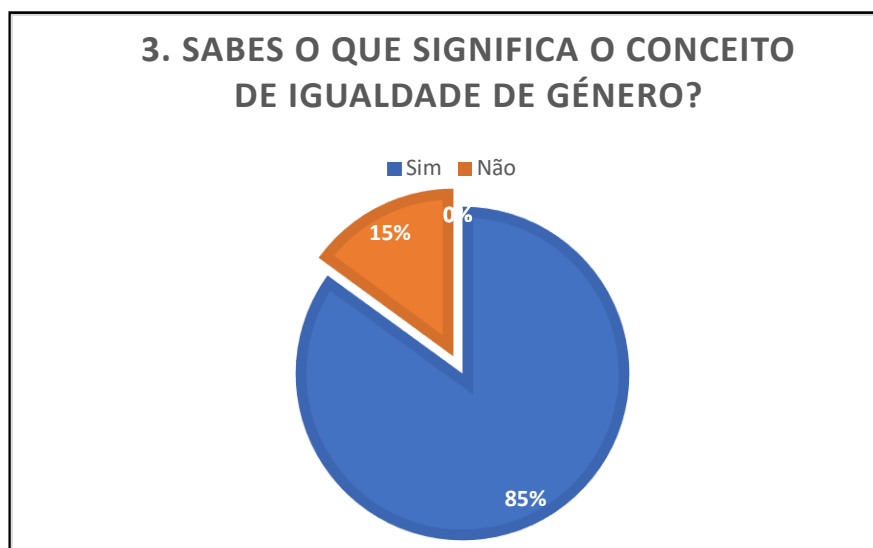


Gráfico 7 - Resposta dos alunos à primeira parte da questão três (elaboração própria)

Quanto à justificação da segunda parte da terceira questão: “Se sim, o que é?”, averiguámos que os intervenientes têm uma ideia mais abrangente desta temática. A grande maioria dos alunos afirma que o conceito de igualdade de género está relacionado com os direitos iguais para homem e mulher, seja a nível de empregabilidade como a nível salarial. Destaca-se igualmente um inquirido que nos transmite que cores são apenas cores e não existe distinção para ambos os géneros, a mulher pode usar azul como o homem pode usar rosa. Este último argumento tem sido bastante debatido na atualidade. Um dos participantes respondeu afirmativamente ao facto de saber o conceito de igualdade de género, no entanto, menciona que esta conceção está relacionada com o respeito pelos diferentes tons de pele, demonstrando assim não saber do que se trata esta temática, como se pode verificar na Figura 21.

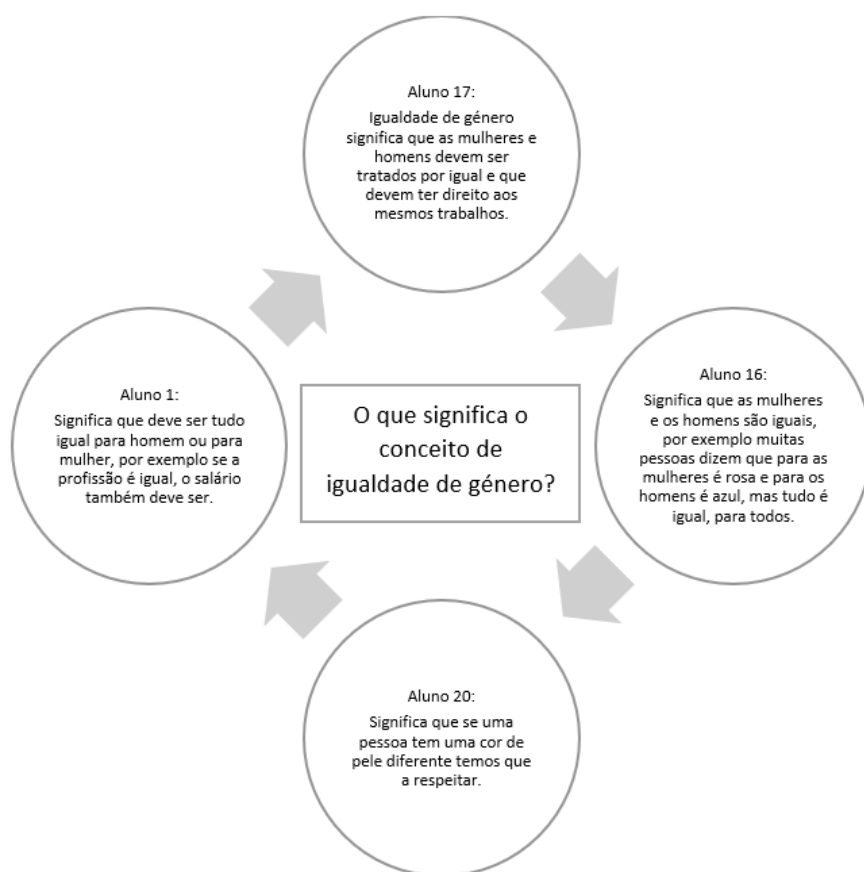


Figura 21 - Algumas das respostas dos intervenientes à segunda parte da questão três (elaboração própria)

Em relação à primeira parte da questão quatro: “Consideras que em Portugal todas as pessoas têm acesso fácil à saúde?”, verifica-se que um quarto (vinte e cinco por cento) dos participantes respondeu afirmativamente, enquanto os restantes (setenta e cinco por cento) consideram que nem todas as pessoas residentes em Portugal têm uma grande acessibilidade a serviços de saúde, como se pode averiguar na Tabela 5.

Tabela 5 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão quatro (elaboração própria)

Respostas dos participantes à questão colocada	Frequência absoluta (<i>f</i>)	Frequência relativa (%)
Sim	5	25%
Não	15	75%
Total	20	100%

No que concerne à justificação da segunda parte da questão quatro: “Se respondeste não, por que é que achas isso?” constatámos que os inquiridos não têm muita informação sobre a saúde em Portugal, nomeadamente do Serviço Nacional de Saúde, uma vez que consideram que uma parte da população residente no nosso país não tem acesso a cuidados médicos por questões monetárias. No entanto, alguns participantes destacam o facto dos centros hospitalares poderem estar numa outra cidade, tornando-se difícil a deslocação e o respetivo acesso, como se pode verificar na Figura 22.

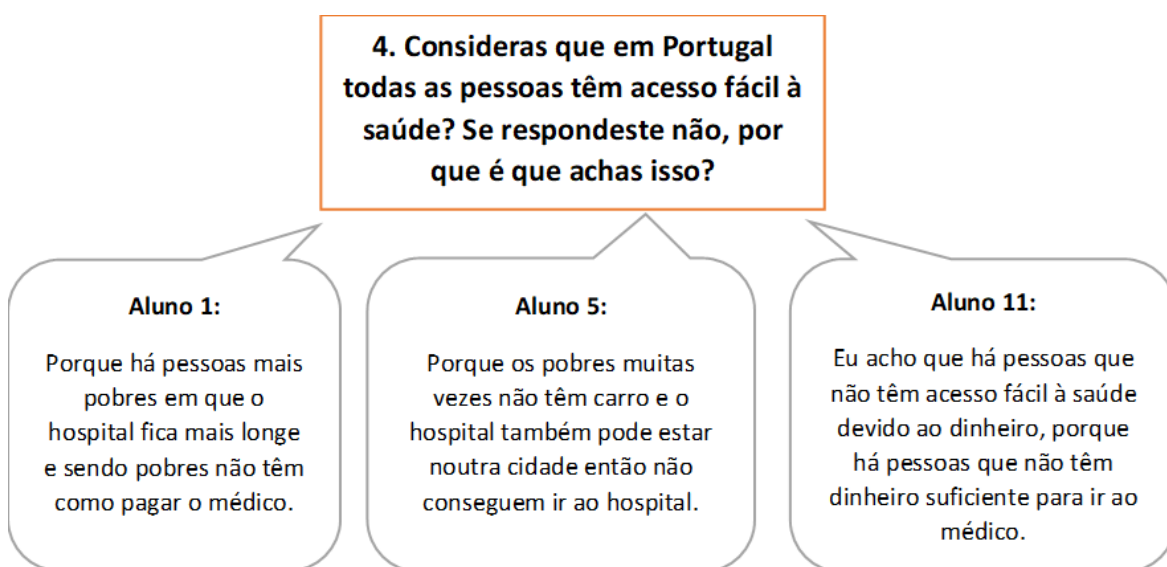


Figura 22 - Algumas das respostas dos intervenientes à segunda parte da questão quatro (elaboração própria)

Por fim, e no que diz respeito à primeira parte da última pergunta do questionário final: “Atualmente achas que ainda existe escravatura em Portugal?” verifica-se que apenas quinze por cento dos participantes acreditam que a escravatura e exploração estão presentes no nosso país, enquanto oitenta e cinco por cento têm uma ideia contrária, como se pode comprovar no Gráfico 8.

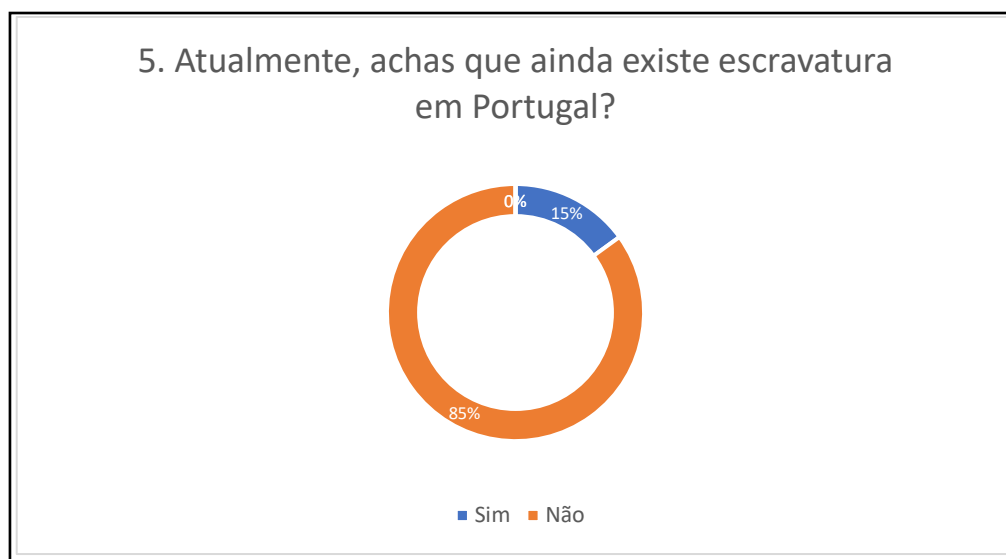


Gráfico 8 - Resposta dos alunos à primeira parte da questão cinco (elaboração própria)

Relativamente à justificação da segunda parte da última questão: “Se respondeste sim, onde e de que forma?”, averiguámos que a maioria dos participantes não têm uma ideia concreta deste tema. Relativamente à fundamentação, dois dos três participantes que responderam à questão colocada retratam a situação de Odemira devido à exploração laboral que foi bastante disseminada no início do presente ano e foi um tema abordado numa das aulas de Português com a investigadora. Enquanto um outro participante aborda o contexto de escravatura a nível internacional e não especificamente a nível nacional, como se pode apurar na Figura 23.

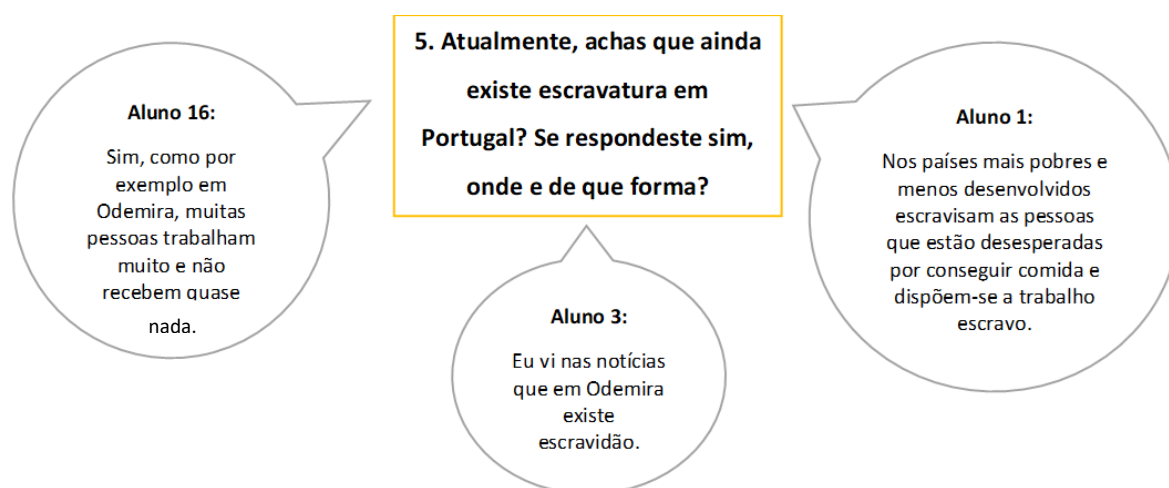


Figura 23 - Algumas das respostas dos participantes à segunda parte da questão cinco (elaboração própria)

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta figura estão conforme as respostas dos participantes.

Atividade 2 – Censos 2021 – Contamos todos, contamos com todos!

Esta atividade teve como principal objetivo os participantes colocarem-se no papel de cidadãos eleitores e preencherem um questionário criado com base nos censos de dois mil e vinte e um para concluírem se na sua localidade têm acesso fácil a serviços de saúde e educação. Nesta atividade participaram quinze dos vinte inquiridos, uma vez que cinco elementos estavam a faltar.

Na primeira parte da primeira questão: “A tua localidade tem bons acessos?”, três dos quinze participantes responderam negativamente à questão colocada, enquanto os restantes doze elementos responderam afirmativamente, como comprova o gráfico seguinte. As respostas dadas pelos participantes remetem-nos para o facto de o local do contexto ser desenvolvido e com fácil acesso a serviços básicos fundamentais para a população, no entanto, ainda existem algumas pessoas que estão um pouco mais isoladas e afastadas dos serviços que esta localidade pode oferecer. No que concerne aos acessos que a localidade dos participantes possui, todos os inquiridos que responderam afirmativamente à primeira parte da questão um, mencionaram que existem todos os exemplos de acessos propostos pela investigadora no documento entregue. Assim sendo, conclui-se que nas respetivas localidades existem hospitais, centros de saúde, escolas,

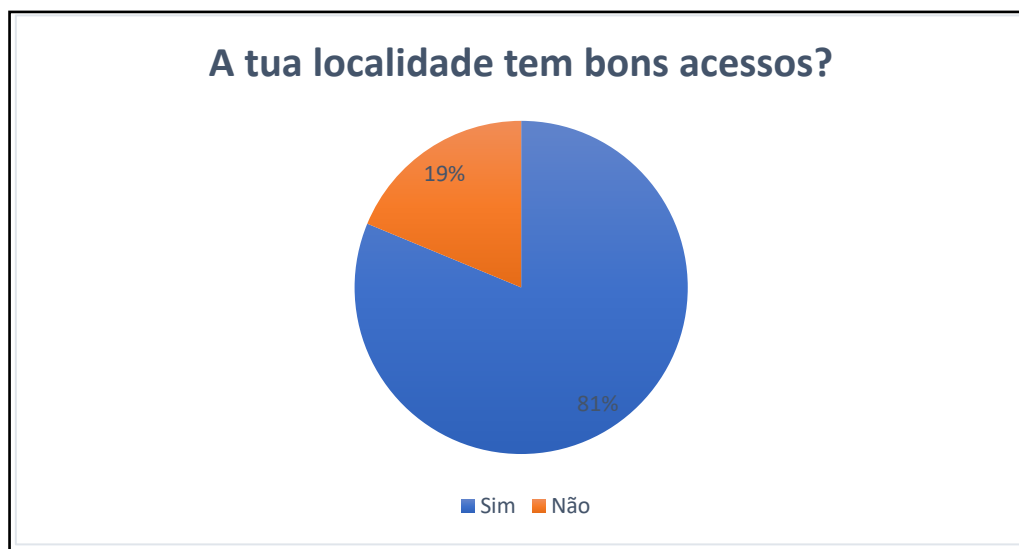


Gráfico 9 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão um (elaboração própria)

centros comerciais, transportes e boas estradas, como podes verificar no Gráfico 9.

Na segunda questão: “Vives perto de um hospital ou de uma escola?” verifica-se que uma pequena maioria, isto é, nove inquiridos responderam afirmativamente à questão colocada, enquanto os restantes seis participantes responderam negativamente, como se pode observar na Tabela 6. Infere-se, portanto, que a grande maioria dos elementos da turma do 6º CEB tem acesso rápido aos serviços de saúde e de educação:

Tabela 6 - Respostas dos participantes à questão dois (elaboração própria)

Respostas dos participantes à questão colocada	Frequência absoluta (<i>f</i>)	Frequência relativa (%)
Sim	9	60%
Não	6	40%
Total	15	100%

No que diz respeito à terceira questão desta atividade, averigua-se que a grande maioria dos participantes demora mais de dez minutos a chegar ao estabelecimento de ensino, pois uma pequena parte dos inquiridos desloca-se a pé até à escola, demorando assim mais tempo até chegar ao destino. A grande maioria dos participantes (onze dos quinze) desloca-se para o contexto educativo de transporte e apenas uma pequena percentagem dos elementos da turma menciona que vai para a escola das duas formas: tanto de transporte como a pé, como se pode verificar no Gráfico 10 e no Gráfico 11.

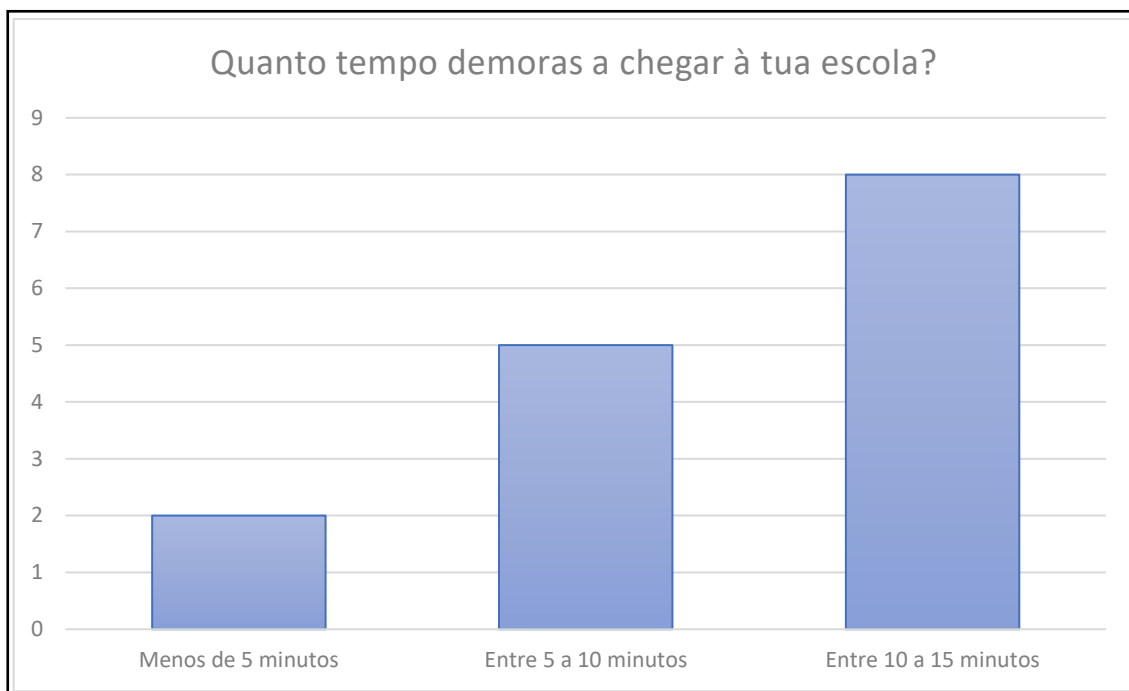


Gráfico 10 - Respostas dos participantes à primeira parte da questão três (elaboração própria)

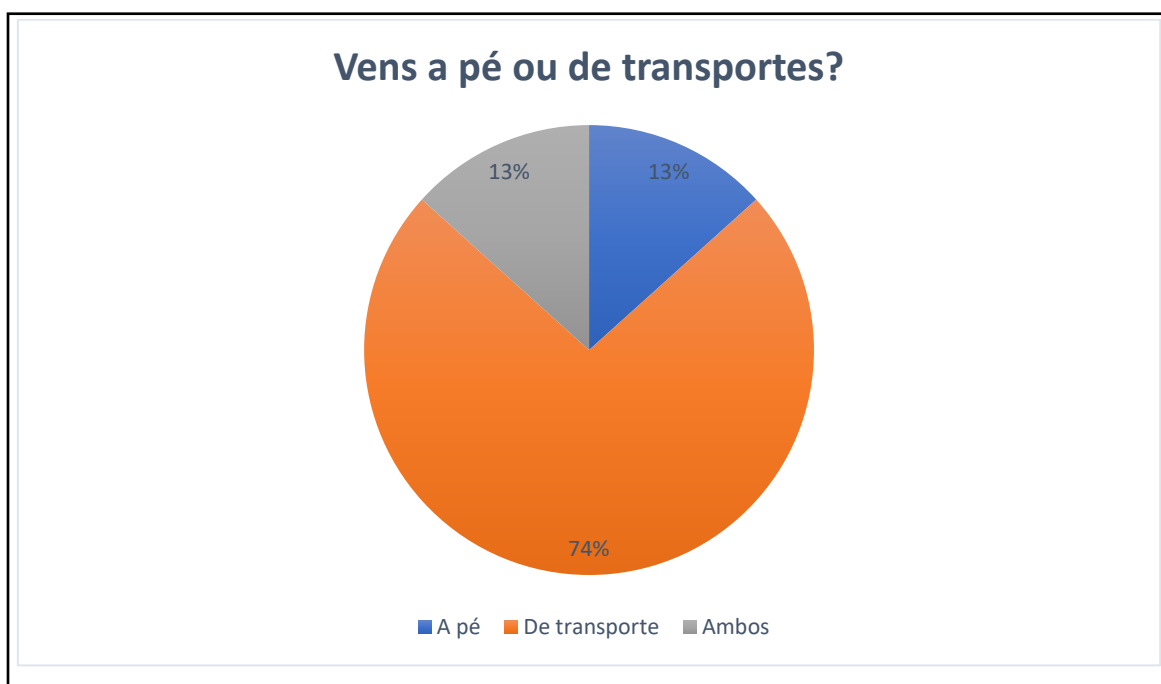


Gráfico 11 - Respostas dos participantes à segunda parte da questão três (elaboração própria)

Relativamente à quarta questão: “Consideras importante haver um hospital ou uma escola perto da tua localidade? Porquê?” todos os participantes (quinze) responderam positivamente, pois consideram importante haver um hospital perto da sua

localidade e acreditam que se houver alguma emergência associada aos cuidados de saúde, são tratados mais rapidamente.

No que concerne à proximidade da escola, uma grande maioria afirma que quanto mais próximos estiverem do estabelecimento de ensino, não terão de acordar tão cedo e similarmente terão uma educação com mais qualidade, como se pode comprovar com algumas das respostas apresentadas pelos participantes na Figura 24.

Consideras importante haver um hospital ou uma escola perto da tua localidade? Porquê?

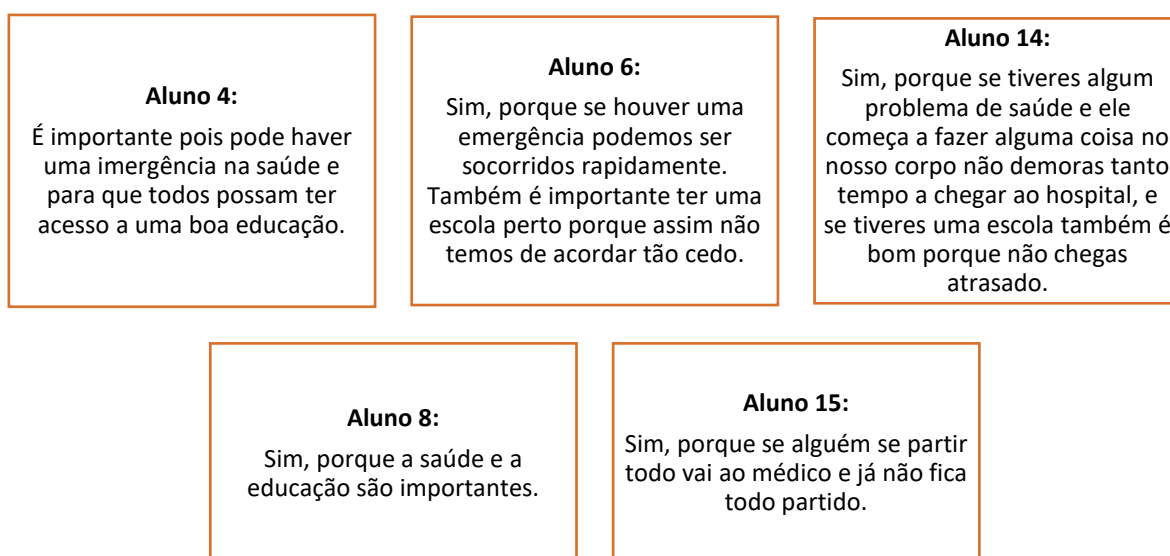


Figura 24 - Algumas das respostas dos participantes à questão quatro (elaboração própria)

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta figura estão conforme as respostas dos participantes.

Finalmente, e no que diz respeito à última questão desta atividade: “Achas que todos os residentes em Portugal têm acesso rápido a um hospital ou a uma escola?”, cinco dos quinze inquiridos responderam afirmativamente, contrariamente aos restantes dez elementos que responderam negativamente à questão colocada.

Os participantes que responderam positivamente acreditam que Portugal é um país muito desenvolvido ao nível do sistema de saúde e do sistema de educação e que em todas as localidades existem hospitais para tratar os pacientes ou escolas para formar os

cidadãos. Contrariamente, os inquiridos que responderam negativamente consideram que nem todos os residentes em Portugal têm acesso rápido a um hospital ou a uma escola uma vez que vivem em regiões mais isoladas em que não é tão simples recorrer aos serviços de saúde ou de educação, como se verifica na Figura 25 com algumas das

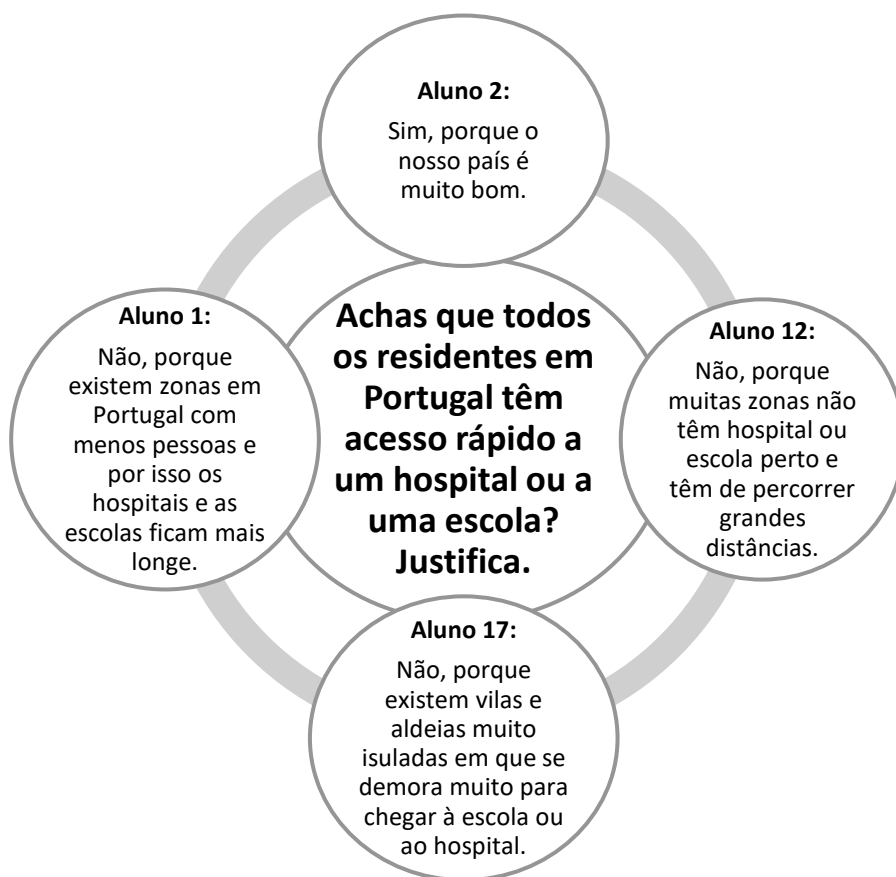


Figura 25 - Algumas das respostas dos participantes à quinta questão (elaboração própria)

respostas dadas pelos participantes a esta questão.

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta figura estão conforme as respostas dos participantes.

Segunda sessão

Atividade 3 – Debate: Diminuição da taxa de natalidade

A terceira atividade teve como finalidade debater as ideias que os alunos tinham sobre a diminuição da taxa de natalidade, de maneira a entenderem as razões pelo qual Portugal está cada vez mais envelhecido.

Ao analisar as respostas dadas pelos participantes, verifica-se uma ideia bastante clara sobre as causas da diminuição da taxa de natalidade. Os vinte participantes apresentaram várias causas para este fenómeno, demonstrando assim que possuem saberes consistentes sobre o tema, como se pode verificar na Tabela 7.

Tabela 7 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 3 (elaboração própria)

Atividade 3:	
Quais serão as causas da diminuição da taxa de natalidade?	
Categoria	Algumas das respostas dadas pelos participantes
Interrupção da gravidez	“Quando as mulheres não querem ou não podem ter filhos, têm a escolha de abortar.”
Emigração	“Os jovens estão a emigrar para outros países fazendo com que Portugal seja um país com mais pessoas idosas.”
	“Tem havido muitos portugueses a imigrar.”
Emancipação da mulher	“Á diminuição da natalidade porque hoje em dia não é como antigamente que as mulheres trabalhavam em casa e tratavam dos filhos. Agora já são formadas e têm um trabalho.”
	“As mulheres são mais independentes.”
	“As mulheres têm outras prioridades.”
Emprego	“As pessoas, atualmente, focam-se mais no trabalho.”
	“As pessoas querem evoluir no emprego, por isso, têm filhos mais tarde.”
Estilo de vida	“Se calhar as pessoas não querem ter filhos.”
	“Antigamente, as mulheres tinham muitos filhos. Hoje em dia têm um ou dois, muitas até preferem não ter nenhum.”

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta tabela estão conforme as respostas dos participantes.

Atividade 4 – Debate: Aumento da esperança média de vida

Esta atividade teve como objetivo debater as ideias prévias dos participantes e compará-las com as verdadeiras causas do aumento da esperança média de vida em Portugal.

Analisadas as respostas dadas pelos inquiridos, averigua-se que a grande maioria destaca a saúde como a principal causa deste aumento. Para além das melhorias na saúde, os participantes consideraram também que o desenvolvimento social ocorrido ao longo dos últimos anos contribuiu para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos, como se pode observar na Tabela .

Tabela 8 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 4 (elaboração própria)

Atividade 4: Por que motivo a esperança média de vida tem vindo a aumentar com o passar dos anos?	
Categorias	Algumas das respostas dadas pelos participantes
Tecnologia	“Mais tecnologia.”
	“A tecnologia trouxe vantagens para a vida das pessoas.”
Saúde	“Há mais hospitais.”
	“Já se desenvolveram muitos remédios e vacinas.”
	“Á mais cuidados de saúde.”
	“Há mais soluções para comvaterem as doenças.”
Desenvolvimento social	“Atualmente, há melhores condições de vida.”
	“O país está mais desenvolvido e as pessoas vivem melhor.”
	“As condições de vida melhoraram muito em comparação à antigamente e, por isso, as pessoas vivem melhor e com mais qualidade.”
Higiene	“Há maiores cuidados com a ejiene.”
Habitação	“Há casas com melhores condições e as pessoas vivem com mais qualidade.”

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta tabela estão conforme as respostas dos participantes.

Atividade 5 – Debate: A posição da mulher no mercado de trabalho

A quinta atividade teve como foco debater as ideias dos participantes sobre a posição adquirida pela mulher no mercado de trabalho, sobretudo, após o 25 de abril de 1974, de maneira a entenderem a importância do sexo feminino no desenvolvimento do país (Figura 26).



Figura 26 - Debate sobre a posição da mulher no mercado de trabalho

Ao analisar as respostas dadas pelos participantes, verifica-se que têm uma ideia bastante concreta sobre este tema, dando explicações pormenorizadas que nos remetem ao objetivo principal da atividade. Para a grande maioria dos alunos, a educação e a necessidade de independência por parte da mulher foram as principais razões que levaram a esta evolução social significativa, como se pode evidenciar na Tabela 49.

Tabela 4 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 5 (elaboração própria)

Atividade 5: A posição da mulher no mercado de trabalho	
Categoria	Algumas das respostas dadas pelos participantes
Igualdade de género	“A mulher tem os mesmos direitos do que o homem, portanto, a mulher não tem de ficar em casa toda a vida.”
	“Todas as pessoas têm o direito de ter um emprego.”
Independência	“Querem ganhar o seu próprio dinheiro.”
	“As mulheres querem trabalhar porque têm direito a ter um emprego.”
	“As mulheres querem ter liberdade.”
Educação	“As mulheres têm mais cursos e mais oportunidades de trabalho.”
	“As mulheres são cada vez mais estudadas.”
	“As mulheres vom para a universidade, por isso têm mais oportunidades de trabalho.”
Conquistas	“Atualmente, as mulheres dedicam-se mais ao emprego porque, antigamente, não tinham essa possibilidade e querem usufruir deste direito.”

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta tabela estão conforme as respostas dos participantes.

Terceira sessão

Atividade 6 – Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?

A presente atividade teve como intuito escrever uma carta em que um aluno seria um habitante de uma aldeia e o outro aluno seria residente numa cidade. Nesta atividade teriam de referir as vantagens e as desvantagens de viver no meio que lhes foi atribuído. De realçar que esta atividade foi realizada no exterior (Figura 27).



Figura 27 - Elaboração da atividade “Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?”

Analisadas as respostas, averigua-se que todos os participantes consideram que tanto o meio rural como o meio urbano têm vantagens e desvantagens. No entanto, para os participantes há mais vantagens do que desvantagens em viver no meio rural, contrariamente ao meio urbano no qual enunciaram mais desvantagens do que vantagens, como revela a seguinte tabela:

Tabela 10 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à atividade 6 (elaboração própria)

Atividade 6 – Vida urbana versus vida rural: Vamos escrever uma carta?			
A vida no meio rural		A vida no meio urbano	
Vantagens (Algumas das respostas dadas pelos participantes)	Desvantagens (Algumas das respostas dadas pelos participantes)	Vantagens (Algumas das respostas dadas pelos participantes)	Desvantagens (Algumas das respostas dadas pelos participantes)
“É calmo e muito bonito”	“Não tenho aceso rápido para nenhum lado”	“Estamos mais perto das escolas, hospitais e supermercados”	“Muito barulho”
“Estamos rodeados pela natureza”	“Temos de fazer grandes deslocações para chegar ao hospital ou ao supermercado”	“Há mais oportunidades de emprego”	“As casas são caras”
“Respiramos ar puro porque não há muita poluição”	“Não tens tantas oportunidades de emprego”	“Se tiveres dinheiro, podes comprar tudo o que quiseres”	“Há menos segurança porque há mais roubos”
“Todos se conhecem e ajudam-se uns aos outros”	“Há sítios na aldeia que não se apanha muita rede”	“Há muitos museus, restaurantes e shoppings”	“Há mais trânsito”
“Espaço livre para brincarmos”	“Não há tantas autoestradas, por isso demoramos mais tempo a chegar ao local que queremos”	“Encontras pessoas de muitas nacionalidades diferentes”	“Mais poluição”
“Quando saís de casa tens menos probabilidade de ser atropelado ou assaltado”			“As pessoas não se conhecem umas às outras”

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta tabela estão conforme as respostas dos participantes.

Quarta sessão

Atividade 7 – Questionário final

Com a finalidade de compreender o progresso das ideias dos alunos entre o momento inicial e o momento final do estudo, foi realizado um questionário final no qual participaram dezasseis dos vinte alunos da turma do 6º ano do CEB, uma vez que quatro alunos estavam a faltar no dia em que foi concretizado este questionário.

Ao analisar as respostas dos inquiridos à primeira questão: “Atualmente, existe igualdade de género em Portugal? Justifica.”, verifica-se que todos os elementos da

turma ficaram com uma ideia concreta sobre esta problemática (Figura 28). Comparando com as respostas obtidas à terceira pergunta do questionário inicial “Sabes o que significa igualdade de género? Se sim, o que é?”, constata-se que a grande maioria tinha uma ideia bastante sólida sobre o conceito, enquanto uma pequena parte da turma não tinha qualquer ideia sobre o mesmo. A maior parte dos participantes considera que não existe igualdade de género em Portugal devido à disparidade dos salários atribuídos a ambos os sexos, por isso, comprova-se que “o educando entende os conceitos de gênero, igualdade de gênero e discriminação de gênero e tem conhecimento sobre todas as formas de discriminação, violência e desigualdade de gênero (...) e compreende as causas atuais (...) da desigualdade de gênero.” (UNESCO, 2017)

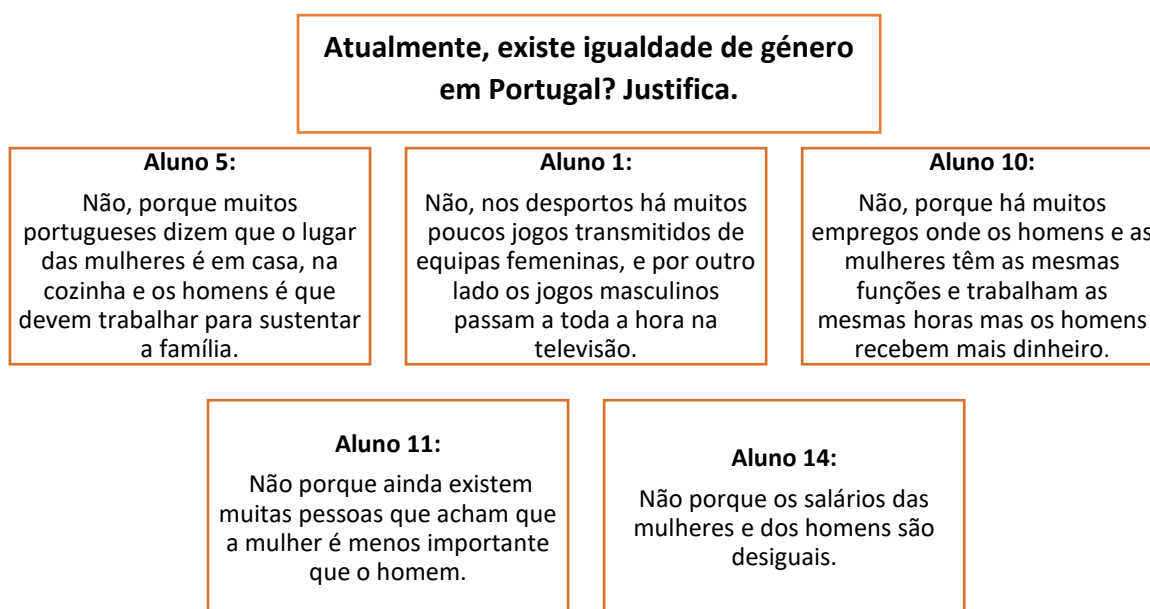


Figura 28 - Algumas das respostas dos participantes à primeira questão (elaboração própria)

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta figura estão conforme as respostas dos participantes.

No que concerne à segunda questão “Consideras que em Portugal há acesso fácil aos serviços de saúde? Justifica.”, averigua-se que a grande maioria dos participantes considera que o país tem acesso a diversos cuidados médicos gratuitos devido ao SNS e, por isso, a situação financeira da população não interfere com o acesso aos serviços de saúde. No entanto, há uma minoria que acredita que alguns habitantes em Portugal não têm um acesso tão rápido e fácil a estes cuidados devido à situação geográfica em que se

inserem, isto é, estão distantes das cidades e dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, vivem longe dos hospitais ou dos centros de saúde, como comprova a Tabela 5 com algumas das respostas dadas pelos participantes à questão colocada:

Tabela 5 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à segunda questão (elaboração própria)

Questão 2: Consideras que em Portugal há acesso fácil aos serviços de saúde? Justifica.	
Categoria	Algumas das respostas dadas pelos participantes
Situação geográfica	<p>“Não, porque há pessoas que vivem nos montes e por isso demoram muito para chegar ao hospital.”</p> <p>“Não, porque existem aldeias isoladas das vilas ou cidades a que pertencem.”</p>
Serviço Nacional de Saúde	<p>“Sim, porque em relação a outros países, Portugal é muito desenvolvido na saúde porque temos acesso gratuito a quase todos os cuidados de saúde.”</p> <p>“Sim pois temos o serviço nacional de saúde, que facilita o acesso a serviços de saúde.”</p> <p>“Sim, porque sendo ricas ou pobres as pessoas têm direito a consulta, vacina, etc... de graça.”</p>
Quantidade de infraestruturas	<p>“Sim, porque existem muitos hospitais em Portugal.”</p>

Relativamente à questão três: “Tendo em conta o horário laboral de cada cidadão residente em Portugal, pensas que o salário recebido é adequado? Justifica.”, constata-se que todos os participantes concordam que o salário recebido tendo em conta o horário laboral é desmerecido, sendo que a principal consequência deste fenómeno é a emigração, tal como menciona um dos participantes na Figura 29.

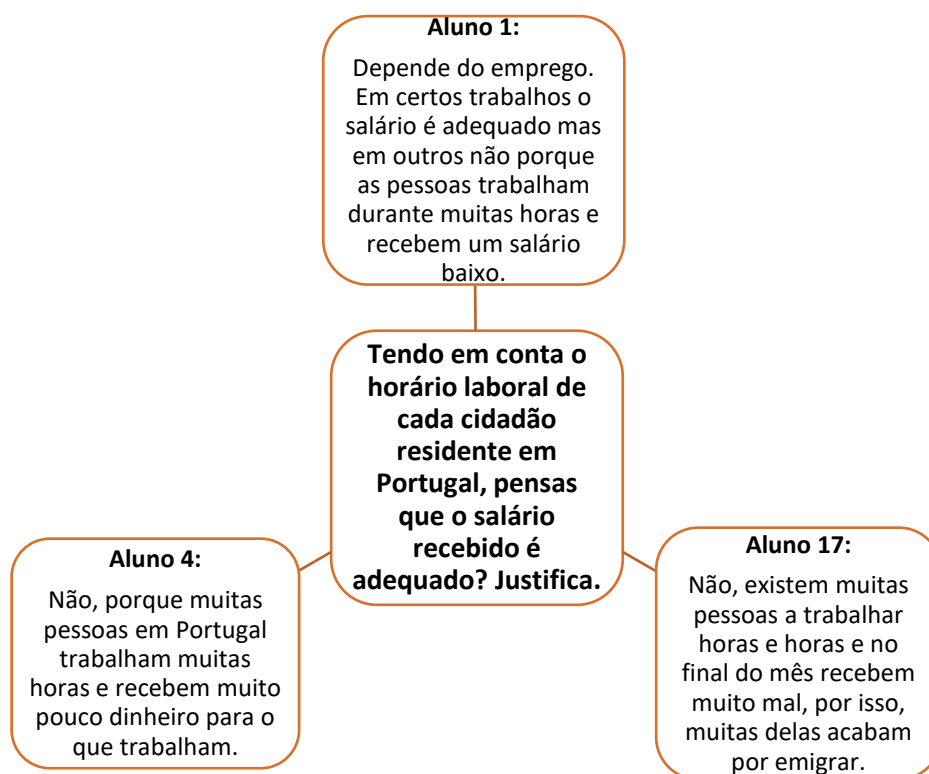


Figura 29 - Algumas das respostas dos participantes à terceira questão (elaboração própria)

Finalmente e no que diz respeito à questão quatro: “Que melhorias propões relativamente a estas temáticas para vivermos num mundo melhor e mais justo?”, verifica-se que todos os participantes defendem que, para que possamos viver num mundo melhor, são necessárias medidas e melhorias urgentes essencialmente ligadas à igualdade de género e às condições de trabalho como o salário equivalente e mais justo entre os sexos, por isso, pode constatar-se e, segundo os objetivos de desenvolvimento sustentável, “o educando é capaz de facilitar melhorias relacionadas com salários injustos, remuneração desigual para trabalho igual e más condições de trabalho.” (UNESCO, 2017)

Para além disso, um dos participantes referiu aspetos relacionados com o respeito pelo próximo defendendo a extinção do racismo, da homofobia e do machismo, como se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6 - Algumas das respostas dadas pelos participantes à segunda questão (elaboração própria)

Questão 4:	
Que melhorias propões relativamente a estas temáticas para vivermos num mundo melhor e mais justo?	
Categoria	Algumas das respostas dadas pelos participantes
Igualdade de género	“Que o homem e a mulher recebam o mesmo salário e que a mulher ocupe melhores cargos como o homem.”
	“Dar mais valor às mulheres.”
	“As mulheres recebessem o mesmo salário que os homens.”
Condições de trabalho	“Melhorias das condições de trabalho e salários mais justos.”
	“Se fosse eu a mandar faria com que os salários e os horários de trabalho fossem mais justos.”
Respeito pelo próximo	“Deixar de aver homofóbia, racismo, preconceito e machismo porque amar pessoas do mesmo sexo não é errado, a cor não importa porque somos todos iguais e ninguém deve julgar por causa da cor, da sexualidade ou pelo género. Todos somos iguais!”
Desigualdades sociais	“Acabar com as guerras, também há pessoas muito ricas e outras muito pobres.”
Paz	“Para vivermos num mundo melhor e mais justo é necessário paz.”
Alargamento das redes de transportes públicos	“Eu melhoraria o salário das mulheres e criava mais transportes publicos para as pessoas que vivem mais longe dos hospitais chegarem mais rápido lá.”

NOTA: Os erros ortográficos presentes nesta tabela estão conforme as respostas dos participantes.

Por fim, e comparando as respostas dadas ao primeiro questionário, é notório que grande parte dos participantes possuíam ideias prévias sucintas sobre as diferentes temáticas analisadas neste estudo, por isso, adquiriram ainda mais conhecimentos sobre o que era pretendido. Relativamente aos participantes que não mostraram muita consciência dos factos, verificou-se uma melhoria significativa dos seus saberes, uma vez que ao longo das atividades e no questionário final participaram ativamente, contribuindo para a recolha de dados fundamental para a realização desta investigação.

Capítulo V – Conclusões

No quinto capítulo deste relatório serão apresentadas as conclusões do estudo desenvolvido e, para isso, serão dadas as respostas às questões de investigação que inicialmente foram descritas. Para além das conclusões, serão expostas as limitações do estudo, considerações finais e sugestões para futuros projetos.

Conclusões do estudo

Concluída a realização desta investigação e analisados os dados recolhidos, é imprescindível refletir e elaborar uma conclusão sobre todo o percurso desenvolvido, entrelaçando os objetivos propostos no início deste estudo com a finalidade de dar resposta às questões de investigação definidas previamente.

Posto isto, e em relação à primeira questão orientadora **“Que conceções apresentam os alunos relativamente às problemáticas de igualdade de género, exploração laboral e acesso aos serviços de saúde?”**, tendo como fundamento os dados recolhidos através do questionário inicial, concluímos que a grande parte dos participantes revelou ser capaz de associar os diferentes conceitos, contrariamente a uma pequena parte dos alunos que apresentou dificuldades em definir as diferentes conceções e mencionar a sua existência ou não em Portugal.

Relativamente ao conceito de igualdade de género, dezassete dos vinte alunos mostraram entender a definição concreta do mesmo, associando-o aos direitos iguais entre homens e mulheres.

No que diz respeito à exploração laboral, oitenta e cinco por cento dos participantes respondeu negativamente sobre a sua prática em Portugal, no entanto, os restantes quinze por cento afirmaram convictamente e com justificações plausíveis, dando o exemplo de casos como o de Odemira.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, quinze dos vinte inquiridos afirmou que a posição geográfica e as condições sociais constituem um entrave para um acesso fácil aos cuidados médicos, em contrapartida os restantes cinco elementos apresentaram uma ideia oposta à dos seus colegas.

No que concerne à segunda questão orientadora **“Qual o impacto que a abordagem destas temáticas teve nos alunos?”** e através das respostas dos participantes, denota-se que os mesmos ficaram sensibilizados e demonstraram ser capazes de refletir sobre a importância de trabalhar estas temáticas dos Direitos Humanos, tal como se pode verificar por meio das seguintes afirmações dos inquiridos à última pergunta do questionário final sobre que medidas poderiam propor para viverem num mundo melhor e mais justo:

- Aluno 4: “Dar mais valor às mulheres”;

- Aluno 2: “As mulheres recebessem o mesmo salário que os homens”;

- Aluno 11: “Se fosse eu a mandar faria com que os salários e os horários de trabalho fossem mais justos”;

- Aluno 19: “Deixar de aver homofobia, racismo, preconceito e machismo porque amar pessoas do mesmo sexo não é errado, a cor não importa porque somos todos iguais e ninguém deve julgar por causa da cor, da sexualidade ou pelo género. Todos somos iguais!”

- Aluno 9: “Para vivermos num mundo melhor e mais justo é necessário paz”.

De acordo com as respostas apresentadas por parte dos participantes pode-se observar que estes demonstram consciência, empatia e sentido de responsabilidade, compreendendo a necessidade de debater estas problemáticas, uma vez que estão bastante presentes não só em Portugal como também no mundo.

Finalmente, e em relação à terceira questão orientadora **“Que alterações devemos ter em conta no pensamento social e geográfico dos alunos acerca destas temáticas?”** denota-se que houve uma progressão de conhecimentos por parte dos participantes, uma vez que na reta final do estudo todos conseguiram entender que existe desigualdade de género e exploração laboral em Portugal.

Relativamente às questões ligadas ao acesso à saúde, mencionaram que apesar de sermos um país desenvolvido a este nível e que os cidadãos, tendo ou não uma situação

financeira estável, têm acesso a quase todos os cuidados médicos de forma gratuita, a localização geográfica de algumas pessoas constitui um entrave ao acesso a estes serviços. Os participantes utilizaram expressões relacionadas com o acesso à saúde como “aldeias isoladas”, “serviço nacional de saúde”, “sendo ricas ou pobres têm direito a consulta, vacina”, etc.

No que diz respeito à problemática da exploração laboral, foi onde se observou a maior evolução de ideias e de pensamentos, visto que no questionário inicial apenas três participantes consideraram que existe exploração em Portugal, enquanto os restantes dezassete elementos acreditavam que esta não era uma realidade no país. No questionário final todos demonstraram que compreenderam que, em pleno século XXI, ainda existem pessoas que são exploradas, pois trabalham muitas horas e recebem um salário muito baixo, desmerecedor do trabalho que exercem, utilizando expressões relacionadas com esta temática como “salário baixo”, “trabalham muitas horas”, etc.

Para além disso, os participantes tiveram a capacidade de referir a evolução e a importância da mulher ao longo do tempo a nível social, como comprova uma das respostas dadas por um dos participantes:

- Aluno 11: “Atualmente, as mulheres dedicam-se mais ao emprego porque, antigamente, não tinham essa possibilidade e querem usufruir deste direito.”

Consequentemente os participantes conseguiram associar expressões relacionadas com a igualdade de género adequados para este fim como “os homens recebem mais dinheiro”, “salários das mulheres e dos homens são desiguais”, etc.

Ao longo da investigação, denota-se a evolução das respostas dos inquiridos na medida em que estão presentes valores como a “valorização da democracia, da justiça, da equidade, da igualdade e do Estado de direito” e a “valorização da dignidade humana e dos direitos humanos” e atitudes de “respeito, espírito cívico e responsabilidade”. Para além disso demonstraram capacidades de “aprendizagem autónoma e capacidades de análise, de pensamento crítico e empatia”, bem como conhecimentos e compreensão crítica do mundo a nível da “política, direito, direitos humanos, cultura e história”. (Europa, 2018)

Por fim, e após a análise das questões orientadoras, este estudo possibilitou que os alunos refletissem e compreendessem que estes temas são verdadeiramente importantes, uma vez que ainda são uma realidade, nomeadamente em Portugal, e devemos lutar de forma a reverter a situação para vivermos num mundo mais justo e igualitário.

Conforme o Conselho da Europa “o ensino da história deve permitir experiências de aprendizagem que sejam diretamente aplicáveis às aspirações, interesses ou experiências culturais pessoais dos alunos (...) ou que estão de alguma forma ligadas a questões, problemas e contextos do mundo real (...)” (p. 24).

Limitações do estudo

Ao olhar para trás e refletindo sobre todo o percurso realizado durante este estudo, considera-se que este teve algumas limitações, dificultando assim a concretização desta investigação. A dificuldade sentida na realização deste estudo deve-se ao facto de a carga horária atribuída à disciplina de História e Geografia de Portugal ser bastante reduzida, por isso, o tempo disponível para a concretização do mesmo ter sido muito diminuto, constituindo um obstáculo a um maior e melhor aprofundamento das temáticas abordadas nesta investigação. Ainda que a investigadora tenha dado o seu melhor e os participantes terem-se mostrado sempre disponíveis e ativos na realização das atividades, a mesma defende que um alargamento na carga horária desta área curricular seria benéfica para a solidificação e o debate dos conteúdos programáticos trabalhados.

Sugestões para investigações futuras

Numa sugestão de investigação futura, considera-se fundamental ampliar o número de participantes presentes no estudo de forma a existir uma vasta amostra para a análise de dados. Para além desta sugestão, seria pertinente o alargamento do tempo em que é realizado o estudo, de forma a realizar mais atividades para aprofundar os conhecimentos dos alunos.

Considerações finais

Sabendo que uma das finalidades do ensino da História e Geografia de Portugal é desenvolver e promover “a inclusão, o respeito pela diversidade, a cooperação, a valorização dos direitos humanos e a sensibilização para a finitude do planeta” (ME, Aprendizagens Essências 6.º ano História e Geografia de Portugal, 2018), admite-se que este estudo foi benéfico para a formação dos alunos que integraram esta investigação, uma vez que participaram nas atividades de forma ativa e desempenharam um papel elementar para o resultado final deste estudo.

Para além de desenvolver o espírito crítico, este estudo capacitou os alunos para a consciencialização e a empatia por pessoas que carecem de direitos fundamentais, visto que se colocaram no seu papel e tiveram uma perceção do que é viver com desigualdade de género, más condições de trabalho e complicações no acesso à saúde.

Mais do que dar a conhecer acontecimentos históricos, a História e Geografia de Portugal constitui um papel fundamental para o desenvolvimento de atitudes e valores relacionados com os Direitos Humanos e, desta forma, o professor deve criar atividades que incutam, motivem e sensibilizem os alunos para as problemáticas existentes no século XXI, de forma a desenvolver o pensamento crítico, de debate e de sentido de responsabilidade, uma vez que:

Debates contemporâneos na área de ensino de Geografia reconhecem que esse conhecimento poderoso estaria atrelado, no geral, a descobrir novas formas de pensar; melhor explicar e entender os mundo social e físico; pensar alternativas futuras e formas de influenciá-las; apoderar-se do próprio conhecimento; ser capaz de participar em debates significativos; ir além dos limites da experiência pessoal ou individual. (Juliasz & Souza, 2018)

Um dos pontos a que se deu também extrema importância foi a evolução do papel da mulher na sociedade ao longo dos tempos, de forma que os alunos entendessem que os direitos que a mulher tem hoje em dia, não são os mesmos que tinham outrora, uma vez que lutaram constantemente para terem acesso a tudo o que têm hoje: educação, emprego e liberdade. No entanto, estas conquistas não estão asseguradas, visto que

vivemos num mundo em constante mudança e temos de continuar a lutar para que estas conquistas não nos sejam retiradas.

Concluindo, afirma-se que a História e Geografia de Portugal foi, é e será um aliado fundamental e fortíssimo para a evolução da sociedade e para a luta de todas estas temáticas relacionadas com os Direitos Humanos e, deste modo, devemos respeitar a memória de todos os indivíduos que lutaram para que, hoje, possamos viver em liberdade e usufruir de direitos fundamentais que estes não tiveram a oportunidade de possuir.

Parte III – Reflexão Global da PES

A terceira, e última parte, deste relatório final de estágio integra um momento de reflexão sobre toda a experiência que a PES nos concedeu.

Neste ponto serão mencionados aspetos positivos e outros menos positivos que contribuíram para que esta viagem académica se tenha tornado enriquecedora para o desenvolvimento pessoal e profissional da investigadora.

Reflexão Global

Chegou ao fim a etapa mais dura, mas ao mesmo tempo gratificante da minha vida. Chegou o momento de refletir sobre todo o meu percurso na Prática de Ensino Supervisionada I e na Prática de Ensino Supervisionada II. Ao longo deste último ano letivo tive a oportunidade de conhecer, de contactar e de aprender com os alunos e respetivos professores das duas turmas em que estive inserida.

Antes de refletir sobre o meu percurso na PES I e PES II, devo voltar atrás no tempo, mais especificamente ao momento em que, no 11º ano no curso de Línguas e Humanidades, decidi que o meu futuro passaria pela docência. Num ano, que, para mim, foi de indecisões, tive a certeza de que seria este o meu rumo, pois, ao longo do meu percurso escolar, cruzei-me com diversos professores: alguns marcaram-me pela negativa, mas outros, e maior parte deles, marcaram-me pela positiva. E foi aí, que eu tive a certeza, por ser próxima das crianças, por ambicionar um mundo melhor, por acreditar que a educação não é apenas transmitir conhecimentos, que este seria o meu caminho.

“O importante não é aquilo que fazem de nós,
mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós.”

Jean-Paul Sartre

Em setembro de dois mil e dezasseis, quando entrei em Educação Básica no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, tive a certeza de que fiz a escolha certa. Apesar dos altos e baixos, aprendi imenso, tanto com os docentes como com os meus colegas. Refletindo sobre o meu percurso na licenciatura em Educação Básica, reconheço e valorizo todas as experiências práticas, teóricas e didáticas que tive a oportunidade de desenvolver ao longo dos três anos. Não só em Iniciação à Prática Profissional (IPP) I, II e III, mas também em diversas unidades curriculares em que senti que era realmente este o meu rumo e que me ajudaram, igualmente, a escolher o mestrado que, hoje, estou prestes a terminar.

Durante os três anos de licenciatura, a unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional deu-me oportunidade de contactar diretamente com os diferentes níveis a

que estamos habilitados: Pré-escolar, 1ºCEB e 2ºCEB. Graças a estas experiências e intervenções, percebi que o meu futuro passaria pelo 1ºCEB e 2ºCEB, e não pelo Pré-escolar, uma vez que inicialmente era o que eu gostaria de seguir quando optei por entrar no curso de Educação Básica, por isso, reafirmo a importância do estágio no nosso percurso académico.

Um dos contextos que mais me marcou foi na IPP I, onde fiquei a conhecer de perto uma associação do distrito de Viana do Castelo que faz a diferença na vida de tantas crianças, jovens e adultos. Na IPP III, quando lecionei no 1ºCEB fiquei deslumbrada pela forma como as crianças eram ensinadas e encorajadas a preservar o meio ambiente, uma vez que a escola se localizava numa zona perto de uma área protegida. No entanto, quero realçar a experiência que tive no 2ºCEB, no decorrer da IPP III pois estive inserida numa escola, que, aos olhos de toda a gente, era uma escola problemática devido ao contexto social em que estava inserida. No entanto, e apesar de muitas pessoas me terem dito que iria para um contexto complicado, não tive essa perspetiva. Aprendi imenso, tive experiências inesquecíveis e a turma com o qual estagiei era muito participativa, empenhada e com resultados medianos.

Ao longo das intervenções nos diferentes anos de Iniciação à Prática Profissional, devo dizer que levo para a vida histórias inspiradoras de alunos que se cruzaram no meu percurso académico, que olham para a vida de uma forma leve e com uma visão diferente. Nós, adultos, temos muito a aprender com as crianças, com os seus pensamentos, com os seus desabados e com os seus sentimentos para com os outros.

Terminada esta etapa da licenciatura, refletirei agora sobre todo o meu percurso ao longo do mestrado do 1ºCEB e 2ºCEB de Português e História e Geografia de Portugal. Como referi anteriormente, inicialmente não era esta a minha opção de mestrado, no entanto, e, olhando agora para estes últimos dois anos, não me arrependo em nada da escolha que tomei. Sempre gostei bastante das áreas curriculares de Português e de História e Geografia de Portugal, no entanto, e ao longo do meu trajeto, senti que nem sempre os professores exploravam as respetivas áreas da melhor maneira, sendo que a maioria utilizava o método tradicional para ensinar os alunos. Por isso, o meu objetivo

enquanto professora é de transformar as aulas em algo divertido, didático e educativo, e não meramente tradicional.

No que diz respeito ao contexto do 1ºCEB, admito que no início da intervenção fiquei um pouco surpreendida pelo facto das crianças terem um comportamento que não era o esperado para a sua idade, uma vez que em diversas intervenções tinham de ser chamados à atenção por faltas de respeito para com os colegas. Relativamente à comunidade educativa, o par pedagógico foi bem recebido tanto por docentes como não docentes e o facto de o contexto estar inserido num meio pequeno facilitou a integração do par, tornando-se mais acolhedor, pois todos se conheciam e se ajudavam mutuamente.

No contexto do 2ºCEB denotei que havia uma grande união entre a comunidade educativa, interesse pela aprendizagem e o cuidado com os materiais, tanto a nível de sala de aula como a nível do espaço exterior. A comunidade educativa unia-se em prol de um grande objetivo: cuidar de algo que é de todos, isto é, a escola. Tinham a delicadeza de ter uma pequena horta para motivar os alunos para a agricultura, pintavam as paredes da escola em homenagem a figuras emblemáticas, por exemplo, da literatura ou do desporto. Não estou a fazer a descrição do contexto, visto que já o fiz anteriormente, quis apenas realçar estes pontos pois é importante para uma boa aprendizagem e envolvimento da comunidade. Aproximar os alunos de todo o pessoal docente e não docente é fundamental para o sucesso de uma escola. Aprendi imenso neste contexto, levo aprendizagens e experiências para o futuro. Toda a comunidade me recebeu bem e desde o primeiro dia que fez com que eu me sentisse em casa. Foi das experiências mais marcantes da minha vida académica, apesar de haver momentos menos bons, que foram muito poucos, sobressaem os momentos mais positivos, todo o envolvimento da turma para a realização das atividades propostas.

Relativamente à minha colega de estágio, considero que fizemos um excelente par pedagógico. É uma colega que me acompanha no estágio desde IPP I e estivemos sempre juntas até ao fim. Fomos determinadas, trabalhadoras e estivemos permanentemente

prontas a ajudar-nos mutuamente, nas adversidades que vão surgindo ao longo dos diversos contextos de estágio (IPP e PES).

De forma a concluir esta reflexão final da Prática de Ensino Supervisionada e, olhando para todo o meu percurso nesta unidade curricular, considero a existência de momentos menos bons, no entanto, houve uma maioria de aspetos positivos e que me deixam bastante orgulhosa por tudo o que foi feito ao longo deste último ano letivo.

No início do ano letivo, senti-me bastante nervosa e tinha medo de não ser capaz, de que os meus medos ganhassem à minha determinação e ambição, no entanto, consegui ultrapassar todos os meus receios para com o estágio e tudo aquilo que o envolve. Foi um ano cansativo, de muitas horas não dormidas, mas, foi um dos anos mais felizes da minha vida, pois estava a fazer o que gosto: ensinar. Por isso, o cansaço, apesar de físico e psicológico, não conseguiu vencer a minha dedicação e os meus objetivos.

Assim sendo, considero que a minha prestação na PES foi positiva, no qual levo na minha bagagem muitas aprendizagens, competências e funções que estão ligadas a esta profissão.

Para terminar, todo o meu processo académico foi bastante compensador. Enquanto professora estagiária experienciei momentos que nunca mais irei esquecer, pois irei recordá-los com o maior carinho. Felizmente, contactei diretamente com profissionais de excelência e que me ajudaram sempre que necessário, serão um exemplo para mim quando estiver a exercer a minha vocação. Não posso dizer que sempre quis ser professora, porque na realidade estaria a mentir, mas posso afirmar que é a profissão dos meus sonhos e farei de tudo para orgulhar todos os profissionais de educação que passaram pela minha vida e me motivaram a ser o que sou hoje.

Referências Bibliográficas

A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa. (2017). Comissão Europeia.

Alonso, M. L. (2001). *Parecer Sobre O Projecto De Gestão Flexível do Currículo. Parecer elaborado por encomenda da Secretaria de Estado de Educação e Inovação Educacional, em 2001.* <http://hdl.handle.net/1822/20821>

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico português. (2018). Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/portugues_1c_4a_ff.pdf

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico matemática. (2018). Direção-Geral da Educação https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/Consulta_Publica/1_ciclo/4_matematica_cp.pdf

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 4º ano, 1º ciclo do ensino básico estudo do meio (2018). Direção-Geral da Educação http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/1_ciclo/4_estudo_do_meio.pdf

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico português. (2018). Direção-Geral da Educação https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/6_portugues.pdf

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico história e geografia de Portugal. (2018). Direção-Geral da Educação http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/2_ciclo/6_historia_e_geografia_de_portugal.pdf

Aprendizagens Essenciais: articulação com o perfil dos alunos: 6º ano, 2º ciclo do ensino básico educação para a cidadania (2021). Direção-Geral da Educação

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania_e_desenvolvimento.pdf

Barca, I. (2000). *O Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: CEEP, Universidade do Minho.

Barca, I. (2012). *Ideias Chave para a Educação Histórica: uma busca de (inter) identidades*. 37-51. *História Revista*. <https://doi.org/10.5216/hr.v17i1.21683>

Barreto, A. (2002). *Mudança Social em Portugal*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa. <http://www2.fcsh.unl.pt/docentes/luisrodrigues/textos/Mudan%C3%A7a%20Social%20em%20Portugal%20Ant%C3%B3nio%20Barreto.pdf>

Bartolomé, M. (2005). *Construyendo la ciudadanía europea, modelos, programas e iniciativas*. 1ª Triennial World Conference Pedagogy of Diversity: creating a culture of peace. <http://www.uv.es/soespe/Bartolome.htm>

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar.

Benedicto, J., & Morán, M. L. (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes*. Madrid: Injuve y Ministerio de Trabajo e Assuntos Sociales. Instituto de la Juventud.

Bodgan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Buescu, H. C., Morais, J., Rocha, M. R., & Magalhães, V. F. (2015). *Programa e metas curriculares de português do ensino básico*. Ministério da Educação e da Ciência. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf

Carranca, A. (2015). *Malala, A Menina Que Queria Ir Para a Escola*. Nuvem de Letras.

Cavalcanti, L. (1998). *Geografia, escola e construção de conhecimento*. Papirus.

- Claudino, S., & Hortas, M. J. (2015). *La enseñanza de la Geografía e de las Ciencias Sociales y la formación del profesorado para la ciudadanía en Portugal. Perspectiva histórica, modelos, representaciones y desafíos*.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2017). *Igualdade de Género em Portugal*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_FactSheet.pdf
- Cooper, H. (2002). *History in the early years*. Taylor & Francis.
- Conselho da Europa (2018). *Ensino de Qualidade na Disciplina de História no Século XXI - Princípios e Linhas Orientadoras*. Conselho da Europa. shorturl.at/prAIO
- Coutinho, C. (2011). Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Em C. Coutinho, *Paradigmas, Metodologias e Métodos de Investigação*. Edições Almedina.
- Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Básicas* (2001). Direção-Geral da Educação. <https://alvarovelho.net/attachments/article/39/LivroCompetenciasEssenciais.pdf>
- Dias, A. G., & Hortas, M. J. (2020). Educação para a Cidadania em Portugal. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51562>
- Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*. (1998). Ministério da Educação.
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. (2017). República Portuguesa.
- International Charter on Geographical Education*. (2016) https://www.igu-cge.org/wp-content/uploads/2019/03/IGU_2016_eng_ver25Feb2019.pdf
- Félix., N., & Roldão, M. d. (1996). *Desenvolvimento curricular na educação básica - Dimensões formativas de disciplinas do ensino básico: HISTÓRIA (1ª ed.)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Ferreira, M. (2001). *Geographical Education and Citizenship: innovative practices*. Finland: University of Helsinki, Department of Geography.

- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Gouges, O. d. (1791). *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*.
<https://gallica.bnf.fr/essentiels/anthologie/declaration-droits-femme-citoyenne-0>
- Günther, H. (2006). *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa*. Universidade de Brasília. 202.
- Igreja, M. A. (2004). *A educação para a cidadania nos programas e manuais de história e geografia de Portugal e História - 2º e 3º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório aberto da Universidade do Minho.
- Juliasz, P. C., & Souza, L. R. (2018). *Conceitos e Educação Geográfica*. Universidade de São Paulo.
- Kolontay, A. (1975). *A nova mulher e a moral sexual*. Expressão popular.
- Kuhn, T. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Guerra & Paz.
- Leiria, I. (2019, março 16). Escolas Estão A Cortar Aulas De História.
<https://expresso.pt/sociedade/2019-03-16-Escolas-estao-a-cortar-aulas-de-Historia>
- Lusa. (2018, setembro 5). Agência Europeia denuncia vários casos de exploração laboral em Portugal. *Jornal de Negócios*. shorturl.at/xAIU5
- Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada* (6ªed.). Bookman.
- Maluschke, G. (1998). *Desenvolvimento Histórico dos Direitos Humanos*. Faculdade de Direito da UFC.
- Maurício, M. J. (2018). *Feminino e Emancipação Social da Mulher*. Philosophica.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44755/1/54_Maria_Jos%c3%a9_Maur%c3%adicio-119-131.pdf

- Miranda, T. (2021, maio 6). Maioria das vítimas de exploração laboral são homens que trabalham na agricultura, no Alentejo. *Expresso*.
- Moreira, A. I., & Marques, G. M. (2019). *Educação Histórica entre os 3 e os 12 anos: Desafios para quem ensina e para quem aprende*. <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/07.AnaMoreira%26Gonc%CC%A7aIoMarques.pdf>
- Neto, M. S. (2016). *Problemática do Saber Histórico* (2ª ed.). Palimage.
- ONU: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2015). Ministério da Educação.
- Pinsky, J. (2004). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. Editora Contexto.
- Proença, M. C. (1992). *Didáctica da História*. Universidade Aberta.
- Ribeiro, C. P., Vieira, H., Barca, I., Alves, L. A., Pinto, M. H., & Gago, M. (2017). *Epistemologias e Ensino da História (XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)*. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Rodrigues, M. (2010, outubro 20). O fenómeno da litoralização e o crescente abandono das áreas rurais em Portugal: causas e consequências. *Planeamento Territorial*. <http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2010/10/o-fenomeno-da-litoralizacao-e-o.html>
- Rüsen, J. (1992). El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ortogenética relativa a la conciencia moral. *Jornal Propuesta Educativa*
- Sanches, M. F. (2014). *Ser Professor nas Escolas de Abril: Contextos e Textos da Praxis Revolucionária - O 25 de Abril e a Educação*. Edições Colibri.

Santos, T. (2020, setembro 28). No centro de Lisboa ainda há quem não tenha luz e despeje dejetos na rua. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/local/no-centro-de-lisboa-ainda-ha-quem-nao-tenha-luz-e-despeje-dejetos-na-rua--12767324.html>

Thébaud, F. (1991). *História das Mulheres - O Século XX, A Grande Guerra - O triunfo da divisão sexual*. Edições Afrontamento.

Tuckman, B. W. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO. (2017). Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. UNESCO.

ANEXOS

Anexo 1 – Planificação na intervenção educativa no 1º ciclo

Área disciplinar: Matemática

Tempo: das 9h às 10h15

Temas/Domínios	Conhecimentos, Capacidades e Atitudes	Desenvolvimento da aula e propostas de trabalho	Recursos/Espaços Físicos	Avaliação
Números e Operações – Sistema de numeração decimal. (NO4)	Descodificar o sistema de numeração decimal. Representar qualquer número natural com milhões, identificando o valor posicional dos algarismos que o compõem e efetuar a leitura por classes e por ordens. Efetuar a decomposição decimal de	1.º DIA – SEGUNDA-FEIRA Para iniciar a aula, cada aluno escreve no seu caderno diário a data do presente dia e o alfabeto. De seguida, será chamado ao quadro um aluno aleatoriamente para escrever duas frases: uma sobre o estado do tempo e outra frase sobre a leitura do dia anterior realizada no âmbito do projeto “10 minutos a ler”. <u>(Rotina que não será alterada pelas estagiárias)</u> (15 minutos) Seguidamente, a PE irá fazer um breve apanhado do que a turma já deu sobre esta temática (Classes das unidades e classes dos milhares) e irá rever também as unidades dos milhões, conteúdo que a professora cooperante ensinou nas aulas anteriores. Relembrar apenas as classes e as suas respetivas ordens em voz alta. (5 minutos) Posteriormente, a PE irá explicar que como na classe das unidades e dos milhares está presente a ordem das “unidades”, das “dezenas” e a “das centenas”, na classe dos milhões também estão. Esta explicação será feita com recurso ao Comboio das Classes (que será afixado no quadro), trabalho manual realizado pelas PE, em que mostra a classe das unidades, dos milhares e dos milhões com as respetivas ordens para uma melhor compreensão sobre o tema. (10 minutos) A PE terá à sua disposição vários algarismos de 0 a 9 para, inicialmente, fazer introdução à temática dando vários exemplos. Por exemplo, colocar o 9 na ordem das dezenas de milhão, o 7 nas unidades de milhão, o 4 nas centenas de milhar, o 2 nas dezenas de milhar, o 6 nas unidades de milhar, o 7 nas centenas, o 3 nas dezenas e o 1 nas unidades.	Comboio das	Escreve corretamente a data e as frases correspondentes ao estado do tempo e da leitura do colega. Revê a classe das unidades, a classe dos milhares e a classe dos milhões e as respetivas ordens.

	<p>qualquer número natural com o milhão.</p>	<p>Seguidamente, a PE irá pedir aos alunos, aleatoriamente, para enunciarem um número, devendo dar instruções à PE para a colocação dos algarismos nas ordens à escolha de cada um.</p> <p>(25 minutos)</p> <p><u>Nota: Os algarismos serão plastificados e não irão sair da mão da PE para assim evitar a partilha do material.</u></p> <p>Após a escrita do número, irá ser pedido para que o mesmo seja lido por ordens, classes e decomposição. Por exemplo, se o número escolhido for 1 875 352, deverá ler: por ordens: 1 unidade de milhão, 8 centenas de milhar, 7 dezenas de milhar, 5 unidades de milhar, 3 centenas, 5 dezenas e 2 unidades e por classes: 1 milhão, 875 milhares e 352 unidades. Por decomposição: 1 000 000 + 800 000 + 70 000 + 5 000 + 300 + 50 + 2.</p> <p>(20 minutos)</p> <p><u>Nota: Todos os alunos terão de passar para o caderno a atividade que está a ser realizada no quadro e será dado algum tempo para eles resolverem as tarefas, antes de serem corrigidas em voz alta.</u></p>	<p>Classes – Anexo 1</p>	
--	--	--	--------------------------	--

Área disciplinar: Português

Tempo: das 10h45 às 12h

Temas/Domínios	Conhecimentos, Capacidades e Atitudes	Desenvolvimento da aula e propostas de trabalho	Recursos/Espaços Físicos	Avaliação
Leitura e Escrita (LE4)	<p>Realizar leitura silenciosa e autónoma (AP)</p> <p>Fazer uma leitura fluente e segura que evidencie a compreensão do sentido dos textos (AP)</p> <p>Fazer uma leitura fluente e segura que evidencie a compreensão do sentido dos textos (AP)</p>	<p>Inicialmente, será escrito no quadro a frase “Vamos a votos!” e iremos fazer inferências sobre a mesma. (Será que vai haver uma votação? Será um texto?).</p> <p>(5 minutos)</p> <p>Depois das inferências, será entregue um excerto do texto “Vamos a Votos!” de José Jorge Letria, que aborda a votação consciente para escolher o capitão de equipa. Depois de ser entregue, cada aluno terá de ler silenciosamente para treinar a leitura. (10 minutos)</p> <p>De seguida, serão escolhidos três alunos para fazerem uma leitura expressiva e dialogada do texto, sendo que dois vão ser as personagens e outro o narrador. (5 minutos)</p> <p>Seguidamente, haverá oportunidade para uma nova leitura, alterando assim os alunos que irão ler as respetivas personagens e o narrador. (5 minutos)</p>	<p>Excerto da obra “Vamos a votos!” - <u>Anexo 2</u></p>	<p>Faz inferências sobre o que está escrito no quadro.</p> <p>Lê silenciosamente, respeitando as regras de pontuação.</p> <p>Lê para a turma de forma expressiva.</p> <p>Lê para a turma de forma expressiva.</p>

	<p>Explicitar ideias-chave do texto;</p> <p>Identificar o tema e o assunto do texto ou de partes do texto;</p> <p>Expressar uma opinião crítica acerca de aspectos do texto (do conteúdo e/ou da forma) (AP)</p>	<p>Terminada a leitura, dar-se-á início à compreensão do texto, e, para isso, serão colocadas questões de diferentes níveis cognitivos:</p> <p><u>Questões:</u></p> <p>Quem é o Francisco? E o que é que ele fazia? (Resposta esperada: O Francisco era um jovem que jogava futebol.)</p> <p>O que é isso de precedido? (Resposta: Acontece antes.)</p> <p>Se é precedido, então a votação foi feita antes ou depois do treino? (Resposta esperada: O treino foi antes da votação.)</p> <p>Qual era este ato importante? (Resposta esperada: Este ato importante era a eleição para o capitão da equipa de futebol.)</p> <p>O que fez o treinador da equipa? (Resposta esperada: Explicou como devem proceder para a eleição, as regras que devem respeitar e ter consciência de quem votar.)</p> <p>Vocês que jogam futebol... Que características deve ter um bom capitão de equipa? (Resposta esperada: Ser justo, neutro, responsável, respeitador...)</p> <p>Por que será que o voto é secreto? (Resposta esperada: Para não se influenciarem uns aos outros.)</p> <p>O que é votar com consciência? (Resposta esperada: Pensar em tudo o que isso implica e as consequências da sua escolha)</p> <p>Votaram todos ao mesmo tempo? (Resposta esperada: Não, porque alguns pediram um pouco de tempo para pensar em quem seria a melhor escolha.)</p> <p>Por que é que votar é um direito e um dever? (Resposta esperada: É um direito porque és livre de o fazer, dependendo da situação (por exemplo, com 10 anos só podes votar para delegado de turma e capitão de equipa e não para as autárquicas ou presidenciais). É um dever porque é algo importante que levará a uma mudança.)</p>		<p>Responde às questões colocadas pela PE para melhor compreensão do texto.</p>
--	--	---	--	---

<p>Gramática (G4)</p>	<p>Sintaxe – Funções Sintáticas: Sujeito e Predicado</p> <p>31 - Analisar e estruturar unidades sintáticas:</p> <p>1- Identificar as seguintes funções sintáticas: sujeito e predicado.</p>	<p>O que é que o narrador quis dizer com votação disciplinada e conclusiva? (Resposta esperada: Foi disciplinada porque não houve qualquer problema durante a votação e conclusiva porque se elegeu um capitão de equipa.)</p> <p>Por que é que foram utilizadas reticências antes de aparecer o nome do vencedor? (Resposta esperada: Foram utilizadas reticências para criar suspense.)</p> <p>No final destas questões, a PE fará um breve resumo sobre o texto. Isto é, a história teve um acontecimento importante (votação), decorreu num campo de futebol, depois do treino da equipa, o treinador da equipa orienta o Francisco e os seus colegas, enquanto o narrador vai narrando alguns acontecimentos.... Sendo assim, é um texto narrativo.</p> <p>(30 minutos)</p> <p>Para finalizar a aula, daremos uma pequena revisão sobre o conteúdo gramatical de Sujeito e Predicado, já ensinado pela professora cooperante.</p> <p>A PE irá escrever as seguintes frases (referentes ao texto lido anteriormente) no quadro:</p> <p>O Francisco joga futebol. (<u>Sujeito</u>- Francisco/ <u>Predicado</u>- joga futebol)</p> <p>Todos os jogadores pensaram antes de votar. (<u>Sujeito</u>- Todos os jogadores/ <u>Predicado</u>- pensaram antes de votar.)</p> <p>O Francisco e o João jogam na mesma equipa. (<u>Sujeito</u>- O</p>		
-----------------------	---	--	--	--

		<p>Francisco e o João/ <u>Predicado</u>- jogam na mesma equipa.)</p> <p>O ato eleitoral teve resultados espetaculares. (<u>Sujeito</u>- A ato eleitoral / <u>Predicado</u>- teve resultados espetaculares.)</p> <p>Todos os jogadores votaram. (Sujeito- Todos os jogadores/ Predicado- votaram)</p> <p>Os boletins de voto tinham os nomes dos jogadores. (<u>Sujeito</u>-Os boletins de voto/<u>Predicado</u>- tinham os nomes dos jogadores)</p> <p>Será dado algum tempo para que todos possam escrever no caderno as frases para depois resolverem.</p> <p>Para terminar, será pedido, aleatoriamente, a vários alunos para irem ao quadro resolverem os exercícios, fazendo assim a correção das tarefas.</p> <p>(20 minutos)</p>		<p>Escreve no caderno e resolve os exercícios.</p>
--	--	---	--	--

Área disciplinar: Estudo do Meio

Tempo: das 14h às 16h

Temas/Domínios	Conhecimentos, Capacidades e Atitudes	Desenvolvimento da aula e propostas de trabalho	Recursos/Espaços Físicos	Avaliação
<p>Leitura e Escrita (LE4)</p> <p>Bloco 1 – À descoberta de si mesmo</p>	<p>Estimular a criação de uma rotina de leitura. (PNL)</p> <p>O seu corpo –</p> <p>Os músculos: reconhecer a existência dos músculos; reconhecer a sua função (movimentos, suporte...);</p> <p>Observar em representações dos</p>	<p>ESTUDO DO MEIO:</p> <p>Para iniciar a aula, um aluno (por ordem alfabética) irá ler uma história de um livro que trouxe de casa. Este projeto é apelidado de “10 minutos a ler” para promover hábitos de leitura. <i>(Rotina que não será alterada pelas estagiárias) (10 minutos)</i></p> <p>Seguidamente, e para relembrar os conteúdos dados na aula anterior pela professora cooperante, iremos dizer-lhes que o corpo humano não é apenas constituído por ossos, mas também por músculos. Para testar os conhecimentos prévios, iremos perguntar o que é que eles sabem sobre os músculos (como se lesionam, como se cuidam, quantos músculos existem por todo o corpo...), abrindo espaço para debater outras ideias que possam surgir neste momento. (15 minutos)</p> <p>De seguida, os alunos irão visualizar um vídeo do Youtube sobre os músculos. Durante a visualização, serão feitas questões (que estão presentes nesse mesmo vídeo) e iremos pará-lo para dar tempo de resposta. No vídeo estarão as respostas às questões colocadas. (15 minutos)</p> <p>Depois de terminada a atividade anterior, serão colocadas algumas questões sobre a segurança e a saúde dos nossos músculos (um pouco abordado no vídeo que visualizaram). <u>(Perguntas que serão colocadas: Antes de iniciar o exercício físico, o que devemos fazer para preparar o</u></p>	<p>Vídeo sobre os músculos. - https://www.youtube.com/watch?v=ut3e4MWOkQM</p>	<p>Lê para a turma de forma expressiva.</p> <p>Ouve com atenção o colega que está a ler.</p> <p>Responde às questões colocadas sobre os músculos.</p> <p>Visualiza, atentamente, o vídeo.</p> <p>Responde às questões colocadas.</p>

	<p>músculos humanos.</p>	<p><u>nosso corpo para o esforço que será feito? Resposta esperada: Fazer aquecimento. Pergunta: Porque é que devemos fazer aquecimento? Resposta esperada: Para evitar lesões musculares. Pergunta: Que tipo de lesões a falta de aquecimento antes do exercício físico pode provocar? Resposta esperada: Entorse (magoar/lesionar uma articulação), fratura (partir o osso) e luxação (deslocar um osso).</u> (20 minutos)</p> <p>Finalizada a atividade anterior, será distribuída, a cada aluno, uma ficha de trabalho sobre os músculos. Depois de entregue, terão de preencher a ficha, recorrendo às professoras estagiárias caso tenham dúvidas. (20 minutos)</p> <p>Para terminar a aula, e para corrigir a ficha de trabalho, serão coladas, com <i>patafix</i>, no quadro as imagens (plastificadas) presentes nessa mesma ficha. De seguida, iremos pedir a alunos, aleatoriamente, para irem ao quadro colocar os nomes dos músculos no seu respetivo lugar (estes nomes também já estarão plastificados). As imagens dos músculos terão o tamanho A3 para ficar visível e será afixado na sala de aula. (10 minutos)</p>	<p>Ficha de trabalho sobre os músculos. - <u>Anexo 3</u></p> <p>Músculos e os seus respetivos nomes plastificados. - <u>Anexo 4</u></p>	<p>Elabora a ficha de trabalho sobre os músculos.</p> <p>Realiza a ficha de trabalho sobre os músculos.</p> <p>Cola o nome do músculo no respetivo lugar.</p>
--	--------------------------	---	---	---

Anexo 2 – Planificação de Português

Área disciplinar: Português Aula nº 155 e 156 Tempo: 13h30-15h		Sumário: Projeto de leitura “10 minutos a ler”. Leitura do excerto da obra “O homem que plantava árvores”. Realização de um texto de opinião. Visualização de um vídeo.			
Conteúdos por domínio	Aprendizagens a desenvolver	Desenvolvimento pedagógico e didático da aula	Tempo	Recursos/ Espaços Físicos	Avaliação
Leitura e Escrita (LE6)	Realizar leitura em voz alta, silenciosa e autónoma (AE).	Para dar início à aula, a turma terá um momento de leitura que se intitula de “10 minutos a ler”, sendo este um projeto do Plano Nacional de Leitura. Na aula anterior, a PE irá pedir à turma para trazer o livro que já está a ler durante aquele mês por escolha própria (cada aluno escolhe um livro da biblioteca da escola e lê durante o mês, no final faz um resumo do que leu e entrega ao Professor) e durante estes 10 minutos tem a oportunidade de colocar a leitura em dia.	10 minutos.	Livro escolhido por cada aluno.	Lê silenciosamente e de forma autónoma.
Oralidade (O6)	1. Interpretar textos orais breves:	Seguidamente, a PE irá afixar no quadro uma árvore construída em cartolina. A turma terá de fazer inferências e deduções sobre o que será abordado na	5	Cartolina; Árvore.	Faz inferências e deduções das

<p>Leitura e Escrita (LE6)</p>	<p>- 2. Fazer deduções e inferências.</p> <p>6. Ler textos diversos.</p> <p>- 1. Ler textos narrativos, descrições; retrato, textos de enciclopédia e de dicionário, entrevistas, texto publicitário, notícias, cartas e roteiros.</p> <p>7. Compreender o sentido dos textos:</p> <p>- 2. Detetar informação relevante, factual e não factual, tomando notas (usar títulos intermédios, colocar perguntas, retirar conclusões).</p>	<p>presente aula.</p> <p>Após as respostas da turma, a PE irá entregar um excerto da obra “O homem que plantava árvores” de Jean Giono. Esta obra narra a história de Elzéard Bouffier, um pastor de ovelhas, que durante anos cultivou uma floresta num vale desolado nos Alpes franceses. O narrador é um jovem viajante que, um dia, em 1913, encontra este homem nas suas viagens e acompanha a mudança na paisagem no decorrer dos anos. Esta obra aborda a importância das árvores na vida humana e na preservação do meio ambiente. Inicialmente, a PE irá pedir à turma para ler silenciosamente e, de seguida, irá pedir a vários alunos, aleatoriamente, para ler em voz alta. No final da leitura, será feita a análise do excerto.</p> <p>Questões que serão colocadas:</p> <p>- O narrador participa ao longo do texto? Resposta esperada: Sim, é participante.</p>	<p>minutos.</p> <p>30 minutos.</p>	<p>Excerto da obra “O homem que plantava árvores” de Jean Giono.</p> <p>(Anexo 5)</p>	<p>atividades que serão realizadas na presente aula.</p> <p>Lê silenciosamente e de forma autónoma. Ler em voz alta, respeitando os sinais de pontuação.</p>
--------------------------------	--	---	------------------------------------	--	--

		<p>- Um exemplo que prove que o narrador é participante?</p> <p>Resposta esperada: “Temi que viesse repreender-me pela minha presença, mas não: aquele era o seu caminho e convidou-me a acompanhá-lo, se eu não tivesse nada melhor para fazer.” (por exemplo).</p> <p>- Como é que era o lugar onde vivia o pastor?</p> <p>Resposta esperada: Era um lugar muito quente e com poucas árvores.</p> <p>- O que é que o pastor vai fazendo ao longo do texto?</p> <p>Resposta esperada: Ao longo do texto, o pastor vai plantando árvores de forma a tornar o lugar onde vive mais natural.</p> <p>- Que idade tinha o pastor?</p> <p>Resposta esperada: Tinha 55 anos.</p> <p>- O pastor plantava muitas árvores com que objetivo?</p> <p>Resposta esperada: Plantava árvores para dali nascerem mais e mais.</p> <p>- O narrador valoriza o trabalho do pastor? Porquê?</p> <p>Resposta esperada: Sim, valoriza. Ao longo do texto vai mostrando o que ele faz para manter a natureza intacta e, apesar de inculto, é uma pessoa muito inteligente pois sabe o que deve e não deve plantar para desenvolver a grande floresta natural que estava a “construir”.</p>			
--	--	--	--	--	--

<p>Leitura e Escrita (LE6)</p>	<p>11. Planificar a escrita de textos:</p> <p>- 3. Registrar ideias, organizá-las e desenvolvê-las.</p> <p>5. Escrever textos de opinião.</p> <p>- 1. Escrever textos com a tomada de uma posição, a apresentação de, pelo</p>	<p>- O que significará esta frase “Quando pensamos que tudo aquilo nasceu das mãos e da alma deste homem – sem quaisquer meios técnicos – apercebemo-nos que o Homem poderia ser tão eficaz como Deus noutras áreas além da destruição”?</p> <p>Resposta esperada: Quer dizer que a floresta foi construída pelo pastor, com as suas próprias mãos. Por isso, o ser humano em vez de destruir tudo à sua volta, como tem vindo a fazer, poderia reconstruir como fez este pastor.</p> <p><u>NOTA: Caso as condições atmosféricas permitam, esta atividade será feita no exterior, ao lado de uma árvore, com o objetivo da turma valorizar a biodiversidade presente na escola.</u></p> <p>Posteriormente à análise do excerto, a PE irá pedir à turma para voltar para a sala (caso a atividade anterior seja no exterior). De seguida, a PE irá pedir à turma para escrever um texto de opinião sobre a importância das árvores na preservação do meio ambiente e para a vida humana.</p> <p>A PE escreverá alguns tópicos para auxiliar a escrita deste texto:</p> <p>- Breve introdução do que irás abordar ao longo do</p>	<p>25 minutos.</p>		<p>Redige um texto de opinião sobre a importância das árvores na preservação do meio ambiente e para a vida humana.</p>
--------------------------------	--	---	--------------------	--	---

Oralidade (O6)	<p>menos, três razões que a justifiquem, com uma explicação dessas razões, e uma conclusão coerente.</p> <p>4. Compreender e apresentar argumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1. Identificar argumentos que fundamentam uma opinião. - 2. Justificar pontos de vista. 	<p>texto;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância das árvores na nossa vida; - Achas que o ser humano preserva de forma correta o meio ambiente? - O que é que ou quem é que destrói as árvores? - O que farias para mudar a situação atual da biodiversidade? - Já alguma vez plantaste uma árvore? - Uma dica de como ajudar a salvar o planeta - O teu texto deverá ter um mínimo de 140 palavras e um máximo de 200 palavras. <p>No final da atividade, a PE irá pedir a vários alunos, aleatoriamente, para ler o texto de opinião de forma a apresentá-lo à turma.</p>	15 minutos.		Lê em voz alta o seu texto de opinião. Apresenta pontos de vista e argumentos.
Oralidade (O6)	<p>1. Interpretar textos orais breves:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5. Sintetizar enunciados ouvidos. 	<p>Para terminar a aula, a PE irá projetar um vídeo da Turma da Mónica sobre o cuidado que devemos ter com o meio ambiente de forma a sintetizar o que foi abordado ao longo da aula.</p> <p>Link: https://www.youtube.com/watch?v=mJ8nISBlqvE</p>	5 minutos.	Computador; Internet; Projetor; <i>Youtube.</i>	Visualiza o vídeo e sintetiza o enunciado ouvido.

Anexo 3 – Planificação de História e Geografia de Portugal

Área disciplinar: História e Geografia de Portugal Aula n.º 96 e 97 Tempo: 11h45-13h15		Sumário: A repartição das atividades por setores. A evolução da distribuição da população por setores de atividade em Portugal.			
Conteúdos por domínio	Aprendizagens a desenvolver	Desenvolvimento pedagógico e didático da aula	Tempo	Recursos/ Espaços Físicos	Avaliação
Portugal Hoje: A População Portuguesa: Atividades que desenvolvemos	1. Conhecer a repartição das atividades económicas por sectores: 5. Comparar as atividades económicas integradas nos setores primário, secundário e terciário.	Para dar início à aula, será feita a apresentação oral de mais dois grupos para apresentar os respetivos países para onde os portugueses emigram. Esta atividade tem sido feita no início de todas as aulas.	5 minutos.		Apresenta oralmente o respetivo país para onde emigram os portugueses.
	2. Compreender a evolução da distribuição da população por setores de atividade em Portugal: 1. Caraterizar a evolução da população ativa integrada nos três setores de atividade.	De seguida, a PE irá dar alguns minutos para que a turma termine a pesquisa iniciada na aula anterior, caso não tenha terminado.	5 minutos.		Termina a pesquisa para dar início às respetivas apresentações.
		Seguidamente, a PE irá chamar vários alunos ao quadro para apresentarem os respetivos trabalhos de pesquisa	15		Apresenta oralmente os

	<p>2. Enumerar fatores que explicam a diminuição da população ativa integrada no sector primário e no sector secundário.</p> <p>3. Identificar consequências da diminuição da população ativa integrada no sector primário e no sector secundário.</p> <p>4. Identificar fatores que explicam o aumento da população ativa integrada no sector terciário.</p> <p>5. Identificar consequências do aumento da população ativa integrada no sector terciário.</p> <p>6. Localizar as áreas onde predominam atividades ligadas aos diferentes setores.</p>	<p>sobre as diversas profissões atribuídas na aula anterior.</p> <p>Posteriormente, a PE irá atribuir os números 1 e 2 a diferentes alunos e irá entregar um cartão para cada aluno. Os alunos que ficarem com o número 1, terão de imaginar que são meninos da cidade e escreverão uma carta a um menino da aldeia. Enquanto os alunos que ficarem com o número 2, terão de imaginar que são meninos da aldeia e escreverão uma carta a um menino da cidade. Para escrever a carta, a PE dará alguns tópicos de forma a facilitar a elaboração da mesma.</p> <p><u>Os tópicos serão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Breve apresentação de onde vive (cidade ou campo); - Problemas associados a cada modo (rural ou urbano); 	<p>minutos.</p> <p>20 minutos.</p>	<p>Espaço exterior (recreio);</p> <p>20 cartões.</p>	<p>respetivos trabalhos de pesquisa sobre as profissões (população ativa e inativa).</p> <p>Imagina que vive na aldeia e escreve uma carta sobre a vida no campo.</p> <p>Imagina que vive na cidade e escreve uma carta sobre a vida na cidade.</p>
--	--	---	------------------------------------	--	---

<p><u>Competências essenciais</u></p> <p>Competências gerais:</p> <p>Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do cotidiano.</p> <p><u>Competências essenciais</u></p> <p>Competências gerais:</p> <p>Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável.</p> <p>Compreensão histórica: Temporalidade/ Espacialidade/ Contextualização.</p> <p><u>Competências</u></p>	<p><u>Competências essenciais</u></p> <p>Competências gerais:</p> <p>Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do cotidiano.</p> <p><u>Competências essenciais</u></p> <p>Competências gerais:</p> <p>Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável.</p>	<p>- Mensagem de incentivo para o destinatário viver no local, ou seja, vantagens de viver no campo ou na cidade.</p> <p><u>Nota: Se as condições meteorológicas permitirem, esta pesquisa será feita no exterior (recreio), uma vez que a turma está sempre a pedir para que a aula seja fora da sala devido ao bom tempo que tem estado nas últimas semanas.</u></p> <p>No final da atividade, a PE irá pedir a vários alunos para lerem as respetivas cartas.</p> <p>No final da tarefa, a turma voltará à sala de aula e a PE irá explicar que dentro da população ativa empregada</p>	<p>10 minutos.</p> <p>5</p>		<p>Lê em voz alta as respetivas cartas às restantes colegas.</p> <p>Atenta à explicação da PE de forma a</p>
---	--	--	-----------------------------	--	--

<p><u>essenciais</u></p> <p>Competências específicas:</p> <p>Tratamento de informação / utilização de fontes.</p>		<p>há pessoas que exercem diferentes atividades. Para facilitar o seu estudo, agrupam-se em três grandes conjuntos, aos quais chamamos <u>setores de atividade económica</u>: setor primário, setor secundário e setor terciário.</p> <p>De seguida, a PE irá projetar um <i>powerpoint</i> sobre os setores de atividade económica.</p> <p>(- Setor primário: integra as atividades extrativas, ou seja, as atividades que extraem produtos da Natureza. Ex: agricultura, pecuária, caça, pesca, exploração florestal...;</p> <p>- Setor secundário: reúne todas as atividades transformadoras, as quais transformam produtos naturais ou outras matérias-primas em novos produtos. Ex: indústrias, construção civil, atividades artesanais...;</p> <p>- Setor terciário: engloba as atividades que prestam serviços indispensáveis ao conforto e bem-estar das pessoas. Ex: comércio, transportes, saúde, seguros, ensino...)</p>	<p>minutos.</p> <p>10 minutos.</p>	<p>Computador; Projetor; <i>Powerpoint</i> (Anexo 3)</p>	<p>compreender o conceito de setores de atividade económica.</p> <p>Atenta à explicação da PE de forma a entender as diferenças entre os setores de atividade económica.</p>
---	--	--	------------------------------------	--	--

		<p>De seguida, a PE irá explicar que durante muitos anos a maioria dos portugueses dedicou-se a atividades do setor primário, principalmente à agricultura. Atualmente, a maioria dos portugueses trabalha em atividades do setor terciário.</p> <p>Posteriormente, a PE irá entregar cartões para que a turma tente deduzir a razão pela qual tem vindo a diminuir a população ativa nos setores primário e secundário.</p> <p><u>Respostas esperadas:</u></p> <p><u>Causas:</u> no setor primário, o baixo rendimento e a forte dependência das condições naturais; no setor secundário, a automatização da indústria, que provocou a diminuição da mão de obra necessária.</p> <p><u>Consequências:</u> aumento da população nos centros urbanos; maior procura de emprego no setor terciário e aparecimento de novas profissões e o aumento da população ativa no setor terciário.</p> <p><u>Causas:</u> grande êxodo rural a partir de 1960; aumento da escolarização e procura de melhor qualidade de vida.</p>	<p>5 minutos.</p> <p>10 minutos.</p>	<p>20 cartões.</p>	<p>Atenta à explicação da PE.</p> <p>Faz deduções sobre as causas e consequências da diminuição da população ativa nos setores primários e secundários.</p>
--	--	---	--------------------------------------	--------------------	---

		<p><u>Consequências:</u> aparecimento de novos serviços e profissões; novos hábitos de consumo.</p> <p>No final da tarefa será feito um debate de ideias de forma a perceber os conhecimentos e opiniões dos alunos sobre esta temática.</p>	5 minutos.		<p>Debate ideias sobre as causas e consequências da diminuição da população ativa nos setores primário e secundário.</p>
--	--	--	------------	--	--

Anexo 4 – Planificação de Cidadania e Desenvolvimento

Área disciplinar: Cidadania e Desenvolvimento Tempo: 13h30-15h		Sumário: A importância de um estilo de vida saudável. Consequências de um estilo de vida não saudável.			
Conteúdos por domínio	Aprendizagens a desenvolver	Desenvolvimento pedagógico e didático da aula	Tempo	Recursos/ Espaços Físicos	Avaliação
Saúde	<p>Incentivar os alunos a assumir o bem-estar físico e mental como uma condição básica para exercer plenamente uma cidadania ativa.</p> <p>Reconhecer a importância de uma alimentação saudável.</p> <p>Conhecer os alimentos saudáveis.</p> <p>Compreender as</p>	<p>Para dar início à aula, a PE irá projetar com recurso à aplicação digital Mentimeter, a seguinte questão: “Quando pensas na palavra "obesidade", o que é que te vem à memória?” e a turma terá de escrever três palavras que associem à temática da obesidade. À medida que a turma acabe a atividade, vai-se formando uma nuvem de palavras de forma a criar uma chuva de ideias sobre esta temática.</p> <p>Link: https://www.mentimeter.com/s/2d29db5185e9ffdb1de38a2ecc03a08d/979aac62c287/edit</p> <p>Seguidamente, a PE irá projetar um vídeo sobre a obesidade infantil de forma a sensibilizar os alunos para esta temática.</p>	5 minutos.	<p>Internet;</p> <p>Projetor;</p> <p>Computador;</p> <p>Telemóvel;</p> <p>Aplicação <i>Mentimeter</i>.</p>	<p>Responde à questão colocada, realizando uma chuva de ideias sobre a temática que será abordada na presente aula.</p>
				5	Internet;

	<p>implicações da obesidade infantil.</p>	<p>Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=MCTKTxxFKIU</p> <p>Após a visualização do vídeo, a PE irá pedir à turma para debater algumas ideias que foram surgindo ao longo do mesmo.</p> <p>Posteriormente, a turma irá realizar um trabalho de pesquisa, com recurso aos respetivos telemóveis, no qual deve procurar os países com maior taxa de obesidade infantil e procurar o motivo pelo qual isso acontece.</p> <p>Depois, a PE irá explicar o conceito de IMC (Índice de Massa Corporal) e em que consiste. O IMC é um cálculo que serve para avaliar se a pessoa está dentro do seu peso ideal em relação à altura. Assim, de acordo com o valor do resultado de IMC, a pessoa pode saber se está dentro do peso ideal, acima ou abaixo do peso desejado.</p>	<p>minutos.</p> <p>10 minutos.</p> <p>20 minutos.</p> <p>10 minutos.</p>	<p>Computador; Projetor; Youtube.</p> <p>Internet; Telemóvel.</p> <p>Internet; Computador; Projetor; Site</p>	<p>atentamente de forma a reter informação essencial.</p> <p>Debate ideias sobre o vídeo.</p> <p>Realiza um trabalho de pesquisa sobre os países com maior taxa de obesidade infantil e o motivo pelo qual isso acontece.</p> <p>Atenta à explicação da PE e calcula o IMC com recurso ao site tuasaude.com</p>
--	---	---	--	---	---

		<p>De seguida, a PE irá explicar à turma como se pode calcular o IMC (Índice de Massa Corporal) na internet. Para isso, terá como recurso o site tuasaude.com</p> <p>Link: https://www.tuasaude.com/calculadora/imc/?fbclid=IwAR2HBV-cQ97UpbVDLPVL3ufyc55RWtxWAX_P4eBnG3DYansE6RKvZ_DfE3Q</p> <p>Posteriormente, a PE irá dar um exemplo concreto sobre alguém que sofre de obesidade infantil e a turma terá de escrever nos respetivos cadernos conselhos que daria a esse menino para reduzir o seu peso. No final, a PE irá pedir aos alunos para lerem o que escreveram.</p> <p>O exemplo será:</p> <p>O Francisco tem 11 anos, mede um metro e sessenta centímetros e pesa 70 kg. Ele não faz exercício físico regularmente e a sua alimentação é à base de <i>fast food</i>, como hambúrgueres e pizzas. Calcula o IMC do Francisco e, de seguida, dá-lhe sugestões e conselhos para combater a obesidade e ter um estilo de vida mais saudável.</p> <p>Para finalizar a aula, a PE irá explicar que será construído um cartaz em cartolina, será dividido ao meio</p>	15 minutos.	<p>tuasaude.com</p> <p>Internet;</p> <p><i>Powerpoint;</i></p> <p>(Anexo 1)</p> <p>Telemóveis;</p> <p>Projetor;</p> <p>Site tuasaude.com</p>	<p>Calcula o IMC do exemplo e dá sugestões e conselhos para combater a obesidade, obtendo assim um estilo de vida mais saudável.</p> <p>Constrói um</p>
--	--	--	-------------	---	---

		<p>e de um lado terá os alimentos saudáveis e as consequências de uma alimentação saudável, do outro lado terá alimentos não saudáveis e as suas consequências de um estilo de vida não saudável.</p> <p>A PE irá fornecer várias imagens e a turma terá de as colocar no sítio certo (ou na divisão da alimentação saudável ou na divisão da alimentação não saudável). Após terminar o trabalho, a turma irá expô-lo na escola.</p>	<p>25 minutos.</p>	<p>Cartolina; Marcadores; Imagens de alimentos saudáveis e não saudáveis. (Anexo 2)</p>	<p>cartaz alusivo ao estilo de vida saudável e ao estilo de vida não saudável.</p>
--	--	---	--------------------	--	--

